

Revista

guará

Pró-Reitoria de Extensão - UFES

JULHO 2023

ANO 11 N° XVI

ISSN 2316-2007

REVISTA GUARÁ - JULHO 2023

ANO 11 N° XVI



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO

Paulo Sérgio de Paula Vargas
Reitor

Roney Pignaton da Silva
Vice-Reitor

Claúdia Maria Mendes Gontijo
Pró-Reitora de Graduação

Valdemar Lacerda Junior
Pró-Reitor de Pesquisa e Pós-Graduação

Renato Rodrigues Neto
Pró-Reitor de Extensão

Teresa Cristina Janes Carneiro
Pró-Reitora de Administração

Rogério Naques Faleiros
Pró-Reitor de Planejamento e
Desenvolvimento Institucional

Josiana Binda
Pró-Reitora de Gestão de Pessoas

Gustavo Henrique Araújo Forde
Pró-Reitor de Assuntos Estudantis
e Cidadania

Conselho Editorial

Ana Paula S. de Vasconcellos Bittencourt (UFES)
Angelica Espinosa B. Miranda (UFES)
Ariadne Mara de Souza (UFES)
Carolina Fiorin Anhoque (UFES)
Gloria Barreto (Universidade Nacional Caaguazú)
Gustavo Menendes (Universidad del Litoral)
Jaqueline Carolino (UFES)
João Meyer (UNICAMP)
Lígia Ribeiro e Silva Gomes (UFES)
Mariana Duran Cordeiro (UFES)
Maurice da Costa (UFES)
Patricia Moore (Universidad Pablo de Olavide)
Rogério Dias Fraga (UFES)
Viviana Borges Cortes (UFES)

Editora Executivo

Paola Pinheiro Bernardi Primo

Equipe técnica

Thais Bruna Bento

Revisão

Thais Bruna Bento

Ensaio Visual

Philippe Peterle Modolo

Editoração

Helyza Teixeira Mattos

Revista Guará

Publicação Semestral da Universidade
Federal do Espírito Santo
Ano XI - nº 16 - Julho/2023

Renato Rodrigues Neto

Editor Responsável

Pró-Reitoria de Extensão

Editora

Tiragem: 100 exemplares

Endereço para correspondência:

Universidade Federal do Espírito Santo

Pró-Reitoria de Extensão'

Av. Fernando Ferrari nº 514 - Vitória/ES

CEP 29075-910

E-mail: guaraextensao@gmail.com

SUMÁRIO

- 06 APRESENTAÇÃO
Renato Neto Rodrigues
- 09 Lacunas socioambientais em processos de concessão: estudo de caso do PETAR
Gabrielle A. Nunes; Moema P. Barão Septanil; Teresa C. Magro-Lindenkamp
- 22 Cultura indígena em jogo: o processo de design de um game educativo de apontar e clicar sobre elementos indígenas
Priscilla M. Cardoso Garone; Pamella L. Galacha; Maria C. Marins Rampinelli
- 37 Educação ambiental junto as Paneleiras de Goiabeiras: uso sustentável da casca de mangue vermelho
Renato de Almeida; Alexandre R. de Oliveira; Rosa M. Senna Melo
- 54 Exposição fotográfica “Existências Negras na UFV”: uma experiência da curricularização da extensão universitária
Ivonete da S. Lopes; Jéssica Suzana M. Cardoso; Railyne P. André; João L. Pires
- 67 Saúde sexual, reprodutiva e acesso às Unidades Básicas de Saúde de mulheres quilombolas da Região do Norte do Espírito Santo
Jerusa A. Dias; Thaís V. Luciano; João P. Cola; Heletícia S. Galavote; Angelica Espinosa B. Miranda
- 79 ENSAIO VISUAL
Philippe Peterle Modolo
- 91 A Educação Popular como aliada na luta pelo direito à saúde no contexto da transposição do rio São Francisco
Ana L. Cordeiro de Melo; Giselle O. Santos; Emilly A. de Araújo Brito; Renata P. Farias; Suely E. de Barros Santos; Clarissa de Oliveira G. M. da Cunha

107

Divulgação do estudo sobre arte pública capixaba em escolas da rede básica de ensino do estado do Espírito Santo

Jaqueline Torquatro; Aparecido J. Cirillo; Fabíola F. Nunes; Giuliano de Miranda

120

Experiências de indígenas do Programa de Educação Tutorial - Ações em Saúde: protagonismo e resiliência durante a pandemia de COVID-19

Willian F. Luna; Ivanildo da S. Ferreira; Pedro M. da Silva Santos; Raniel M. de Souza; Joelson A. de Jesus; Claudiana B. Lopes; Pedro A. Loli

135

Avaliação da prevalência de dor dentária em população indígena Guarani e Tupiniquim aldeada do Espírito Santo

Dra. Deise B. Velten; Prof. Dr. José G. Mil; Profa. Dra. Maria Helena M. de Barros Miotto

149

Adaptação transcultural e tradução de materiais educativos em saúde bucal para língua indígena KaingangCross

Renato Pereira; Sthefanie del Carmen P. Puella; Márcia H. Baldani; Annemarie A. Schuller; Maria da L. Rosário de Sousa; Marília J. Batista;

Letícia Fraga; Manoelito F. Silva Junior

APRESENTAÇÃO

O ano de 2023 tem sido de muito trabalho em favor da conscientização ambiental no Brasil e no mundo. Ondas de queimadas, calor e outros eventos extremos são cada vez mais frequentes. Uma das maneiras de proteger nosso planeta é dialogar, respeitar e proteger os povos originários e comunidades tradicionais que têm um rico conhecimento das relações com o meio em que vivem. Estes povos e comunidades são mantenedores de tradições culturais únicas como línguas, práticas espirituais, artesanato, pinturas, danças e mitos. A Revista Guará, neste volume, traz este tema para o foco do debate e das relações extensionistas publicando este dossiê intitulado “Iniciativas extensionistas junto aos povos originários e comunidades tradicionais”. São 10 artigos recebidos e aprovados por pares que compartilham as experiências de várias universidades do Brasil. As contribuições chegaram de universidades de São Paulo, Minas Gerais, Espírito Santo, Pernambuco, Paraná e Bahia com relatos de trabalhos de áreas da cultura à saúde, envolvendo atividades extensionistas relacionadas à concessão de apoio à parque estadual turístico, design de game educativo, educação ambiental, exposição fotográfica, educação popular, saúde sexual, saúde durante a pandemia de covid-19, avaliação da prevalência dentária e saúde bucal, e arte pública. Interessante é que alguns destes estudos trabalharam também com a diferença de gênero nos povos e comunidades, especificando ainda mais questões importantes que devemos melhorar como sociedade.

Esperamos que este dossiê temático aumente a valorização e o respeito pelos povos originários e comunidades tradicionais, pois não apenas enriquecem a diversidade cultural, mas também oferecem perspectivas valiosas e caminhos para soluções dos desafios enfrentados pela sociedade atual. Essas comunidades desempenham um papel vital na construção de um futuro sustentável e inclusivo para todos. Para além disso, o registro destas atividades extensionistas é fundamental para a memória e construção de uma academia que quer, cada vez mais, trocar experiências com o público extra-muros e qualificar profissionais em sintonia com as demandas e problemas complexos da sociedade. Aproveite a imersão neste conteúdo tão rico!

Renato Rodrigues Neto



Lacunas socioambientais em processos de concessão: estudo de caso do PETAR

Socio-environmental gaps in concession processes: PETAR case study

Resumo

Concessões de apoio à visitação em Áreas Protegidas (AP) têm sido promovidas como uma estratégia para suprir deficiências de recursos humanos e financeiros. Dentre as APs brasileiras previstas para a aplicação dessa abordagem está o Parque Estadual Turístico Alto do Ribeira (PETAR). Contudo, especialistas e representantes locais questionaram se o processo de concessão em andamento considera as necessidades das comunidades do entorno do Parque. O grupo “Petar sem concessão” reuniu o apoio de diferentes atores para requerer a devida participação das comunidades locais e tradicionais do Vale do Ribeira, cuja subsistência, baseado na natureza, depende direta ou indiretamente do turismo. Este trabalho teve por objetivo identificar o nível de estímulo à participação pública no planejamento da concessão e compreender se as demandas das diferentes partes interessadas foram consideradas na tomada de decisão. Para tal, analisamos qualitativamente as moções e audiências que ocorreram nas esferas municipais e estaduais referentes ao processo, verificando o direcionamento dos discursos e os níveis de participação cidadã proposto por Arnstein (1969). A partir do conjunto de dados, foi possível concluir que o processo de planejamento em questão pode ser classificado como “*top-down*” e que a participação dos atores afetados pelo turismo de base comunitária foi negligenciada.

Palavras-chave: ecoturismo; uso público; unidades de conservação; comunidades locais.

Gabrielle Abreu Nunes
Moema Pauline Barão Septanil
Teresa Cristina Magro-Lindenkamp

gabinunes.bio@usp.br

Universidade de São Paulo

Abstract

Concessions to support visitation in Protected Areas (PA) have been promoted as a strategy to overcome deficiencies in human and financial resources. Among the Brazilian PAs planned for the application of this approach is the Alto do Ribeira Tourist State Park (PETAR). However, specialists and local representatives questioned whether the process considers the needs of the communities surrounding the Park. The “Petar without concession” group gathered the support of different actors to demand the proper participation of the local and traditional communities of the Ribeira region, whose subsistence depends directly or indirectly on nature-based tourism. This paper aimed to identify the level of stimulus to public participation in concession planning and to understand whether the demands of different interested parties were considered in decision-making. We qualitatively analyze the motions and hearings that took place in the municipal and state spheres regarding the process, verifying the direction of the speeches and the levels of citizen participation proposed by Arnstein (1969). From the dataset, it was possible to conclude that the planning process in question can be classified as top-down and that the participation of actors affected by community-based tourism was neglected.

Keywords: ecotourism; public use; protected areas; local communities.

INTRODUÇÃO

O uso público em Áreas Protegidas (AP) está associado à aproximação da sociedade a estes locais, podendo ter o objetivo voltado desde o uso recreativo até científico e educativo (MMA, 2005). Do ponto de vista de governança, a participação pública em AP é um dos aspectos fundamentais, dado que é por meio dela que as partes interessadas compreendem seus direitos e responsabilidades dentro do modelo de gestão (BORRINI *et al.*, 2013).

Ainda que o envolvimento de diferentes atores nos processos de tomada de decisão possa ampliar o apoio da sociedade às áreas protegidas, na prática, muitas dificuldades ainda são enfrentadas (RANIERI *et al.*, 2022). A organização do uso recreacional em AP públicas envolve diversos setores, que podem ou não estimular a participação de comunidades locais. Áreas com atrativos únicos e que trazem um grande potencial de visitação, com estrutura já estabelecida, têm mudado as formas de governança, e isso tem gerado conflitos entre o governo e as comunidades locais.

Concessões de apoio à visitação em Áreas Protegidas têm sido promovidas como uma estratégia para suprir deficiências de recursos humanos e financeiros dessas áreas (DINICA, 2016). O modelo utilizado no território brasileiro é o de concessão dos serviços de apoio à visitação, onde os parceiros privados são responsáveis por estruturar estes serviços para proporcionar experiências de qualidade aos visitantes. Os contratos existentes possuem uma duração de 15 a 30 anos, com predomínio de concessões com duração entre 20 e 25 anos (OPAP, 2022).

No Brasil, verifica-se um aumento de concessões dos serviços de apoio à visitação em AP federais e estaduais, apresentando um total de 88 concessões em andamento ou em planejamento (OPAP, 2022). Esses processos se intensificaram nos últimos anos, acompanhando o aumento da demanda de mercado e a oportunidade percebida pelo setor empresarial. As iniciativas compõem parte da política atual do BNDES (Banco Nacional do Desenvolvimento) com a participação de grandes empresas.

A Lei nº 16.260 de 29 de junho de 2016, no Estado de São Paulo, autoriza a concessão para a exploração de serviços ou o uso, total ou parcial, de áreas que pertencem ao estado para o desenvolvimento de atividades inerentes ao ecoturismo e à exploração comercial de madeira ou subprodutos florestais. Esta lei lista intenções de planejamento para 14 Parques Estaduais, dentre as quais está o Parque Estadual Turístico Alto do Ribeira (PETAR).

A divulgação da concessão do PETAR foi feita pelo governador do estado, em 2019, dentro do programa “Vale do Futuro”, projeto que previa cerca de 2 bilhões de reais de investimentos na região. Em outubro de 2021, a Secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente publicou o edital inicial do projeto para consulta pública. Contudo, especialistas e representantes locais questionaram se o modelo de concessão da área em andamento estava sendo construído levando em conta as necessidades das comunidades do entorno.

Segundo Rodrigues e Abrucio (2019), a participação social é um dos elementos-chave na governança e responsabilização dos processos de concessão, mas não tem

sido identificada como prioridade na prática no Brasil. Para os autores (p.8):

“(...) não se trata apenas de evidenciar a geração de emprego e renda por meio das concessões, mas principalmente de adotar um modelo que problematize a qualidade dos empregos gerados, o envolvimento da população na tomada de decisão sobre um processo de concessão e o impacto socioeconômico das concessões no contexto local.”

Em relação ao envolvimento da população na tomada de decisão, Dinica (2016) também pontua que existem, em todas as camadas dos arranjos de governança de Áreas Protegidas, processos de envolvimento das partes interessadas para garantir que os cidadãos participem na concepção de estruturas legais, políticas e colaborações com empresas ou outras organizações.

No caso do PETAR, Sítio do Patrimônio Natural da Humanidade e integrante da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica, o planejamento da concessão desencadeou um movimento independente e contrário da sociedade. Isso se deve pelo fato de a atividade turística nesta região ser um dos grandes motores da subsistência local. A ameaça realçada pelos representantes das comunidades, se deve ao possível favorecimento para a entrada de grandes empresas na região que uma concessão pode causar, colocando em risco a dinâmica econômica e social conquistada ao longo do tempo pelos moradores.

A importância do ecoturismo para a subsistência dos povos locais e tradicionais do entorno do Parque é um fator a ser considerado, dado que o relatório do PNUD (2019) aponta a região do vale do Ribeira, da qual o PETAR faz parte, com um dos piores Índices de Desenvolvimento Humano (IDH) do estado, com uma média de 0,711, abaixo da média estadual (0,783) e nacional (0,769). Contudo, percebe-se uma forte organização social de comunidades quilombolas e do movimento negro na luta por direitos e desenvolvimento regional.

O grupo “Petar sem concessão” reuniu o apoio de diferentes atores sociais para barrar o projeto e demandar a devida participação das comunidades locais e tradicionais do Vale do Ribeira, cuja subsistência depende direta ou indiretamente do ciclo do turismo baseado na natureza (Figura 1). O ecoturismo se faz presente na economia do entorno do parque, desde o fornecimento de serviços como guias, para experiências ao ar livre por agências de turismo local, até a o ramo de pousadas, além de venda de produtos artesanais e comércios de moradores locais.



Figura 1
Cartaz de protesto
dos moradores locais
na rodovia que dá
acesso ao PETAR, ob-
servada pelo grupo
extensionista durante
a saída de campo

Fonte: As autoras.

Dado a importância de se garantir que todas as partes envolvidas tenham lugar de fala no processo de concessão, este trabalho tem por objetivo identificar o nível de estímulo à participação pública no planejamento da concessão do PETAR e compreender se as demandas das diferentes partes interessadas foram consideradas na tomada de decisão.

O caráter extensionista desta pesquisa nasceu a partir da coordenação de uma das autoras com o Grupo de Extensão e Pesquisa em Manejo de Áreas Naturais Protegidas (GEPANP), para melhoria do acesso em trilhas do PETAR. O grupo tem como foco desenvolver práticas que visam valorizar e manter a qualidade do ambiente, além de incentivar um uso público responsável, reduzindo os efeitos negativos da atividade humana nessas áreas. A emergência deste estudo foi evidenciada em uma saída de campo observacional com os estudantes, para entender as demandas das partes interessadas no processo de concessão do parque. Nesta ocasião, representantes das comunidades locais relataram se sentirem excluídos do processo da concessão, o que instigou as pesquisadoras do grupo de extensão a analisar as audiências públicas e documentos oficiais, a fim de compreender se o direito à participação pública estava sendo cumprido pelos agentes governamentais. Fato que iremos discutir no decorrer deste artigo.

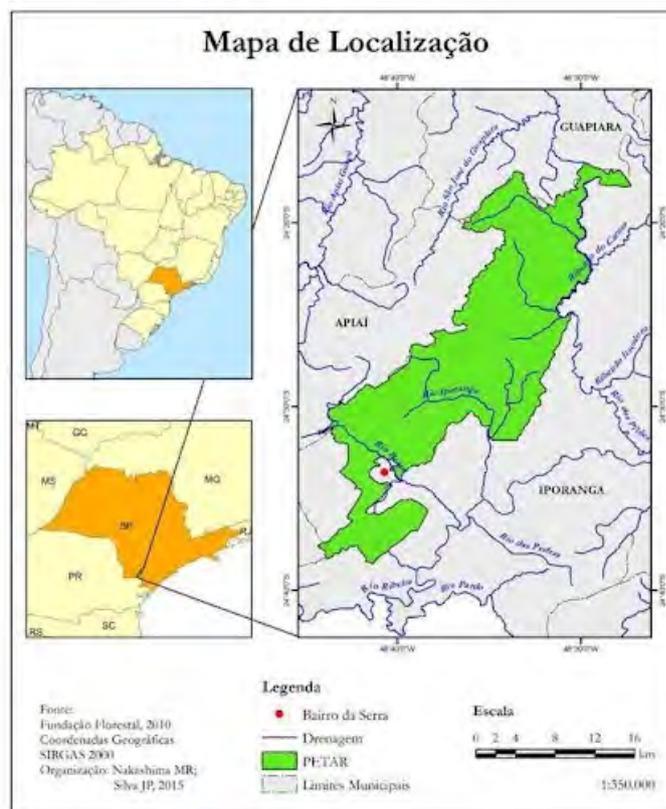
MÉTODOS

Esta é uma pesquisa de caráter qualitativo exploratório, visto que o universo de publicações envolvendo a participação pública no contexto de concessões do uso público em áreas protegidas brasileiras ainda é incipiente. A metodologia qualitativa se propõe caracterizar e compreender uma situação para além de uma análise quantitativa dos eventos (POUPART *et al.*, 2008), enquanto a exploratória proporciona maior proximidade com o tema, de forma a auxiliar na construção de hipóteses (GIL, 2010).

O Parque Estadual Turístico Alto do Ribeiro, localizado na região sul do Estado de São Paulo, foi escolhido como área de estudo pelo fato de ser uma das unidades de conservação com o processo de concessão dos serviços de uso público em andamento, além do fato de possuir um perfil socioambiental singular (Figura 2). A região apresenta diversas comunidades quilombolas e indígenas vivendo no maior pedaço contínuo de Mata Atlântica preservado do Brasil, caracterizando uma riqueza espeleológica única além de uma forte organização social.

Figura 2
Mapa de localização
do Vale do Ribeira

Fonte: Silva e
Nakashima (2018).



Neste estudo foi realizado um levantamento das audiências públicas gravadas que ocorreram nas esferas municipais e estaduais referentes ao processo de concessão, disponibilizadas nas páginas governamentais oficiais, de forma que as

informações nos permitissem analisar qualitativamente o (i) direcionamento dos discursos de cada envolvido presente e (ii) os níveis de participação cidadã nas tomadas de decisão proposto por Arnstein (1969). Esses níveis são agrupados em: “Não Participação” com 1. Manipulação, 2. Terapia e 3. Informação; “Tokenismo” com 4. Consulta, 5. Pacificação e 6. Parceria; e por fim, “Poder Cidadão” com 7. Delegação e 8. Poder Cidadão.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Ao todo foram analisadas 4 audiências públicas, sendo 2 no âmbito municipal e 2 estaduais, 3 moções nacionais e 1 regional, bem como as informações contidas nos documentos do processo de concessão disponibilizados para consulta pública.

Ao avaliar as audiências, nenhuma delas caracterizavam-se como “Poder Cidadão”, nível máximo proposto por Arnstein (1969; Tabela 1). Nas audiências na Câmara Municipal de Iporanga e na Assembléia Legislativa de São Paulo, as participações podem ser enquadradas no nível intermediário (Tokenismo). Já o nível de participação nas audiências realizadas no município de Apiaí e da Secretária do Meio Ambiente e Infraestrutura do Estado de São Paulo (SIMA) foram classificadas como “Não participação”, sendo que nesta última não há registros públicos das manifestações enviadas pela população local. Nos direcionamentos das falas tivemos um total de: 54 contrárias; 11 propositivas contrárias; 3 propositivas neutras; 1 propositiva favorável; 2 favoráveis.

Citizen Participation (Arnstein, 1969)	Câmara Municipal de Iporanga (10/11/2021)	Assembléia Legislativa de São Paulo (22/11/2021)	Câmara Municipal de Apiaí (25/10/2021)	Secretaria do Meio Ambiente e Infraestrutura (25/11/2021)
1. Manipulação				x
2. Terapia			x	
3. Informação				
4. Consulta	x			
5. Pacificação		x		
6. Parceria				
7. Delegação de poder				
8. Controle Cidadão				

Tabela 1
Escalas de participação cidadã da Arnstein (1969) de acordo com análise dos discursos presentes nas audiências públicas gravadas e publicamente disponibilizadas

Fonte: As autoras.

Dentre os grupos que discursaram, registramos pesquisadores de instituições públicas e privadas, espeleologistas, comunidade local, monitores ambientais, movimentos sociais e de pessoas negras, como os quilombolas. Além dos grupos mencionados, também houve falas de políticos e servidores estatais. Não foi constatada a presença de representantes da SIMA em nenhuma audiência presencial, e apenas na de Apiaí consta a presença de um representante da Fundação Florestal. As demandas levantadas envolveram: falta de comunicação, exclusão pela linguagem e falta de transparência com a população; formato *on-line* que exclui os moradores; tomada de decisão “de cima para baixo” e controle das informações; falta de transparência sobre alternativas e contribuições das comunidades; falta de análise de alternativas para uma gestão coletiva; ausência da preocupação do estado em termos de saneamento básico, infraestrutura e regularização fundiária; e o questionamento sobre o modelo da chamada ser internacional, a concessão se referir a um espaço territorial (além dos serviços de turismo) e de um período de 30 anos.

Vale ressaltar que modelos internacionais de concessão podem afetar o desenvolvimento econômico local com o escoamento da renda. Atualmente, parte das receitas geradas pelo turismo é escoada dos destinos por consequência da existência de empreendimentos turísticos e serviços de organização de excursões, transporte, entre outras atividades pertencentes a proprietários de nacionalidade estrangeira (CANDIOTTO, 2009; NUNES; MAGRO-LINDENKAMP, 2021). A entrada de grandes empresas também pode influenciar a necessidade de importação de produtos de elevada qualidade demandados por turistas mais sofisticados, causando a fuga de capital para fora das áreas onde é praticada a atividade turística (BUDEANU, 2005).

No estudo realizado por Dinica (2016), a autora observou que a legislação da Nova Zelândia sobre concessões permite que empresas estrangeiras sejam responsáveis pela provisão dos serviços concessionados, o que, segundo a autora, vai contra o objetivo das áreas da categoria II da definição da IUCN, os Parques Nacionais, que é de contribuir para o crescimento da economia local. Tal fato se aproxima do caso brasileiro, o qual também permite a concessão de áreas e serviços por empresas internacionais, ocasionando o escoamento da renda local.

Da mesma forma, o elevado nível de qualidade das facilidades turísticas no destino, leva a maiores necessidades e, conseqüentemente, os efeitos no ambiente poderão ser mais acentuados (BUCKLEY, 2012). Assim como a inserção de novos equipamentos turísticos para aumentar o lucro, tanto em empreendimentos privados como também nas UC com concessão de uso, pode levar a perdas irreversíveis na qualidade ambiental da área protegida. Tais custos ambientais, muitas vezes, não são contabilizados nos projetos (NUNES; MAGRO-LINDENKAMP, 2021).

Em maio de 2022, a Câmara dos Deputados realizou uma audiência pública para debater de maneira mais ampla os Processos de Concessão em Unidades de Conservação. Nesta ocasião, o especialista em planejamento e gestão de áreas protegidas destacou que “o plano de uso do PETAR pela concessionária não está de acordo com o plano de manejo do parque, com áreas de trilhas que serão abertas

ao público em zonas de uso restrito, incompatíveis com o turismo”, evidenciando que a concessão de “área” presente no edital, abrange o zoneamento de regiões do parque que não são direcionadas ao uso recreativo.

O PETAR abriga mais de 400 cavernas na maior porção de Mata Atlântica preservada do Brasil, em uma área onde vivem comunidades quilombolas, indígenas e pequenos agricultores. A falta de um estudo de impacto ambiental, social e econômico do projeto de concessão, apontado pelos especialistas, comunidades e políticos, fez com que o Ministério Público de São Paulo pedisse a suspensão parcial do edital em 2021. Também determinou que fossem realizadas audiências públicas em todos os municípios envolvidos, com novos prazos para as audiências serem feitas de forma transparente e acessível à população local. Os estudos de impacto solicitados ainda não se encontram disponíveis no *site* do edital até o presente momento de escrita deste artigo.

As moções analisadas foram assinadas por representantes de instituições de pesquisa, ambientalistas, espeleologistas, políticos, moradores locais e movimentos sociais. Além das denúncias feitas em audiência, os grupos demandaram: a gestão participativa do PETAR com fundamentação científica; legítima participação popular, garantindo as funções vitais da unidade de conservação; a conservação do patrimônio espeleológico; valorização dos saberes tradicionais de forma a integrá-los às atividades de educação ambiental e turismo ecológico; priorização da participação da comunidade local para a implementação do desenvolvimento sustentável; suspensão do processo de concessão do PETAR; busca de formas de parcerias privadas em que os empregos e economia local sejam preservados e fomentados; consideração dos objetivos de uma Reserva da Biosfera da Mata Atlântica nesta UC.

Destaca-se a fala do representante da Fundação Florestal no município de Apiaí, na única audiência em que esteve presente, “A própria OIT é muito clara em dizer que se deve consultar as comunidades que têm impacto direto sobre o projeto, e o projeto de concessão do PETAR não tem impacto direto em nenhuma comunidade porque ele está dentro do PETAR”. A fala ainda continua dando o enfoque ao fato de que, mesmo não sendo obrigatória, essa consulta ocorreu na comunidade quilombola de Bombas.

Na audiência ocorrida na ALESP, a legitimidade do discurso anterior foi questionada por representantes dos Povos e Comunidades Tradicionais do Vale do Ribeira, da Equipe de articulação e assessoria às comunidades negras e do Movimento dos Ameaçados por Barragens do Vale do Ribeira. Tais grupos apontam no processo a falta de linguagem acessível, tempo e forma de disponibilidade dos dados, ferindo, segundo a comunidade, a Convenção 169 da OIT e o protocolo de consulta prévia das Comunidades Quilombolas.

Os resultados corroboram com a falta de direcionamento por parte do poder público na participação da população no planejamento da concessão no PETAR, já descrita por Rodrigues (2021) para o processo de elaboração e aprovação da Lei das concessões do Estado de São Paulo (Lei nº 16.260, de 29 de junho de 2016).

CONCLUSÃO

A abordagem colaborativa da pesquisa extensionista auxiliou a identificar uma lacuna significativa no processo de concessão, destacando a ausência de um canal efetivo para a inclusão das vozes das comunidades afetadas, assim como reforçou a importância de envolver ativamente as comunidades locais no desenvolvimento de planos e políticas que afetam diretamente suas vidas e meios de subsistência.

Os dados das audiências e moções permitiram identificar incentivos mínimos do governo estadual à participação pública no planejamento da concessão do PETAR, bem como lacunas na discussão prévia com as comunidades locais para a elaboração e publicação do edital da proposta. Com base nos discursos analisados é possível concluir que o processo de planejamento pode ser classificado como uma abordagem “top-down”, ou “de cima para baixo”, e que a participação dos atores afetados pelo turismo de base comunitária foi negligenciada.

Cabe pontuar que a abordagem “*top down*” na tomada de decisão pública é um modelo em que as decisões são feitas por um pequeno grupo de pessoas, geralmente tomadores de decisão de alto nível, e depois transmitidas aos demais níveis da sociedade. Nessa abordagem, a decisão é feita de cima para baixo, sem levar em consideração as opiniões das pessoas que estão na base da hierarquia. Esse modelo pode resultar em uma resistência das pessoas locais, promover uma desconexão do projeto com a realidade e prejudicar a sua implementação, como tem ocorrido no caso do PETAR.

Embora a organização social dos povos e comunidades locais tenha exercido uma forte influência sobre o processo de concessão, eventos como este geram um desgaste entre o poder público e a sociedade civil. Caso aprovado, pode ir na contramão de um desenvolvimento sustentável para a região. Portanto, é fundamental que gestores públicos incentivem a participação pública em futuros editais de concessão dentro de Unidades de Conservação – UCs, para que as demandas de todas as partes interessadas sejam contempladas.

REFERÊNCIAS

ARNSTEIN, S. R. (1969) **A ladder of citizen participation**. Journal of the American Institute of planners, 35(4), 216-224.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SÃO PAULO. **Audiência Pública contra a privatização do Parque Estadual Turístico do Alto Ribeira**. (2022). Youtube, 23 de nov. de 2021.

BUCKLEY, R. (2012) **Sustainable tourism: Research and reality**. Annals of Tourism Research, v. 39, n. 2, p. 528-546. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0160738312000230>.

BUDEANU, A. (2005) **Impacts and responsibilities for sustainable tourism: A tour operator's perspective**. Journal of Cleaner Production, v. 13, n. 2, p. 89-97. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0959652604000149>.

BORRINI, G. et al. (2013) **Governance of protected areas: from understanding to action**. Best practice protected area guidelines. Disponível em: <https://www.cabdirect.org/cabdirect/abstract/20193172819>.

CÂMARA MUNICIPAL DE IPORANGA. **Audiência Pública sobre a concessão do PETAR.** (2022). Youtube, 10 de nov. de 2021.

CÂMARA MUNICIPAL DE APIAI. **Audiência sobre a Concessão do PETAR.** (2021). Youtube, 25 de out. de 2021.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. **Audiência Pública sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável - Concessão de unidades de conservação.** (2022). Youtube, 19 de mai. de 2022.

CANDIOTTO. (2009) **Considerações Sobre O Conceito De Turismo Sustentável.** Revista Formação (Online). Disponível em: <https://revista.fct.unesp.br/index.php/formacao/article/view/861>.

DINICA, V. **Tourism concessions in National Parks: neo-liberal governance experiments for a Conservation Economy.** New Zealand: Journal of Sustainable Tourism, 2016. v. 25, n. 12, p. 1811–1829. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/09669582.2015.1115512>.

ESTADO DE SÃO PAULO. **Lei nº 16.260, de 29 de junho de 2016.** Autoriza a Fazenda do Estado a conceder a exploração de serviços ou o uso, total ou parcial, de áreas em próprios estaduais que especifica e dá outras providências correlatas. Diário Oficial: 2016. Disponível em: <https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/lei/2016/lei-16260-29.06.2016.html#:~:text=Autoriza%20a%20Fazenda%20do%20Estado,e%20dá%20outras%20providências%20correlatas>.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa.** 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010. 184p.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE (MMA). **Diagnóstico da visitação em parques nacionais e estaduais.** Brasília: Ministério do Meio Ambiente. Secretaria de Biodiversidade e Florestas, 2005. Disponível em: <http://www.institutobrasilrural.org.br/download/20120220100952.pdf>.

MOVIMENTO PETAR SEM CONCESSÃO. **Parecer do Movimento PETAR sem concessão.** (2022). Disponível em: <https://drive.google.com/file/d/1Ob47H82s7AnZsENShWhE6Qm5Ye6U1jlu/view>.

SILVA, J. P.; NAKASHIMA, M. R. Mapeamento e Análise dos Índices de Geodiversidade do Parque Estadual Turístico do Alto Ribeira (PETAR). UGB, SINAGEO, Crato, Anais, v. 12, 2018.

NUNES, G.A.; MAGRO-LINDENKAMP, T. C. (2021) **A ciência cidadã e a sustentabilidade:** potencialidades da participação pública no turismo em unidades de conservação. Anais do Uso Público em Unidades de Conservação, v. 9, n. 14, p. 79-99. Disponível em: https://periodicos.uff.br/uso_publico/article/view/51093/30582.

OBSERVATÓRIO DE PARCERIAS EM ÁREAS PROTEGIDAS (OPAP). (2022) - **Tabela de mapeamento das parcerias em UCs do OPAP.** Disponível em: https://static1.squarespace.com/static/5ef2bcefd0f78d7344a72109/t/6273cf6e-985af64a528126d8/1651756911659/planilha_mapap_05052022.pdf. Acesso em: 10 maio 2022.

PNUD - PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO (ONU). **Relatório de Desenvolvimento Humano.** PNUD: ONU, 2019. Disponível em: <https://www.br.undp.org/content/brazil/pt/home/presscenter/articles/2019/pnud-apresentarelatorio-de-desenvolvimento-humano-2019-com-dado.html>. Acesso em: 23 jan. 2020.

POUPART, J. et al. (2008) **A Pesquisa Qualitativa.** 2. ed., tr ed. [s.l: s.n.].

RANIERI, V. et al. (2022) **Potencial da Ciência Cidadã para o Monitoramento dos Impactos do Uso Público em um Cenário de Avanço das Concessões.** Biodiversidade Brasileira-BioBrasil, n. 3, p. 305-321. Disponível em: <https://doi.org/10.37002/biobrasil.v12i3.1935>.

REDE BRASILEIRA DE ESPELEOLOGIA. (2022) **Moção contrária às concessões.** Disponível em: <http://36cbe.org.br/wp-content/uploads/2022/04/Moção-PETAR-congresso-de-espeleo-2022.pdf>.

RODRIGUES, C. G. O.; ABRUCIO, F. L. (2019) Parcerias e concessões para o desenvolvimento do turismo nos parques brasileiros - possibilidades e limitações de um sistema de governança. Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo, 13 (3), p. 105-120. Disponível em: <https://rbtur.org.br/rbtur/article/view/1575>.

RODRIGUES, L. M. (2021) **Concessão de serviços de apoio à visitação em Parques:** uma análise à luz da Ecologia Política. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/18/18139/tde-19012022-155937/publico/TeseRodriguesLucasMilaniCorrig.pdf>.

SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E MEIO AMBIENTE (SIMA) (2021). **Relatório econômico-financeiro concessão de uso do Parque Estadual Turístico do Alto Ribeira (PETAR)**. Disponível em: https://smastr16.blob.core.windows.net/home/2021/10/relatorio-econo%CC%82mico-financeiro-petar-_cp.pdf.

AGRADECIMENTOS E FONTES DE FINANCIAMENTO

À Universidade de São Paulo e à Agência de Fomento da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

CONFLITO DE INTERESSES

Declaramos não ter conflito de interesse.



Cultura indígena em jogo: o processo de design de um game educativo de apontar e clicar sobre elementos indígenas

Indigenous culture at play: the design process of an educational point-and-click game about indigenous elements

Resumo

Este artigo descreve o processo de design da fase indígena do jogo “Jornada Cultural”, um jogo de apontar e clicar, que tem como objetivo apresentar elementos culturais indígenas para estudantes do Ensino Fundamental. O jogo é focado na diversidade cultural e apresenta elementos como: tapiragem, arco e flecha, miçangas, biaribi, cerâmica, rede, canoa, cuia e urucum. Os elementos ficam dispostos em um cenário de uma aldeia indígena e os jogadores devem encontrar todos os itens para completar a fase. O estudo relata o processo de pesquisa e seleção dos elementos culturais indígenas, ilustração dos itens, além dos testes de jogabilidade e usabilidade. O artigo destaca a importância de jogos educacionais na educação e a valorização da cultura indígena, e enfatiza que o jogo pode ser uma ferramenta atrativa para educadores que desejam apresentar aos seus estudantes os elementos da cultura indígena de forma lúdica.

Palavras-chave: jogo educativo; indígena; diversidade cultural; *game*; *design*.

Priscilla Maria Cardoso Garone
Pamella Lopes Galacha
Maria Clara Marins Rampinelli

priscilla.garone@ufes.br

Universidade Federal do
Espírito Santo

Abstract

This article describes the design process of the indigenous phase of “Jornada Cultural”, a point-and-click game that aims to present indigenous cultural elements to elementary school students. The game focuses on cultural diversity and presents elements such as tapirage, bow and arrow, beads, bia-ribi, ceramics, hammock, canoe, gourd, and annatto. These elements are arranged in a scenery of an indigenous village, and players must find all the items to complete the level. The study reports the process of researching and selecting indigenous cultural elements, illustration of the game assets, as well as testing gameplay and usability. The article highlights the importance of games in education and the valorization of indigenous culture, and emphasizes that the game can be a useful tool for educators who want to present elements of indigenous culture in a playful way to their students.

Keywords: serious game; indigenous; cultural diversity.

INTRODUÇÃO

Jogos educacionais (*serious games*) são ferramentas pedagógicas que utilizam estratégias de jogos para promover a aprendizagem de conteúdos específicos. São jogos desenvolvidos com o objetivo de auxiliar na apresentação de conceitos e informações de forma lúdica, interativa e divertida. Para Kapp (2012), a importância dos jogos educacionais nos anos escolares é grande, pois esses permitem que as crianças e os jovens aprendam de maneira mais descontraída e motivadora, proporcionando uma experiência interessante e envolvente.

Segundo Kishimoto (2010), os jogos são uma forma de estimular o desenvolvimento cognitivo, social e emocional dos estudantes. Eles ajudam no desenvolvimento de habilidades como a concentração, a resolução de problemas, a criatividade, o trabalho em equipe e a autoconfiança. Com isso, os jogos educacionais contribuem para a formação de indivíduos preparados para enfrentar os desafios da vida. Outra vantagem dos jogos é que eles podem ser utilizados em diferentes disciplinas e áreas do conhecimento. Dessa forma, é possível tornar o processo de aprendizado mais diversificado, de modo lúdico.

Para Bateman e Boon (2006), o Design de Jogos engloba o processo de coordenar a evolução do *design* de um jogo. Esse procedimento pode abarcar diversos agentes, sendo incumbência do *designer* integrá-los e assegurar que os componentes concebidos proporcionem a experiência de jogo projetada. Schell (2011), por sua vez, afirma que o *Design* de Jogos envolve a determinação da natureza de um jogo, mas o próprio jogo é, em essência, um artefato. Portanto, cabe ao *designer* de jogos delinear a experiência que o jogo viabiliza para os jogadores - uma experiência que não necessariamente se encerra com o término do ato de jogar.

A pesquisa e a extensão universitária são atividades fundamentais em instituições de Ensino Superior. Enquanto a pesquisa tem como objetivo a produção de conhecimento, a extensão busca a aplicação desse conhecimento em benefício da sociedade, contribuindo para o desenvolvimento social e cultural de comunidades e regiões.

Nesse sentido, este estudo relata uma ação do Laboratório de *Design*, Ilustração e Jogos (LaDIJ), de desenvolvimento de jogo educacional intitulado “Jornada Cultural”, sobre diversidade cultural e a produção de uma fase sobre cultura indígena. Em um jogo, uma fase (level) é um espaço para o jogador completar um objetivo, assim, o Jornada Cultural é um jogo de exploração das fases (cenários de cultura). Em relação ao escopo do projeto, o jogo é composto por sete fases, cada uma com ambiente e elementos culturais de um povo, dentre os seguintes: africano, alemão, indígena, italiano, pomerano, português e sírio-libanês.

A escolha pelo tema e pelos povos se deu por serem recorrentemente tratados nos Guias de Currículo Escolares, além de se fazerem presente no censo étnico do Espírito Santo (FRANCESCHETTO, 2014; BENEDUZI, 2020). Este artigo abordará a fase indígena, que conta com o cenário de uma aldeia e itens dessa cultura, que serão explicados adiante. A relevância do projeto se dá por meio da geração de um produto digital que valoriza e estimula a Educação Patrimonial Cultural, por meio de um jogo de apontar e clicar, com exploração de cenário, que corrobora temas pertinentes à sociedade, permanência de culturas e diálogo intercultural, que possa ser usado em âmbito educacional e de entretenimento.

Em razão de abordar o assunto Diversidade Cultural, e povos e comunidades tradicionais, o projeto é relevante por estar consonante com temas integradores na Base Nacional Comum Curricular (BNCC), no Decreto Federal nº 6.040/2007, e também com o Projeto de Lei nº 4839/20. Além disso, por abarcar temas e subtemas explorados em anos escolares (“Povos e Comunidades Tradicionais”, “Diversidade Cultural, Religiosa e Étnica”, “Educação Patrimonial” e “Diálogo Intercultural”), conforme Guias de Implementação do Currículo da Secretaria da Educação do Estado do Espírito Santo (SEDU), o jogo tem potencial de promover a interculturalidade, a diversidade cultural e a consciência histórica.

Este artigo descreve o processo de pesquisa e seleção dos elementos culturais indígenas, *design* do jogo, ilustração dos itens, além dos testes de jogabilidade e usabilidade. O artigo destaca a importância de jogos educativos na educação e a valorização da cultura indígena, e enfatiza que o jogo pode ser um meio atrativo e lúdico para apresentar conhecimento para estudantes.

MÉTODOS

Para coletar informações acerca de elementos culturais indígenas, o projeto se baseou em pesquisa bibliográfica. Segundo Marconi e Lakatos (2012), essa é uma das técnicas de pesquisa mais utilizadas nas ciências humanas e sociais. Consiste na busca, seleção e análise crítica de um conjunto de documentos e materiais bibliográficos, tais como livros, artigos, teses, dissertações, relatórios, dentre outros. A pesquisa bibliográfica é realizada com o objetivo de obter informações relevantes sobre um tema específico (no caso, cultura indígena).

Foram consultadas bases de dados Portal de Periódicos Capes e *Google Acadêmico*, além de *sites* de museus com artefatos e informações sobre cultura indígena. A partir da coleta, os dados foram filtrados e foi feita a revisão de literatura, a fim de sintetizar as informações coletadas. A partir da revisão, foram selecionados elementos da cultura indígena para constituir elementos interativos e decorativos do jogo.

O projeto contou com a infraestrutura existente do Laboratório de Design, Ilustração e Jogos (LaDIJ), localizado no Centro de Artes, da Universidade Federal do Espírito Santo. O LaDIJ é um laboratório de pesquisa, ensino e extensão que tem como objetivo promover a pesquisa, criação e difusão de jogos digitais, tanto de entretenimento, quanto educacionais.

O jogo foi desenvolvido no motor de jogo *Construct 3*, baseado em navegador, que permite criar jogos 2D. A escolha do *Construct 3* para o projeto se deu por incluir recursos como programação em *javascript*, física integrada, efeitos visuais, e exportação para várias plataformas, incluindo computadores e dispositivos móveis.

As ações de divulgação e difusão do jogo desenvolvido se deram, prioritariamente, por meio de ações *on-line*. Até o momento, o jogo conta com uma página preliminar no site do Laboratório de *Design*, Ilustração e Jogos (LaDIJ).

Em relação aos testes, a partir do protótipo de baixa fidelidade, foram realizadas validações com o jogo, a fim de detectar problemas de usabilidade e jogabilidade durante a experiência. Para avaliar tais quesitos, os testes foram realizados com diferentes grupos: equipe interna (três pessoas) e potenciais usuários (20 pessoas), dentre estas: duas crianças, três adolescentes, treze estudantes e dois educadores), todos moradores da Grande Vitória.

O objetivo principal do teste com o protótipo de baixa fidelidade foi verificar se a interação com o sistema do jogo e seus elementos ocorria de acordo como foi programado ou se era necessário realizar ajustes para melhorar a experiência lúdica, a jogabilidade e a interatividade. Em seguida, a partir do desenvolvimento do protótipo de alta fidelidade, foram realizados testes de avaliação heurística, segundo diretrizes de Nielsen (1994) e Saffer (2010), a fim de identificar se a interface e os padrões de interação conferem ao protótipo eficiência na funcionalidade e se as informações fornecidas pela interface a cada ação são suficientes para a compreensão do objetivo do jogo e permite que as ações sejam iniciadas, continuadas e concluídas.

Os testes de jogabilidade em um jogo digital são uma parte importante do desenvolvimento do jogo, pois eles ajudam a garantir que o jogo seja apropriado, envolvente e educativo para o público-alvo. Durante os testes de jogabilidade, os jogadores foram convidados a jogar, enquanto os desenvolvedores observaram e fizeram anotações sobre o desempenho, a compreensão das instruções, as partes do jogo que estavam difíceis ou confusas, além de sugestões. Após isso, foram realizados ajustes no jogo, e este foi disponibilizado para os usuários.

RESULTADOS

Trata-se de um projeto que teve início no primeiro semestre de 2022 como ação de pesquisa e extensão no Laboratório de *Design*, Ilustração e Jogos (LaDIJ), da Universidade Federal do Espírito Santo. O projeto envolveu a busca e definição por elementos representantes de diversas culturas, sobretudo as mais citadas em livros escolares que abordam imigrantes no Espírito Santo. Após a pesquisa, foram selecionados 14 elementos para serem encontrados em cada fase. Tais elementos contam com uma caixa de informações de texto, acessível no inventário do jogador ao clicar em cada um, além de itens decorativos também pertencentes a essa cultura.

A temática do jogo é um diferencial que o torna único em relação aos jogos de exploração de apontar e clicar existentes, sobretudo no contexto da diversidade cultural espírito-santense e brasileira, por seu potencial educacional e promotor de reflexão, diálogo, reflexão e impacto social sobre o tema de diversidade cultural e étnica.

Trata-se de um jogo de exploração de cenário que possibilita ao jogador conhecer e coletar elementos, tendo como objetivo, conseguir encontrar todos. O jogo apresenta conteúdo e itens de cultura indígena brasileira (guarani, terena, tupi, *tiriyó* e *kaxuyana*, dentre outros). Os elementos incluem vestimentas, trajes tradicionais, artefatos, festividades e rituais, gastronomia, dentre outros de cultura material e imaterial, que permitirá ao jogador liberdade exploratória, com o intuito de promover a reflexão sobre o tema, incentivar a consciência histórica e a valorização da diversidade cultural.

Jogos de apontar e clicar, ou *point-and-click*, são jogos digitais em que o jogador utiliza um *mouse*, *trackpad* ou tela sensível ao toque para interagir com elementos na tela e clicar nestes para avançar. Esses jogos podem ser de diversos tipos, incluindo aventura, quebra-cabeças, estratégia e até jogos educacionais e geralmente convidam o jogador a explorar o ambiente e coletar objetos para resolver quebra-cabeças e avançar na história. Trata-se de um tipo popular de jogo que se caracteriza por sua jogabilidade baseada em interações com elementos na tela.

A equipe do projeto do jogo “Jornada Cultural” é composta por três pessoas, a saber: 1) a coordenadora de projeto, responsável por gerenciar o projeto, programar o jogo, realizar pesquisa, contribuir com o *game design*, colaborar no desenvolvimento do *design* de interface e edição de ilustrações; 2) uma *designer*, que ficou responsável pelas etapas *game design*, *sound design*, *design* de interface, pesquisa e divulgação do projeto; 3) uma ilustradora, que ficou incumbida de produzir as ilustrações e elementos (*assets*) do jogo, além de apoio na divulgação do projeto.

O projeto, em sua concepção, apresentava aproximadamente 950h para as etapas projetuais. O desenvolvimento do projeto se deu de acordo com o método de *game design* apresentado por Fullerton (2014), cujas etapas, segundo a autora, são: conceitualização; pré-produção; produção; garantia de qualidade; lançamento; e manutenção.

Neste sentido, o projeto teve como primeira etapa a de geração de conceito do jogo, com o objetivo de apresentar um plano, com pesquisa e definição de requisitos e o detalhamento do *design* de exploração de cenário em cada uma das sete fases. Após esta etapa, ocorreu o estágio de pré-produção, com a programação de um protótipo de baixa fidelidade, jogável, com foco em apresentar e testar as funcionalidades e especificações detalhadas, além da realização de pesquisa por referências para a produção dos componentes do jogo, com base em bibliografia e referência iconográfica dos povos que comporiam a temática da fase indígena.

Em seguida, ocorreu a fase de produção, com o objetivo de executar o projeto, com a produção dos elementos da interface, de áudio e das ilustrações do jogo, com a programação do protótipo de alta fidelidade, para refinamento, a partir de testes, realizados de modo iterativo. A etapa seguinte, de garantia de qualidade, almejou a implementação de melhorias e o refinamento, com o polimento do protótipo final para o lançamento, junto com a divulgação do jogo e do *website* no qual será disponibilizado. Por fim, após a publicação do jogo, prevista para 2023, a equipe o acompanhará para fazer aprimoramentos e garantir a manutenção desse, de modo contínuo.

A narrativa do jogo se dá por meio de pequenas caixas de texto que guiam o jogador na estrutura da mecânica e dinâmica, com o intuito de criar imersão cultural, por meio de exploração de cenário à procura de elementos de diversidade cultural e étnica, além de apresentar informações sobre tais elementos. O início da narrativa conta com texto de boas-vindas ao ambiente cultural e convida o jogador a explorar o ambiente cultural do povo indígena. Nesse sentido, as imagens e o áudio (canto guarani) corroboram para a temática e a atmosfera de diversidade cultural do jogo no contexto de narrativa e imersão.

A tela do ambiente cultural da fase indígena conta com um personagem que, por meio de falas em texto, apresentará informações sobre o cenário e os objetos que forem encontrados. A interface apresenta um botão de habilitar ou desabilitar o áudio, um botão de retornar à seleção de fases, além do avatar do personagem, a caixa de texto, o inventário com os elementos encontrados, um botão para exibir informações de cada item, além de um contador de itens coletados (figura 1).

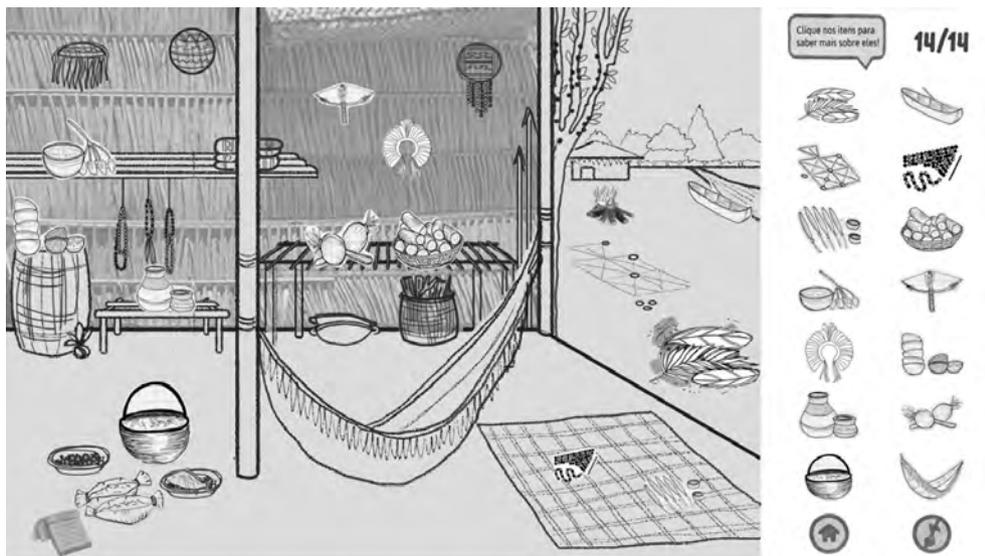


Figura 1 - Protótipo de baixa fidelidade da fase de cultura indígena, com elementos de pajelança, tapiragem, miçangas, cuias de coité, arte plumária, dentre outros.

Fonte: Das autoras.

À medida em que o jogador encontra os itens no cenário, informações sobre a cultura e história dos povos indígenas são desbloqueadas e ficam disponíveis para a leitura. Essas informações incluem dados sobre artefatos e costumes indígenas, como por exemplo, no texto informativo do item moqueca (figura 2).



Figura 2 – Informações sobre elemento e costumes indígenas.

Fonte: Das autoras.

O jogo é voltado para as idades escolares com foco no Ensino Fundamental e busca oferecer uma experiência educativa para que os estudantes possam aprender sobre a riqueza e diversidade das culturas indígenas brasileiras. Trata-se de uma

oportunidade para explorar uma oca - casa típica utilizada por algumas comunidades indígenas, construída a partir de materiais naturais, como madeira, folhas e palha.

O cenário do jogo conta com uma área externa que apresenta outros elementos importantes dessa cultura, como o jogo da onça, a canoa e a fogueira. O jogador pode clicar na fogueira para ativar a animação do fogo, visto que este é considerado sagrado nas culturas indígenas e é frequentemente usado em cerimônias religiosas e rituais. Além disso, a ilustração do ambiente interno buscou retratar a oca como espaço multifuncional, utilizado para dormir, cozinhar, socializar, realizar rituais e armazenar alimentos e outros suprimentos. Algumas comunidades indígenas também decoram suasocas com pinturas, e desenhos simbólicos que têm significados culturais e espirituais importantes para eles (BRANCO, 1993).

Os elementos escolhidos para compor o jogo indígena representam um importante patrimônio cultural dos povos originários do Brasil e do Estado do Espírito Santo. Cada elemento tem sua própria história e simbolismo. Abaixo, seguem informações sucintas sobre alguns dos principais elementos do jogo indígena.

- Arco e flecha: O arco e flecha é um item indígena que consiste em uma haste flexível e flechas de material vegetal. Usado para pesca e para caça, o arco tem tamanhos variados e o tamanho da flecha é da altura do peito do indígena (DA SILVA; UMMUS, 2017).
- Arte Plumária: A arte plumária diz respeito a artefatos indígenas confeccionados com penas e plumas de aves. É usada em peças como máscaras e artefatos com diferentes funções socioculturais relacionadas às crenças, rituais e cerimônias (SAMPAIO; TARDIVO, 2010).
- Biaribi: No preparo de peixes e outros alimentos, dentre as tradições indígenas há o *biaribi*, que é o forno escavado no chão, forrado com folhas de bananeira. Em tupi guarani, *biaribi* significa “assar na terra” (REGAZZI, 2019).
- Canoa: *Piroga*, a canoa indígena, é um meio para os indígenas navegarem sobre as águas e usado para a pesca. O tronco de madeira é escavado, com poucos ou sem galhos laterais. Às vezes é monóxila, ou seja, extraída a partir de um só tronco (ALVES, 2013; LINS; RIOS, 2016).
- Cerâmica: A cerâmica indígena é um artefato cultural carregado de significado simbólico nas formas e cores usadas, que reflete características de concepções de determinada tribo (PROUS; LIMA, 2008).
- Cuias de coité: As cuias das árvores de cuités geram artefatos para transportar, armazenar, servir alimentos e água, além do fruto, seu extrato e a polpa servir como medicações (DAMAS, 2018).
- Jogo da onça: O jogo da onça (adugo) se trata de uma atividade lúdica, tradicionalmente praticada traçada na areia, com pedras ou sementes. Quem joga com a onça deve capturar os cães, enquanto o adversário deve encurralar a onça, impedindo-a de se mover.
- Mandioca: A mandioca é a base alimentar dos indígenas. É possível triturá-la, torrâ-la, assá-la e fervê-la. Com ela, os indígenas produzem comidas como fari-

nha, beiju, tacacá e pirão (RAUL, 2019).

- Maracá: *Maracá* é um instrumento de formato esferoide, feito com o fruto da cabaceira, usado em cerimônias indígenas. A confecção da maracá é atribuída aos iniciados da tribo e esta é usada pelo pajé em rituais sagrados de cura (ZANNONI; BARROS, 2012).
- Miçangas: A tecelagem com miçangas e sementes de *maramará* gera peças e acessórios, cinturões, saias, braceletes, usados no dia-a-dia ou em rituais e ocasiões festivas.
- Moqueca: *Moqueca* é um vocábulo de origem Tupi. Moquear é uma técnica de cozimento indígena que usa o *moquém*. O assado de peixe embrulhado em folhas que se chama “*pokeka*”. Na moqueca, o peixe é preparado em seu próprio caldo (MERLO, 2011).
- Rede: A rede de dormir se trata de uma invenção indígena, e está relacionada à maneira de dormir desses povos. A rede é conhecida como “*hamaca*” por povos da América do Sul e como “*ini*” por povos indígenas brasileiros (DA SILVA; MARTA, 2014).
- Tapiragem: A tapiragem é o processo de colorir artificialmente as penas de aves, em especial de papagaios e araras. A tapiragem elimina a melanina na pena, a partir de substâncias de origem animal ou vegetal ou por meio de dieta específica para as aves (BUONO *et al.*, 2012).
- Urucum: O urucum é usado em manifestações culturais indígenas, como a pintura corporal, os rituais e as festividades (CAMPOS; LEÃO; NOVA, 2018).

Esses são apenas alguns dos principais elementos do jogo indígena. O objetivo do jogo, ao incorporar esses itens, é valorizar e preservar essa rica herança cultural, além de proporcionar momentos de atividade lúdica, com potencial discussão em âmbito educacional. Cada texto de elemento a ser encontrado foi diagramado para gerar uma caixa de informações, acessível ao clicar no item encontrado que ficará disponível no inventário do jogador.

A arte do jogo é composta por ilustrações bidimensionais, com arte-final e colorização desenvolvidas à mão, em técnica de aquarela, com posterior tratamento digital. A aquarela é uma técnica de pintura em que se utiliza água e pigmento para criar imagens. Essa técnica é amplamente utilizada em ilustrações de livros infantis, devido à sua capacidade de criar imagens suaves, vibrantes e com uma aparência lúdica. A ilustração em aquarela é importante para o público infantil, pois ajuda a criar um mundo imaginário que estimula a criatividade e a imaginação das crianças. Além disso, a aquarela tem a capacidade de evocar emoções e criar atmosferas que ajudam a contar a história de uma maneira mais sutil, suave e envolvente (BOA VISTA, 2018).

Segundo a autora Boa Vista (2018), as ilustrações em aquarela são especialmente eficazes em livros infantis que buscam transmitir valores e mensagens importantes para as crianças. A técnica é capaz de transmitir alegria, serenidade e beleza, mas também pode ser usada para representar situações mais difíceis ou dramáticas

de uma forma delicada e sensível. As cores e as texturas da aquarela são elementos fundamentais que contribuem para a criação de ilustrações envolventes e cativantes para crianças. A técnica permite uma variedade de efeitos, como gradientes suaves, transparências e camadas sobrepostas, o que proporciona uma sensação de profundidade e dimensão às ilustrações. Trata-se de uma técnica importante e valiosa para o público infantil, pois ajuda a criar um mundo mágico e imaginário que estimula a criatividade e a imaginação das crianças.

Para a representação do espaço da fase, foi escolhida uma aldeia (figura 3). As aldeias indígenas são comunidades formadas por indivíduos pertencentes a uma mesma tribo ou etnia. Elas são geralmente localizadas em áreas afastadas dos grandes centros urbanos, e muitas vezes são compostas por diversas casas e estruturas para diferentes finalidades, como celebrações, rituais e produção de alimentos.

Figura 3 - Ilustrações de cenário e elementos aquarelados de elementos da fase indígena.

Fonte: Das autoras.



Segundo Branco (1993), a aldeia indígena varia de acordo com a região e tribo a que pertence, mas é comum que ela seja construída com materiais naturais, como madeira, palha e barro. Geralmente, ela é construída em formato circular ou retangular, e pode ter diferentes tamanhos, dependendo do número de pessoas que irão habitá-la. Além disso, elas podem contar com elementos como redes, bancos, esteiras e outros objetos e artefatos.

Segundo o autor, uma das características mais marcantes das moradas indígenas é a sua relação com a natureza. Elas geralmente são construídas de forma a se integrar ao ambiente ao redor, utilizando materiais encontrados na região e técnicas que permitem uma maior ventilação e iluminação natural.

Em resumo, a representação para o cenário do jogo buscou refletir a relação

profunda e respeitosa que as comunidades indígenas têm com a natureza e com suas tradições, bem como seus objetos e artefatos (figura 4). Elas representam um modo de vida e uma forma de organização social que valoriza o coletivo, a convivência harmoniosa com o meio ambiente e a preservação das culturas ancestrais.



Figura 4 - Elemento maracá e sua caixa de informações na fase indígena.

Fonte: Das autoras.

A partir do protótipo do jogo com as ilustrações implementadas e as interações programadas, foi iniciada a fase de testes com o protótipo de alta fidelidade, com foco na usabilidade e jogabilidade. Os testes de usabilidade com jogos são uma forma de avaliar a experiência do jogador enquanto interage com o jogo. Esses testes podem ser feitos por profissionais da área de *Design* de Jogos e pesquisadores para identificar problemas de usabilidade, melhorar a jogabilidade e aumentar a satisfação do usuário-jogador.

Tais testes também envolvem a observação do jogador enquanto este joga e o registro de dados sobre como foi a interação com o jogo. Buscou-se aferir a funcionalidade e o desempenho; checar se as informações fornecidas pelo sistema em cada ação do jogo são claras o suficiente para entender o objetivo e a tarefa a ser realizada de coletar os itens; avaliar a visibilidade dos elementos de navegação e interação; e investigar se o jogador tem dificuldades para iniciar ou continuar a interação com o jogo e encontrar os elementos da fase indígena (figuras 5 e 6).

Os participantes foram convidados a falar sobre suas experiências enquanto jogavam e após jogar. Os dados coletados foram analisados para identificar problemas com a interface do usuário, a jogabilidade, o nível de dificuldade e outros aspectos do jogo e gerar aprimoramentos no jogo.

Para um jogo digital sobre cultura indígena, foi importante que os testes de jogabilidade incluíssem jogadores que representam o público-alvo do jogo, que neste caso são crianças e adolescentes em idade escolar e também educadores.

Figuras 5 e 6 - Testes com o protótipo de alta fidelidade da fase indígena.

Fonte: Das autoras.



A partir dos *feedbacks* coletados, foi implementada uma lista de elementos a serem encontrados na fase. Esse *feedback* dos usuários foi uma parte crucial do desenvolvimento e permitiu que a equipe desenvolvedora identificasse lacunas para o aprimoramento antes de lançá-lo. Isso ajudou a garantir que o jogo atendesse aos objetivos do projeto e pudesse proporcionar uma experiência educativa e divertida para os estudantes.

DISCUSSÃO/CONCLUSÕES

Os jogos educacionais são uma ferramenta poderosa para a aprendizagem e desenvolvimento das crianças e jovens nos anos escolares. Também, contribuem para a formação de indivíduos mais preparados e motivados, além de tornar o processo de ensino e aprendizagem envolvente. O jogo é uma maneira lúdica e interativa de aprender sobre a cultura indígena brasileira. Dessa forma, é uma iniciativa importante para promover a diversidade cultural e a inclusão social, valorizando a história e a cultura dos povos originários do Brasil. Além disso, o jogo contribui para que os utilizadores possam entender e valorizar as diferenças culturais, promovendo a tolerância e o respeito às diversas formas de vida e de pensamento.

A pesquisa e a extensão universitária são atividades interdependentes e complementares, uma vez que a pesquisa produz o conhecimento e a extensão o aplica na prática. A Resolução nº 7 de 18 de dezembro de 2018, que estabeleceu as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira e regimentou a obrigatoriedade da extensão no Ensino Superior, facilitou a inserção dos estudantes de graduação nesta prática e no contato com situações reais junto à sociedade. Além disso, ambas são importantes para a formação dos estudantes, que podem participar dessas atividades e aprender na prática sobre as diferentes áreas do

saber e suas aplicações em situações reais de projeto, tão fundamentais para o fortalecimento da relação entre a universidade e a sociedade.

Por fim, a partir do relato de *design* do jogo sobre cultura indígena, ressalta-se que os testes de usabilidade com jogos são importantes na etapa de avaliação da experiência do usuário-jogador, e permite aos desenvolvedores criar jogos mais atraentes, envolventes e agradáveis, com a implementação de melhorias do projeto. Espera-se que este relato contribua para a difusão de informações, bem como posteriores projetos do mesmo tipo, com foco em diversidade cultural e elementos de povos tradicionais, como a cultura indígena brasileira.

REFERÊNCIAS

ALVES, Francisco JS. A tradição monóxila náutica em Portugal e no Brasil-achegas para um debate sobre problemáticas comuns. **IX Jornadas de Arqueologia Ibero-Americana-I Jornada de Arqueologia Transatlântica, Lisboa**, 2013.

BATEMAN, Chris; BOON, Richard. **21st Century Game Design**. Hingham: Charles River Media, 2006.

BENEDUZI, Luis Fernando et al. Nós, o outro e os outros: a constituição multiétnica capixaba no caldeirão cultural do Espírito Santo, Brasil. **DIASPORE**, v. 12, p. 93-102, 2020.

BOA VISTA, Gabrielli Fugyama. **Bibi e Pipoca: uma narrativa infantil em aquarela**. 2018. Trabalho de Conclusão de Curso. Universidade Tecnológica Federal do Paraná.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação (CNE). **Resolução nº 7, de 18 de dezembro de 2018**. Estabelece as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira e regimenta o disposto na Meta 12.7 da Lei nº 13.005/2014, que aprova o Plano Nacional de Educação - PNE 2014 - 2024 e dá outras providências.

BRANCO, Bernardo Castello. Arquitetura indígena brasileira: da descoberta aos dias atuais. **Revista de Arqueologia**, v. 7, n. 1, p. 69-85, 1993.

BUONO, Amy et al. Crafts of color: *Tupi tapirage in early colonial Brazil*. **The Materiality of Color: The Production, Circulation, and Application of Dyes and Pigments, 1400–1800**, p. 235-246, 2012.

CAMPOS, Danilo Delfino; LEÃO, Marcelo Franco; NOVA, Matupá. Utilização do urucum pelos indígenas Terena do Mato Grosso e do Mato Grosso do Sul: divulgação de saberes tradicionais e científicos. **Exatas Online**, v. 9, n. 1, p. 12-30, 2018.

CRISTINA, Damasceno de Oliveira Karla; BORGES, Luiz Carlos. **Pajelança, meio ambiente e cotidiano: interação dos pajés com a natureza–cachoeira do Arari/PA**. Acesso em, v. 22, 2012.

DAMAS, Vandimar Marques. O encantamento dos artefatos: trânsitos e mudanças de espaços e significados. **Visualidades**, v. 16, n. 1, 2018.

DA SILVA, Carlos Magno; MARTA, José Manuel Carvalho. Caracterização de produção agrícola e os aspectos econômicos da cana-de-açúcar, mandioca e algodão arbóreo em Várzea-Grande/MT. **Connection Line - Revista eletrônica do Univag**, n. 6, 2014.

DA SILVA, Adriano Prysthon; UMMUS, Marta Eichemberger. **A pesca com arco e flecha e o conhecimento tradi-**

cional indígena na Ilha do Bananal, Rio Araguaia, Tocantins, Brasil. 2017.

FRANCESCHETTO, Cilmar. **Imigrantes Espírito Santo: base de dados da imigração estrangeira no Espírito Santo nos séculos XIX e XX**. Arquivo Público do Estado do Espírito Santo, 2014.

FULLERTON, Tracy. **Game design workshop: a playcentric approach to creating innovative games**. Amsterdam: Morgan Kaufmann Publishers, 2014.

KAPP, Karl. M. **The gamification of learning and instruction: Game based methods and strategies for training and education**. San Francisco: Pfeiffer, 2012.

KISHIMOTO, Tizuko Morchida. **Jogo, brinquedo, brincadeira e a educação**. São Paulo: Cortez, 2010.

LINS, Marcelo; RIOS, Carlos. Canoas monóxilas da Lagoa de Extremoz, RN, Brasil. **Fundamentos**, v. 13, p. 94-107, 2016.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Técnicas de pesquisa: planejamento e execução de pesquisa; amostragens e técnicas de pesquisa; elaboração, análise e interpretação de dados**. 2012.

MERLO, Patricia. Repensando a tradição: a moqueca capixaba e a construção da identidade local. **Interseções: Revista de Estudos Interdisciplinares**, v. 13, n. 1, 2011.

NIELSEN, Jakob. *Heuristic Evaluation*. In: NIELSEN, Jakob; MACK, Robert. L. (Eds.). **Usability Inspection Methods**. New York: John Wiley & Sons, 1994, p. 25-62.

PROUS, André; LIMA, Tania Andrade (Ed.). **Os ceramistas tupiguarani**. Sigma, 2008.

RAUL, Lody. **Farinha de mandioca: o sabor brasileiro e as receitas da Bahia**. Editora Senac São Paulo, 2019.

REGAZZI, Marina Brandão Mendes. O surubim na gastronomia: uma homenagem aos indígenas brasileiros. **Revista de gastronomia**, v. 1, n. 1, 2019.

SAFFER, Dan. **Designing for interaction: creating smart applications and clever devices**. Berkeley, CA: AIGA; New Riders, 2010.

SAMPAIO, Ana Paula Lívero; TARDIVO, Veruska Pobikrowska. Kayapó Kukrãdjã: manifestações culturais dos povos indígenas. **Periódico Eletrônico Fórum Ambiental da Alta Paulista**, v. 6, n. 10, 2010.

SCHELL, Jesse. **A Arte de Game Design: Livro Original**. Campos: 2011.

ZANNONI, Claudio; BARROS, Maria Mirtes dos Santos. **A voz dos espíritos: uma abordagem sobre o maracá em sociedades indígenas do Maranhão**. 2012.

FONTES DE FINANCIAMENTO

Esta pesquisa não contou com financiamento.

CONFLITO DE INTERESSES

Declaramos não ter conflito de interesse.



Educação ambiental junto as Paneleiras de Goiabeiras: uso sustentável da casca de mangue vermelho

Environmental education with Paneleiras de Goiabeiras: sustainable use of red mangrove bark

Resumo

As “Paneleiras de Goiabeiras”, em Vitória-ES, são artesãs tradicionais que utilizam cascas da árvore *Rhizophora mangle* para pintar panelas de barro. Porém, essa prática tem impactado negativamente os manguezais, levando à morte das árvores. O “modo de fazer” panelas de barro é o primeiro patrimônio cultural imaterial brasileiro. Em 1997, foram realizadas atividades de extensão e educação ambiental para desenvolver estratégias de gestão do ecossistema de forma participativa. Grupo focal foi a técnica utilizada, além de entrevistas com 30 artesãs e 3 casqueiros, para coleta de dados. Duas avaliações foram conduzidas (Março/2000 e Março/2001) para monitorar mudanças de atitudes e comportamentos na comunidade. A extração de casca é individual e informações sobre áreas de mangue inexploradas não são compartilhadas. Após 20 meses, constatou-se que os casqueiros continuaram removendo a casca, porém, dessa vez, escolhendo árvores maduras com maior concentração de taninos. As artesãs também melhoraram o planejamento da produção, reduzindo desperdícios e aumentando a eficiência da pintura das panelas. É essencial envolver instituições e a sociedade civil no diálogo sobre a conservação dos manguezais, incluindo as Paneleiras de Goiabeiras. A preservação do ecossistema é crucial para garantir a continuidade dessa tradição cultural.

Palavras-chave: manguezal; Baía de Vitória; *Rhizophora mangle*; tanino.

Renato de Almeida
Alexandre Ricardo de Oliveira
Rosa Maria Senna Melo

renato.almeida@ufrb.edu.br

Universidade Federal do
Recôncavo da Bahia

Abstract

The “Paneleiras de Goiabeiras” in Vitória, ES, are traditional artisans who use bark from the Rhizophora mangle tree to paint clay pots. However, this practice has had a negative impact on mangroves, leading to the death of the trees. The “modus operandi” of making clay pots is the first intangible cultural heritage in Brazil. In 1997, extension and environmental education activities were carried out to develop participatory ecosystem management strategies. The focal group technique was used, along with interviews with 30 artisans and 3 bark collectors, to collect data. Two assessments were conducted (March/2000 and March/2001) to monitor changes in attitudes and behaviors in the community. The bark extraction is done individually, and information about unexplored mangrove areas is not shared. After 20 months, it was found that the bark collectors continued to remove the bark, but this time, they chose mature trees with a higher concentration of tannins. The artisans also improved production planning, reducing waste, and increasing the efficiency of pot painting. It is essential to involve institutions and civil society in a dialogue on the conservation of mangroves, including the Paneleiras de Goiabeiras. Preserving the ecosystem is crucial to ensure the continuity of this cultural tradition.

Keywords: mangrove; Baía de Vitória; Rhizophora mangle; tannin.

INTRODUÇÃO

A tradição das Panelas de Barro de Goiabeiras é um dos mais importantes símbolos da cultura popular do Espírito Santo. Ao final do século passado, em meados dos 90, aspectos descritivos sobre a origem e a própria expressão cultural foram fortemente retratados sob o ponto de vista arqueológico e antropológico. Sabe-se que a atual cerâmica produzida pelas artesãs é uma mistura de técnicas das tradições indígenas Tupi-Guarani e Una, sobressaindo-se aquelas empregadas pela Tradição Una (PEROTA; DOXSEY; BELING NETO, 1997). A sobrevivência dessa atividade tradicional depende de um amplo ciclo de articulação entre a argila¹, a lenha e a tinta obtida a partir da extração de casca das árvores de mangue (WALDECK, 1996).

Já no início deste século o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) iniciou esforços para produzir o Inventário Nacional de Referências Culturais (INRC). Em 2002 inaugurou o Livro de Registro dos Saberes, reconhecendo nacionalmente o ofício da confecção da panela de barro, então inscrito como um bem cultural de natureza imaterial, assim designado como Patrimônio Cultural Imaterial Brasileiro (IPHAN, 2006).

Desde então, se constata robusta produção acadêmica abordando inúmeros aspectos sociológicos, como: institucionalização do trabalho artesanal e construção identitária pela formação da Associação das Paneleiras de Goiabeiras (APG) (DIAS, 2006); dinâmica cultural induzida pela inserção mercadológica e necessidades adaptativas (CAMILETTI, 2012; MARQUES; CALOTI, 2013); a indicação geográfica das panelas de barro e o reconhecimento internacional da APG (LIMA *et al.*, 2015); satisfação dos turistas frente ao atendimento das artesãs na sede da APG (MIGUEL *et al.*, 2019); processos discursivos de construção do território e valorização do bairro Goiabeiras Velha (MARQUES, 2020); motivações para instaurar o selo de autenticidade, o certificado de garantia de origem, conflitos pela posse e acesso ao barreiro (MARQUES, 2021); a cultura política associativo-participativa em torno da APG (MARQUES; RODRIGUES; FUKUDA, 2021), entre outros.

No campo da educação ambiental, as Paneleiras de Goiabeiras foram centrais em um esforço analítico-epistemológico alicerçado em teorias pós-coloniais (TRISTÃO, 2014); que mediante o uso de cartografias e narrativas dos saberes e fazeres, incluindo reflexões sobre as histórias contadas por casqueiros, artesãs e professores da educação infantil, explorou possibilidades às escolas sustentáveis.

Denota-se, portanto, uma lacuna de informações sobre os aspectos ambientais, especialmente ligados à extração da casca² de *Rhizophora mangle* L. (mangue-vermelho). Pesquisas ecológicas e atividades extensionistas interventivas foram conduzidas entre 1994 e 2001, incluindo educação ambiental junto às Paneleiras de Goiabeiras e a construção participativa de recomendações ao manejo da exploração da casca de mangue. Aqui retratamos os principais apontamentos e resultados de estudos daquele momento histórico pouco conhecido, mas ainda fundamentais à conservação dos manguezais na Baía de Vitória e à continuidade de uma tradição

¹Há séculos a argila é extraída do Vale do Mulembá, localizado no bairro Joana D'Arc, em Vitória-ES. O barro retirado no Mulembá apresenta características singulares e não foi encontrado, em todo o Estado, outra jazida com as mesmas características de pureza e plasticidade. Em 1998, eram retiradas cerca de 600 bolas de barro por semana (20Kg, cada). Este volume era suficiente para atender à demanda de toda a comunidade das Paneleiras de Goiabeiras.

²A casca de mangue-vermelho possui elevada concentração de tanino, composto natural da planta. Essa casca é macerada e deixada em repouso na água por 2 a 4 dias até formar uma “infusão” (tinta), já que o tanino é hidrolisável. Essa tinta avermelhada é usada para pintar as cerâmicas, mas principalmente para impermeabilizá-las.

cultural. Ainda hoje, algumas informações podem ser comparáveis, se necessárias, de modo a monitorar mudanças na intensidade de uso dos recursos naturais e na própria produção das panelas de barro.

Inicialmente, são brevemente demonstrados alguns resultados da pesquisa ecológica, necessárias à melhor contextualização da ação interventiva. Em seguida é apresentada a descrição metodológica das atividades extensionistas interventivas junto à comunidade tradicional das Paneleiras de Goiabeiras (Projeto de Extensão n.122/97 - PROEXT/UFES); imbricadas com práticas de educação ambiental, que incluem a elaboração das próprias recomendações de manejo, em caráter participativo, mas também um monitoramento *ex-post-facto* de alguns indicadores.

Contribuições da Pesquisa Ecológica

Motivados pela gestão pública ambiental da cidade de Vitória-ES foram conduzidos estudos ecológicos no Manguezal do Canal da Passagem, com o propósito de avaliar os impactos ambientais da extração da casa de *Rhizophora mangle* L. (mangue-vermelho) e apontar estratégias de manejo.

Um casqueiro profissional foi envolvido na pesquisa, tendo provocado injúrias controladas nos troncos das árvores submetidas ao monitoramento entre outubro/1994 e maio/1997 (32 meses).

Constatou-se que a extração da casca, por meio do anelamento (100% do perímetro do tronco), ocasiona rompimento de vasos condutores de seiva e gera *déficit* hídrico na planta. Assim, é deflagrada uma sequência de respostas para restabelecer o balanço hídrico (ajustes fisiológicos), como a perda de turgescência e desfolhamento parcial, emissão de raízes adventícias, além de deformações e alterações no volume dos frutos (ALMEIDA, 2001). Todavia, a rápida senescência e desfolhamento intenso culmina com a morte da árvore nos primeiros cinco meses após o impacto, sem que a planta consiga restabelecer o *déficit* hídrico. Todavia, árvores que sofreram injúrias em até 50% do perímetro do tronco alcançaram esse ajuste fisiológico e permaneceram vivas, mas sem regeneração da casca.

As árvores mortas, quando agrupadas, podem tombar e formar clareiras. Os sedimentos ricos em matéria orgânica, agora expostos ao sol, tornam-se ácidos e pouco atrativos a crustáceos e moluscos; gerando conflitos de uso entre casqueiros e catadores de caranguejo. Os sedimentos e lamas também se tornam expostos ao carreamento pelo escoamento superficial, contribuindo, em longo prazo, ao assoreamento dos canais e comprometimento da navegabilidade do Canal da Passagem (PAIVA; ALBINO, 2000; ALMEIDA, 2001). A pesquisa ecológica demonstrou que o anelamento parcial (até 50% do perímetro do tronco) possibilitaria algum uso sustentável do recurso. Além disso, atividades destinadas à conservação dos manguezais poderiam ser adotadas pela comunidade, desde que as atividades de extensão envolvessem a participação ativa e informada das paneleiras no processo de construção das estratégias de manejo.

MÉTODOS

Entre junho/1997 e dezembro/1998 foi desenvolvida a atividade extensionista interventiva, propriamente dita. Por conta da pesquisa ecológica já havia diálogo prévio com as paneleiras e os casqueiros, no entorno do Galpão da Associação das Paneleiras de Goiabeiras, com sede no bairro de Goiabeiras Velha, Vitória-ES. A atividade ampliou o diálogo para outros locais, conhecidos genericamente como Barracões, destacando-se: Barracões de Sr. Arnaldo, de D. Margarida e de D. Conceição; todos em Goiabeiras Velha. As atividades foram realizadas quatro etapas principais:

1) Conhecendo a Produção Ceramista: trata-se de um momento inicial de imersão na comunidade, destinada a conhecer as etapas de produção das placas de barro, mas também para colher informações preliminares sobre a retirada da casca de mangue e a relação dos comunitários com o ecossistema manguezal; Conversas informais (sem roteiros), foram realizadas com aproximadamente 70 membros comunitários entre junho e dezembro de 1997. As entrevistas aconteceram em diferentes ambientes laborais do Galpão da APG, dos Barracões e algumas residências. Na ocasião, a equipe compartilhou algumas frases pré-elaboradas sobre a retirada e uso da casca do mangue, motivando os comunitários a elaborarem novas frases sobre o tema.

2) Visita ao Manguezal: etapa para retomada de mobilização da comunidade, realizada em abril/1998, com auxílio de embarcação que partiu do Galpão da Associação, navegando o Canal da Passagem até a Ilha das Caieiras. O trajeto (ida e volta) teve duração de pouco mais de 6 horas. Foram realizadas atividades integrativas entre pesquisadores, paneleiras e moradores das Caieiras. No trajeto foram abordadas as condições ambientais do manguezal (impactos existentes e alternativas de uso sustentável), a beleza cênica e o histórico de ocupação do ecossistema, além de sua importância às comunidades tradicionais e à manutenção da vida marinha. A visita embarcada buscou maior aproximação e capilaridade da equipe na comunidade. Após poucas semanas foi realizada breve exposição no Galpão da APG para apresentar os registros fotográficos decorrentes da visita.

3) Oficina para discussão das estratégias de manejo: essa etapa contou com uma única oficina (3h) realizada em junho/1998, junto aos comunitários, reunidos em uma escola do bairro. Foi exibida uma sequência de slides com resultados da pesquisa ecológica sobre os impactos da extração de casca no manguezal. Foram constituídos grupos focais com os comunitários, organizados segundo sua função - paneleiras, casqueiros, pescadores/marisqueiros/familiares (GATTI, 2005). Cada grupo, separadamente, discutiu sua contribuição ao enfrentamento da problemática, produzindo recomendações e procedimentos à retirada da casca e ao uso da tinta. Em certa medida, se estabeleceu um acordo entre os membros comunitários para introduzir mudanças de suas práticas laborais.

Cabe destacar que aqui assumimos a problemática ambiental enquanto produto de uma relação instaurada em um dado momento histórico entre socie-

dade e natureza, sendo possível distinguir dois tipos de relações interdependentes: a dos seres humanos entre si (meio social) e destes com a natureza não humana (meio físico e natural) (QUINTAS, 2004).

4) Entrevistas de Interesse Societário: etapa realizada entre setembro e outubro de 1998, quando foram conduzidas entrevistas semiestruturadas (LANKSHEAR; KNOBEL, 2008), balizadas por um roteiro de perguntas (abertas e fechadas) para descrever características sociais e do trabalho de 03 casqueiros; além de 30 artesãs (faixa etária, local e tempo de moradia, tempo de envolvimento com a atividade) e sua relação com a produção ceramista (ambiente de trabalho e divisão de tarefas). Informações sobre a retirada da casca do mangue e a eficiência de uso da tinta (infusão) foram centrais na entrevista. Foram critérios de inclusão das entrevistadas: a) ser envolvida em alguma etapa de produção das panelas de barro (inclusive na extração de casca do mangue, no caso dos casqueiros); b) ter disponibilidade para conceder a entrevista. Foram entrevistadas artesãs que trabalhavam no Galpão da Associação, mas também em outros barracões existentes na comunidade, além das “paneiras de quintais”. As entrevistas tiveram duração inferior a 30 minutos e foram conduzidas nos locais de trabalho. Foi preservado o anonimato, com garantia de confidencialidade. Foram realizadas anotações de campo e registros fotográficos. Essa etapa permitiu uma boa caracterização societária da comunidade e de suas práticas laborais vigentes àquela época.

Outras visitas esporádicas foram realizadas para observação direta e descritiva, mas também serviram para reforçar os acordos estabelecidos durante a oficina, além de registros complementares sobre a manufatura das panelas de barro e o uso da tinta.

Posteriormente, em março/2000 e março/2001, foram conduzidas duas avaliações ex-post-facto para monitorar possíveis mudanças no planejamento da produção ceramista e na prática de extração e uso da casca junto a paneiras e casqueiros.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A ação educativa adotada reflete um dado momento histórico anterior à instituição da própria Política Nacional de Educação Ambiental, em 1999. Naquele momento ainda não havia maturidade para definição de uma dada tendência pedagógica. Hoje, entendemos que a concepção educativa vivenciada estava próxima da Educação Ambiental na Gestão do Meio Ambiente, por proporcionar condições ao desenvolvimento de capacidades para uma intervenção individual e coletiva na gestão de uso dos recursos e nas decisões que afetam a qualidade do meio ambiente (QUINTAS, 2004).

As conversas informais permitiram conhecer in locu a sequência das etapas de produção das panelas de barro, minuciosamente descritas por Perota, Doxsey e Belling Neto (1997): modelagem; secagem à sombra; alisar; preparação da tinta; queima; e pintura. Diferentes frases destinadas a orientar as práticas de exploração da casca de

mangue e a conservação dos manguezais foram elaboradas pelos comunitários (Tabela 1). Algumas delas foram usadas na confecção de placas informativas, em madeira compensada, então afixadas no Galpão da APG, nos diversos Barracões existentes em Goiabeiras Velha, algumas residências e em alguns pontos do manguezal.

<p>Proteger o manguezal é nosso dever. Acabar com o mangue é o fim da picada. O mangue é importante para todos. Clareira, ferida no mangue. Sem árvores, sem caranguejos. Sem árvore, morre a tradição capixaba. Sem árvore, acaba caranguejeiro, acaba paneleira. Ótima ideia! Economizar tinta. Paneleira bem informada prefere casca madura. Para que o futuro conheça a nossa tradição, preserve o manguezal. Paneleira depende do manguezal para preservar a cultura capixaba.</p>	<p>Mangue maduro tem casca “boa”. Da árvore tire só a casca, não a vida. Para retirar a casca a árvore não precisa morrer. Casca madura, paneleira gosta. Casca madura, mais economia. Casca madura, mais qualidade. Casca madura, melhor produto. A turma dos casqueiros é amiga do mangue. Retirar a casca só de árvore madura. Descascando de forma adequada o mangue é preservado. Casca madura, panela boa.</p>
---	--

Tabela 1
 Frases elaboradas pela comunidade para confecção de placas informativas.

Fonte: Autores (2020)

Num esforço de construção coletiva durante a oficina para discussão das estratégias de manejo também foram elaboradas recomendações diversas pelos comunitários e pelos pesquisadores, sobre a extração da casca de mangue-vermelho (Figura 1) e o uso da tinta.

Destacam-se:

- Retirar a casca só de um lado do tronco para a árvore não morrer.
- Retirar casca de árvores maduras porque oferecem tinta boa, que rende mais.
- Não tirar casca verde, pois a tinta é fraca e também depreda o mangue.
- Não tirar casca de árvores da margem do mangue e de árvores agrupadas.
- Economizar tinta na queima das panelas. Além de conservar as árvores do mangue, teremos sempre nosso produto de trabalho.
- Casqueiros experientes deverão orientar aqueles sem prática a “bater” a casca corretamente.

As entrevistas de interesse societário foram especialmente importantes, pois permitiram uma caracterização mais profunda dos membros comunitários naquele momento histórico. É importante ressaltar que ao final de novembro de 1998 a Associação das Panelas de Goiabeiras contava com 104 associados, sendo possível confirmar que a produção das panelas de barro é uma atividade

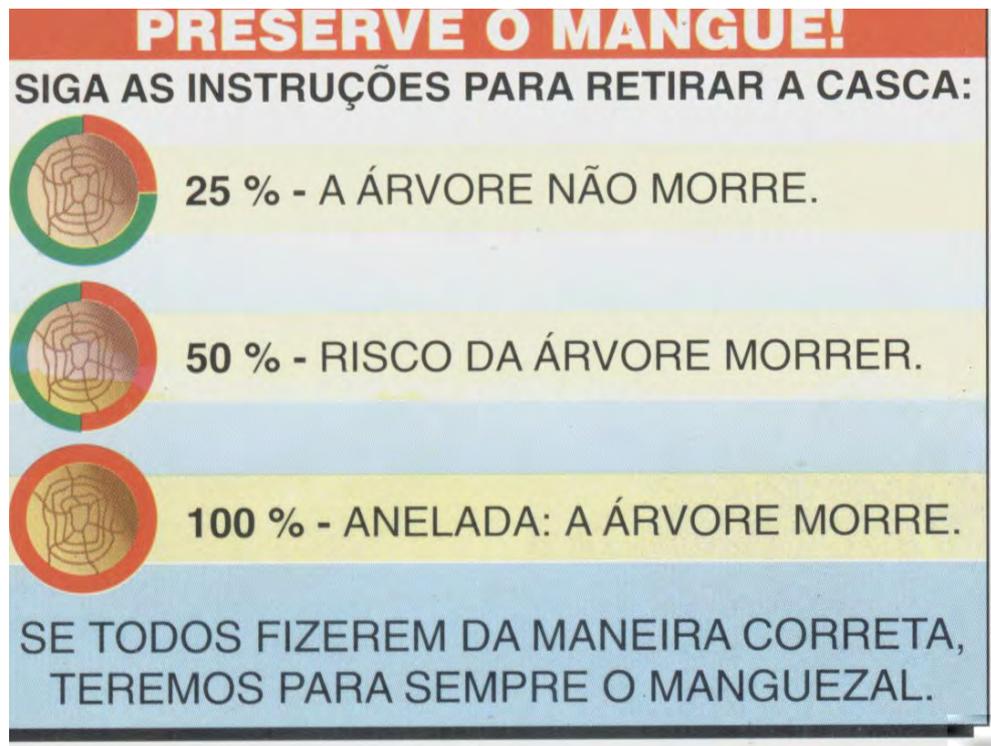
predominantemente feminina (WALDECK, 1996), motivo pelo qual parece coerente chamarmos de “artesãs”, embora existam homens envolvidos na atividade.

A faixa etária das 30 artesãs (22 mulheres e 08 homens) entrevistadas variou entre 15 e 90 anos. Pelo menos 73% viviam há mais de 30 anos no bairro de Goiabeiras Velha; mas três delas residiam há menos de 10 anos nas proximidades, nos bairros República, Maria Ortiz e Carapina.

O local de residência tem relevância identitária frente a existência de outros polos produtores de panela no Espírito Santo. Naquele momento, 1998, artesãos do polo Guarapari demandavam o direito de se tornarem associados da APG, apesar de sua cerâmica pertencer a tradição afrocapixaba, com uso de torno e queima em forno fechado. Isso ajudou a impulsionar um processo de construção discursivo do “Território da Tradição”, já que para as artesãs associadas da APG, há óbvia correlação entre o local geograficamente situado da tradição (Goiabeiras Velha) e o discurso de legitimidade do saber-fazer panela de barro, destacando a evocação dos lugares de memória (o barreiro e o manguezal) e a identificação dos sujeitos com o seu território (MARQUES, 2020).

Figura 1
Modelo de placa
informativa com re-
comendações para
retirada da casca de
mangue.

Fonte: Autores
(2020)



As entrevistas de interesse societário foram especialmente importantes, pois permitiram uma caracterização mais profunda dos membros comunitários naquele momento histórico. É importante ressaltar que ao final de novembro de 1998 a As-

sociação das Panelleiras de Goiabeiras contava com 104 associados, sendo possível confirmar que a produção das panelas de barro é uma atividade predominantemente feminina (WALDECK, 1996), motivo pelo qual parece coerente chamarmos de “artesãs”, embora existam homens envolvidos na atividade.

A faixa etária das 30 artesãs (22 mulheres e 08 homens) entrevistadas variou entre 15 e 90 anos. Pelo menos 73% viviam há mais de 30 anos no bairro de Goiabeiras Velha; mas três delas residiam há menos de 10 anos nas proximidades, nos bairros República, Maria Ortiz e Carapina.

O local de residência tem relevância identitária frente a existência de outros polos produtores de panela no Espírito Santo. Naquele momento, 1998, artesãos do polo Guarapari demandavam o direito de se tornarem associados da APG, apesar de sua cerâmica pertencer a tradição afrocapixaba, com uso de torno e queima em forno fechado. Isso ajudou a impulsionar um processo de construção discursivo do “Território da Tradição”, já que para as artesãs associadas da APG, há óbvia correlação entre o local geograficamente situado da tradição (Goiabeiras Velha) e o discurso de legitimidade do saber-fazer panela de barro, destacando a evocação dos lugares de memória (o barreiro e o manguezal) e a identificação dos sujeitos com o seu território (MARQUES, 2020).

Muitas das mulheres estão desde a infância envolvidas na atividade, mas parece haver alguma descontinuidade temporal de suas funções laborais junto a atividade. Entre as 22 mulheres entrevistadas, 12 possuíam até 30 anos de experiência, enquanto outras 08 tinham mais de 50 anos envolvidas na atividade. Os relatos sugerem que a atividade representa a primeira oportunidade de trabalho e renda para as mais jovens, que logo passam a procurar empregos no mercado formal. Não raramente, retornam à atividade após algum tempo e circunstâncias da vida. Várias dessas trajetórias foram detalhadamente apresentadas, inclusive com identificação das artesãs (DIAS, 2006).

É comum ouvir as artesãs mais experientes exaltando o orgulho de seu ofício. Embora tenham contato com a atividade desde a infância, a melhoria das condições materiais e do estilo de vida conta com apoio dos filhos e demais familiares, que possuem outras ocupações. Algumas artesãs também desempenham outras tarefas não ligadas à produção ceramista para composição do orçamento familiar. O envolvimento dos homens na produção de panelas parece ter início no final dos 70, já que os 08 homens entrevistados estão há menos de 25 anos na atividade. Essa informação é confirmada por Nicole *et al.* (2012) que realizaram estudo etnográfico sobre a “cultura do barro” junto a APG.

É importante salientar que a produção da panela de barro compreende várias etapas já descritas por Waldeck (1996) e Perota, Doxsey e Beling Neto (1997), a saber: modelagem, secagem à sombra, torneamento, secagem, alisamento, preparação da pintura, preparação da escova, a queima e a pintura.

Quanto ao local de trabalho, 50% das artesãs entrevistadas executam todas as etapas exclusivamente no Galpão da Associação, enquanto outra parte delas, as chamadas “panelleiras de quintais”, desempenha a totalidade das etapas no quintal de suas residências (23%) ou nos barracões (20%) de Sr. Arnaldo, de D. Margarida e

de D. Conceição. Algumas das entrevistadas (7%) fazem uso do Galpão da Associação somente para a queima das cerâmicas.

De modo geral, as artesãs mais experientes dominam todas as etapas de produção, desde a modelagem à pintura e comercialização; mas algumas etapas podem ser “negociadas” com ajudantes, conforme a demanda de comercialização ou em função da baixa experiência com alguma etapa específica. O termo “negociada” parece apropriado, pois o esforço pode ser trocado por algum número de peças ou pelo próprio tempo semanal de trabalho, raramente monetizado.

Uma vez descrito o perfil sociocultural das artesãs e sua relação com a produção ceramista, importa descrever os casqueiros ativos na comunidade. É a atividade dos casqueiros que mais diretamente expressa o impacto que observamos no manguezal. Foram identificados um total de 03 casqueiros na comunidade, todos homens, com tempo de envolvimento na atividade igual a 27, 11 e 07 anos, respectivamente. Embora a extração de casca seja economicamente mais rentável, os casqueiros também se dedicam à coleta de mariscos e crustáceos para complementar a renda familiar.

É importante lembrar que durante a visita embarcada ao manguezal, algumas artesãs relataram memórias afetivas de quando mais jovens, de tempos em que também participavam ativamente da extração da casca de mangue. Isso parece ter se perdido entre as mulheres, que agora negociam a casca diretamente com os casqueiros profissionais (todos homens).

Segundo os casqueiros, a extração da casca de mangue-vermelho é realizada em diversos pontos do manguezal na Baía de Vitória: Lameirão, Atalho, Margarida, Esteiro do Siri, Caboclo, Carapina Grande, Três Barras, Cachimbo, Mulembá, Pracinha-Areado, UFES, entre outros. Não parece existir uma lógica de rotação das áreas exploradas. Por ser atividade individual, a descoberta de uma nova área pouco explorada é guardada em sigilo dos demais casqueiros. No passado, algumas dessas áreas de mangue foram estudadas por Carmo *et al.* (1995), que confirmaram a presença de árvore mortas e aneladas. Estudos recentes de Zamprogno *et al.* (2016) e Barbirato *et al.* (2021) não mencionaram esse tensor antropogênico. É provável que as áreas exploradas pelos casqueiros não sejam tão distantes do Galpão da APG, já que se deslocam aos mangues por meio de canoas à remo.

A quantidade de casca e o pagamento pelo volume a ser explorado é previamente negociado com as artesãs. É importante destacar que para 62% das artesãs entrevistadas não há preferência de comercialização com um casqueiro em específico. Mas a preferência apontada pelas demais (38%) estava relacionada à amizade e ao parentesco com os casqueiros. No momento da entrevista, todos eles ofertavam uma mistura de “casca madura” e “casca verde”, segundo relatos das artesãs.

É importante diferenciar “casca madura” e “casca verde”, posto ser uma informação central às estratégias de manejo. A casca madura é obtida de árvores mais desenvolvidas, com troncos de maior diâmetro. Comparativamente, é uma casca mais espessa, com maior concentração de tanino (composto natural da planta, rapidamente hidrolisável em água, usado na produção da tinta aplicada na etapa

de pintura das panelas de barro). Dada a maior concentração de tanino, as artesãs podem diluir em maior quantidade de água, produzindo maior volume de tinta (infusão). Em última análise, isso representa ganho de eficiência na produção, sendo possível pintar maior quantitativo de panelas.

Os mangues mais desenvolvidos na Baía de Vitória são, exatamente, florestas monoespecíficas de *R. mangle* (mangue-vermelho), normalmente situadas em áreas lamacentas e distantes de influências antropogênicas diretas, especialmente em áreas mais interioranas da floresta (bacias), embora também ocorram nas margens dos canais de maré (ZAMPROGNO *et al.*, 2016). Estratégias de monitoramento da atividade também são possíveis considerando o volume de casca extraída pelos casqueiros ou o número de panelas produzidas pelas artesãs.

Os casqueiros afirmaram que a lata de 20 litros é a unidade de medida usada na comercialização de cascas com as artesãs. Em 1998 eram necessárias 25 latas para atender a produção de toda a comunidade pelo período de duas semanas, consideradas as condições de tempo favoráveis à etapa de queima das cerâmicas - dias ensolarados e ventos moderados. De modo geral, uma árvore fornece 2 latas de casca, mas não raramente, uma árvore com tronco de grande diâmetro forneceria até 4 latas de casca. Assim, estimamos que 10 a 12 árvores sustentariam a produção comunitária por duas semanas, se apenas árvores maduras fossem utilizadas.

As artesãs apresentaram respostas bem discrepantes sobre a quantidade de panelas pintadas com uma única lata de casca, pois isso também depende do tamanho da panela e da qualidade da casca (madura ou verde). A casca madura permite pintar maior número de peças (Gráfico 1), tendo por base a panela do tipo “frigideira” (20 cm de diâmetro, com tampa). Então, consideramos que o rendimento de uma lata de casca madura permitiria pintar de 15 a 25 frigideiras.



Gráfico 1
Respostas das artesãs frente ao rendimento de tinta na etapa de pintura de frigideiras (20 cm de diâmetro, com tampa), com uso de casca (madura e verde).

Fonte: Autores (2020)

Uma vez apresentados e discutidos os resultados do projeto interventivo, parece oportuno refletir sobre o propósito central de promover mudanças adaptativas

da comunidade concernentes à manutenção de uma atividade tradicional, compatíveis com a conservação do ecossistema manguezal.

Após 20 meses (março/2000) desde a oficina de manejo, a recomendação de retirar um máximo de 50% de casca ao redor dos troncos das árvores parecia não ter sido assimilada pelos casqueiros, já que a equipe da Divisão de Proteção a Ecossistemas, da Prefeitura Municipal de Vitória, seguiu relatando a presença de mangue-vermelho fenecendo ao longo do Canal da Passagem. Contudo, foram observadas outras mudanças de comportamento dentro da comunidade (Tabela 2) que podem representar uma diminuição do ritmo de exploração do recurso.

Tabela 2
Resultados das avaliações *ex-post-facto* verificadas junto aos casqueiros e artesãos.

Fonte: Autores (2020)

CARACTERÍSTICAS	OUTUBRO 1998	MARÇO 2000	MARÇO 2001
Recomendação para retirada da casca	Todo o tronco era anelado	Na maior parte das vezes, todo o tronco continuava sendo anelado	Na maior parte das vezes, todo o tronco continuava sendo anelado
Tipo de casca fornecida pelos casqueiros	Todos os casqueiros forneciam mistura de casca verde e casca madura	Apenas um dos casqueiros fornecia mistura de casca verde e madura	Todos os casqueiros forneciam casca madura
Número de frigideiras pintadas com uma lata de casca	15 a 25	40 a 50	40 a 50
Planejamento no uso da tinta	Pouco planejado. Desperdício do recurso.	Adequação a uma nova exigência.	Melhor planejamento. Economia do recurso.

Após a intervenção, as artesãs passaram a exigir dos casqueiros o fornecimento de “casca madura”, sendo possível produzir maior volume de tinta (infusão), suficiente para pintar 40 a 50 frigideiras (20 cm de diâmetro, com tampa). Muitas vezes, as artesãs também adquiriam quantidades excessivas de casca, produzindo volume de tinta acima da demanda, ocasionando desperdício do recurso. Isso, pois, as cascas, em solução aquosa por tempo demasiado, sofrem deterioração, comprometendo a qualidade da tinta. A utilização de casca madura induziu adequação à nova exigência e ao melhor planejamento do uso frente a demanda, com redução sensível da quantidade de casca encomenda junto aos casqueiros. Além disso, durante a etapa da pintura, as artesãs passaram a usar um anteparo entre a peça a ser pintada e a superfície do solo (normalmente uma tampa de fogão ou bacia). Isso possibilitou o recolhimento e a reutilização do excesso de tinta que, anteriormente, escorria ao chão (Figura 2a). Atualmente, esse rudimentar “avanço tecnológico”

foi substituído pelo balcão (Figura 2b), que oferece melhor conforto ergonômico e mantém o recolhimento do excesso de tinta por orifício central, com captura interna e armazenamento.

Figura 2.a



Figura 2.b



Figura 2
Tecnologia para recolhimento do excesso de tinta durante a pintura:
a) Modelo tampa de fogão;
b) Modelo balcão, atual.

Fonte: Autores (2020)

Em maio/2001 foi produzido um *folder* de divulgação com parte dos resultados da pesquisa, incluindo recomendações de uso, história da comunidade e etapas de confecção das cerâmicas. O *folder* funcionou como material informativo adicional, distribuído pelas artesãs para melhor divulgar a produção das panelas de barro junto aos turistas e demais interessados.

CONCLUSÕES

Após 25 anos desde a elaboração de recomendações ao manejo da extração da casca de mangue-vermelho, ainda são observadas árvores completamente aneladas, fenecendo nos manguezais da Baía de Vitória. De outra forma, apesar de todo esforço, o manejo permanece focado apenas em ações fiscalizatórias, sem qualquer monitoramento quanto ao número de casqueiros envolvidos na atividade, quantidade e qualidade da casca extraída ou quantitativo de panelas produzidas. É muito provável que a situação atual seja ainda mais problemática, se considerarmos que os estudos sociológicos recentes apontam para todo tipo de ajuste adaptativo da comunidade, no sentido de atender a ampliação da demanda de panelas de barro conforme exigências mercadológicas.

Constatamos forte empenho do Poder Público na elaboração de políticas que garantam a autenticidade das panelas; a indicação de origem geográfica; o impulsionamento do turismo e a própria “invenção da tradição” pelo reconhecimento do ofício da confecção da panela de barro enquanto Patrimônio Cultural

Imaterial Brasileiro. Essas políticas contribuem para agregar valor às peças, mas o problema consiste em considerar finito a natureza e os recursos naturais (a argila, a lenha e o tanino extraído da casca de mangue-vermelho) como mercadorias em potencial. O Poder Público parece afastado dessa questão.

Os manguezais da Baía de Vitória seguem sofrendo todo tipo de pressão, seja pela expansão urbana, industrial ou pelo uso tradicional dos seus recursos. Mas ameaçar ou excluir, a longo prazo, as opções de uso dos recursos para as futuras gerações não parece ser uma prática adequada à gestão costeira. É imperativo que o governo, as universidades e a sociedade civil organizada envolvam as Paneleiras de Goiabeiras no diálogo sobre a conservação dos manguezais.

Os esforços envolvidos neste projeto mediante as pesquisas ecológicas, a extensão universitária e as experiências formativas no campo da educação ambiental culminaram com o reconhecimento e a premiação concedida pelo Poder Público Municipal, através do Prêmio Tião Sá (Categoria Educação Ambiental). Esse talvez seja um indicativo da necessidade de implicar o Poder Público de forma permanente, por meio de uma educação ambiental de base crítica, que envolva a comunidade não apenas como “vitrine” da cultura capixaba, mas protagonista, reflexiva de sua própria dinâmica cultural. Isso passa pela necessidade de fortalecimento e organização comunitária em busca de maior maturidade institucional da Associação das Paneleiras de Goiabeiras.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, R. **Manguezal do Canal da Passagem, Vitória, Espírito Santo: Conteúdo e transferência de nutrientes na fração folhas da serapilheira**. 2001. 92p. Dissertação de Mestrado. Instituto Oceanográfico da Universidade de São Paulo. 2001.

BARBIRATO, J.O.; FERREIRA, N.C.; ZANDONADI, D.B.; DOBBSS, L.B. Structural characterization of areas with different levels of conservation in the mangrove of Vitória Bay, ES. **Brazilian Journal of Animal and Environmental Research**. v.4, n.2, p.2600-2614, 2021.

CAMILETTI, G.G. Modernidade e Tradição em Anthony Giddens: um Olhar sobre os Estilos de Vida nas Paneleiras de Goiabeiras. **Revista interdisciplinar de gestão social**. v.1, n.2, p.165-188, 2012.

CARMO, T.M.S.; BRITO-ABAUURRE, M.G.; SENNA-MELO, R.M.; ZANOTTIXAVIER, S.; COSTA, M.B.; HORTA, M.M.M. Os manguezais da baía norte de Vitória, Espírito Santo: um ecossistema ameaçado. **Revista Brasileira de Biologia**, v. 55, p. 801-808, 1995.

DIAS, C. Ser Panelreira não é brincadeira” - estratégias de associação política na construção de uma categoria profissional. **Arquivos do Museu Nacional**, Rio de Janeiro, v.64, n.3, p.203-213, 2006.

GATTI, B.A. **Grupo focal na pesquisa em Ciências Sociais e Humanas**. Brasília: Líber Livro, 2005.

IPHAN. **Dossiê IPHAN 3 - Ofício das Paneleiras de Goiabeiras**. Brasília, DF: Iphan, 2006.

LANKSHEAR, C.; KNOBEL, M. **Pesquisa pedagógica: do projeto a Implementação**. Porto Alegre: Artmed. 2008.

LIMA, T.L.M.; DANTAS, H.T.A.; COSTA, L.V.M.; GUIMARÃES, P.B.V. A indicação geográfica como alternativa para o desenvolvimento regional: o caso das panelas de barro de Goiabeiras. **Cadernos de Prospecção**, vol.8, n.1, p.169-173, 2015.

MARQUES, M.S. 2020. As Panelas de Goiabeiras Velha: Uma Análise Discursiva do Processo de Construção do Território da Tradição. **Revista Brasileira de Sociologia**, v.8, n.18, p.212-238, 2020.

MARQUES, M.S. As Panelas de Goiabeiras Velha e o “Outro” no processo de identificação dos sujeitos. **Revista Sul-Americana de Ciência Política**, v.7, n.1, p.79-104, 2021.

MARQUES, M.S.; CALOTI, V.A. As Panelas de Goiabeiras e a dinâmica da Cultura do Barro. Sociologia, **Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto**, v. XXVI, p.163-185, 2013.

MARQUES, M.S.; RODRIGUES, L.H.; FUKUDA, R.F. A Associação das Panelas de Goiabeiras (APG): elementos para compreender o capital social e a cultura política. **Simbiótica**, v.8, n.4, p.257-289, 2021.

MIGUEL, M.C.; SILVEIRA, R.Z.; COSTA, R.P.F.; FREIRE, V.F. Visibilidade do ofício das Panelas de Goiabeiras: realidades, desafios e tendências. **Revista Tecnologia e Sociedade**. v.15, n.38, p.173-194, 2019.

NICOLE, B.C.; NASCIMENTO, J.C.; MARQUES, M.S.; COSTA, M.H.T.; PEREIRA, P.H.M.; PRADO, R.V.; CALOTI, V.A. As panelas de Goiabeiras e a arte de fazer panela de barro: Ensaio etnográfico sobre a cultura do barro. **Simbiótica**, v.1, n.1, pp.16-52, 2012.

PAIVA, D.S.; ALBINO, J. 2000. Estudo sedimentológico do material de fundo do sistema estuarino da região metropolitana de Vitória, ES. In: **V Simpósio de ecossistemas brasileiros - Conservação**, Vitória, Espírito Santo: ACIESP, v. II, p.206-211.

PEROTA, C., DOXSEY, J.R.; BELING NETO, R.A. **As Panelas de Goiabeiras**. (Memória Viva). Secretaria Municipal de Cultura, Vitória, 46p. 1997.

QUINTAS, J.S. Educação no processo de gestão ambiental: uma proposta de Educação Ambiental transformadora e emancipatória. In: Layrargues, P.P. (Coord.). **Identities da Educação Ambiental brasileira**. Ministério do Meio Ambiente. Diretoria de Educação Ambiental. Brasília, DF, Edições MMA, p.113-140, 2004.

TRISTÃO, M. A Educação Ambiental e o pós-colonialismo. **Revista de Educação Pública**, v.23, n.53/2, p.473-489, 2014.

WALDECK, G. **Dar de comer: panelas de barro de Goiabeiras**. Funarte / CFCP. Rio de Janeiro, 1996.

ZAMPROGNO, G.C.; TOGNELLA, M.M.P.; QUARESMA, V.S.; COSTA, M.B.; PASCOALINI, S.S.; COUTO, G.F. The structural heterogeneity of an urbanised mangrove forest area in southeastern Brazil: Influence of environmental factors and anthropogenic stressors. **Brazilian Journal of Oceanography**, v.64, n.2, p.157-172, 2016.

FONTES DE FINANCIAMENTO

Esse estudo teve suporte financeiro (bolsa de extensão) ofertada pela Pró-reitoria de Extensão da UFES. Também contou com *grants* dos Programas *Wetlands for the Future* (Ramsar Convention Bureau) e Fish and Wildlife Service (U.S. Department of the Interior), entre 2000 e 2001, que muito contribuíram com o fortalecimento institucional do Laboratório BIOMA, do Instituto Oceanográfico da Universidade de São Paulo.

CONFLITO DE INTERESSES

Declaramos não ter conflito de interesse.

AGRADECIMENTOS

Agradecemos à Associação das Paneleiras de Goiabeiras pela paciência e apoio durante a contínua troca de conhecimentos e atenção prestados ao longo de tanto tempo. Ao Departamento de Ciências Biológicas da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES) pela logística disponibilizada. À Profa. Dra. Sonia Zanotti do Xavier e ao Biólogo Adão M. de Souza (*in memoriam*) pelo grande apoio em campo. Gratidão especial à Profa. Dra. Tania Mara Simões do Carmo (*in memoriam*), Coordenadora do Grupo de Pesquisa sobre o Manguezal da Universidade Federal do Espírito Santo, determinante na formação pessoal e profissional de todo o seu grupo. Uma incansável defensora e apaixonada pelos Manguezais.



Exposição fotográfica “Existências Negras na UFV”: uma experiência da curricularização da extensão universitária

*Photo exhibition “Black existences at UFV”: an experiment of inclusion of university
outreach projects in the academic curriculum*

Resumo

O artigo reflete sobre a curricularização da extensão universitária articulada ao ensino das relações étnico-raciais na disciplina Comunicação Organizacional. Desenvolvida em 2022, a atividade teve como tema o Dia Nacional da Consciência Negra e como objetivos: valorizar a presença negra na Universidade Federal de Viçosa (UFV), por meio do registro fotográfico de servidores e discentes; estimular estudantes à reflexão sobre equidade racial na universidade; incorporar a extensão universitária dando visibilidade aos grupos minorizados. Como resultado desta experiência, a mostra “Existências Negras na UFV” reuniu 110 fotografias e teve quase 500 visitantes na exposição presencial e somou 367 visualizações (março, 2023) no formato virtual. Os relatos dos participantes demonstraram o potencial da fotografia na extensão universitária por proporcionar reflexão sobre equidade racial, valorização dos negros, possibilitar maior diálogo e interação entre os integrantes da comunidade acadêmica.

Palavras-chave: comunicação organizacional; extensão universitária; relações étnico-raciais; Consciência Negra.

Ivonete da Silva Lopes
Jéssica Suzana M Cardoso
Railyne Paula André
João Lucas Pires

ivonetelopes@ufv.br
jessica.smcardoso@gmail.com
railyne.andre@ufv.br
joao.luca@ufv.br

Universidade Federal de Viçosa

Abstract

This article reflects on the curricular inclusion of university outreach projects in articulation with studies on ethnic-racial relationships in the “Organizational Communication” course. The activity was developed in 2022 with the theme “Black Awareness Day in Brazil.” The objective was to appreciate black servants and students attending the Federal University of Viçosa (Universidade Federal de Viçosa, UFV) through a photographic record. It sought to stimulate students to reflect on racial equity at the institution and introduce an outreach project about visibility of minorities in the academic curriculum. As a result, the exhibition “Black existences at UFV” gathered 110 photographs and had almost 500 visits and 367 online views as of March 2023. The participants reported the potential of photography as an outreach project for raising awareness about racial equity and black people appreciation, promoting dialogue and interaction among the members of the academic community.

Keywords: organizational communication; university outreach; ethnic-racial relationships; Black Awareness.

INTRODUÇÃO

O desafio de articular a curricularização da extensão universitária ao ensino das relações étnico-raciais na disciplina Comunicação Organizacional (ER 356)¹ constitui a experiência que compartilhamos neste texto. O campo de estudos da comunicação organizacional cada vez mais tem se debruçado sobre a diversidade no espaço organizacional. Uma das abordagens é a comunicação intercultural (CIC) que apoia o desenvolvimento da sensibilidade intercultural, empatia para criar engajamento entre distintos grupos sociais (OLIVEIRA; SABATINI, 2020; BENNET, 2013). Por outro lado, a perspectiva da responsabilidade social e cidadania problematiza a incorporação da diversidade unicamente como estratégia de *marketing* para aumentar os lucros, apontando como necessário o valor da cidadania e dimensão humana da comunicação organizacional (PERUZZO, 2019; BALDISSERA, 2007).

Para pensar a atividade aqui relatada, primeiro passo foi tentar discutir com os alunos o contexto de composição racial da Universidade Federal de Viçosa (UFV), no campus sede. Assim como em outras universidades federais, o perfil dos estudantes está sendo diversificado com a política de ação afirmativa para ingresso de estudantes de escolas públicas e das subcotas para alunos negros (pretos e pardos)². Entretanto entre os docentes, há significativa disparidade entre brancos e negros, conforme aponta a pesquisa exploratória realizada por Divino (2016). Ao analisar a composição racial dos docentes da UFV, a pesquisa constatou que entre os 918 professores, 86,38% eram brancos e 8,17% negros (pretos e pardos). Não foram identificados 5,45%. Os homens representavam, no período analisado, 61% dos professores e as mulheres apenas 39%.

Baseado nesta realidade organizacional (branca e masculina) foi pensado a atividade de curricularização com tema “Dia da Consciência Negra” (20 de novembro), data reivindicada pelo movimento negro desde a década de 1970, instituída pela Lei n. 12.519/2011. A atividade de extensão foi desenvolvida associada ao ensino, adotando a linguagem fotográfica como uma contra-narrativa para ao mesmo tempo em que valorizava a presença negra na universidade, por meio do registro fotográfico de servidores (docentes, técnicos e terceirizados) e discentes, buscava estimular estudantes à reflexão sobre equidade racial na universidade. Os principais objetivos da ação foram: 1) valorizar a presença negra na UFV; 2) estimular estudantes à reflexão sobre equidade racial na universidade, 3) incorporar a extensão universitária dando visibilidade aos grupos minorizados.

O presente texto está organizado em cinco partes além desta introdução. Inicialmente é realizada uma contextualização sobre a necessidade das ações de curricularização da extensão universitária e do ensino das relações étnico-raciais no Brasil. Posteriormente é apresentada a metodologia utilizada para a realização da exposição fotográfica “Existências Negras na UFV” junto aos alunos da disciplina de Comunicação Organizacional e demais apoiadores do evento. Após o percurso metodológico são expostos e discutidos os principais resultados da exposição fotogr-

1A disciplina ERU 356 – Comunicação organizacional, é uma disciplina obrigatória para o curso de bacharelado em cooperativismo da UFV e optativa para os cursos como agronegócio, administração, ciências contábeis, economia doméstica, enfermagem, nutrição, secretário executivo trilingue, etc. Ministrada pela Prof. Dra. Ivonete Lopes e com carga horária total de 60 horas

2A Lei nº 12.711/2012 garante a reserva de 50% das vagas nas universidades e institutos federais de educação, ciência e tecnologia para alunos que concluíram integralmente o Ensino Médio em uma instituição da rede pública de ensino. Dentro das vagas reservadas existem ainda subcotas para estudantes com renda familiar bruta igual ou inferior a um salário mínimo e meio per capita e/ou sejam negros (pretos e pardos) e indígenas.

fica, bem como as ações de divulgação e acesso ao evento (presencial e *online*). Por fim, as considerações finais acerca do primeiro evento que buscou a curricularização da extensão na disciplina Comunicação Organizacional da UFV.

Articulação entre curricularização da extensão e ensino das relações étnico-raciais

3A Resolução CNE n.07 de 18 de dezembro de 2018.

O artigo 207 da Constituição Brasileira demarca a indissociabilidade do tripé pesquisa, ensino e extensão. O debate sobre a curricularização da extensão se ampliou a partir de 2014 com a aprovação do Plano Nacional de Educação (PNE), regulamentada pelo Conselho Nacional de Educação (CNE)³. Destaca-se, entre as diretrizes, que “as atividades de extensão devem compor, no mínimo, 10% (dez por cento) do total da carga horária curricular estudantil dos cursos de graduação, as quais deverão fazer parte da matriz curricular dos cursos” (CNE, 2018).

4Resolução CEPE nº6 de 15/03/2022.

Desde 2019 a UFV tem intensificado esta discussão para iniciar sua implementação. Com a Resolução 06/2022, aprovada pelo Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CEPE), certificou que a extensão será parte da matriz curricular dos cursos de graduação da UFV. O artigo 3º da Resolução nº 06 de 15 de maio de 2022, destaca que

O objetivo da creditação curricular da extensão na UFV é ampliar a inserção e a articulação de atividades de extensão nos processos formativos dos discentes, de forma indissociável da pesquisa e do ensino, por meio da interação dialógica com a comunidade externa e os contextos locais, com vistas ao aperfeiçoamento da qualidade da formação acadêmica nos cursos de graduação (UFV, 2022)⁴.

Quanto à educação das relações étnico-raciais, a Lei 10.639/2003 altera as Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) e introduz para a educação básica, de instituições públicas e privadas, o ensino “da História da África e dos Africanos, a luta dos negros no Brasil, a cultura negra brasileira e o negro na formação da sociedade nacional, resgatando a contribuição do povo negro nas áreas social, econômica e política pertinentes à História do Brasil” (BRASIL, 2003).

Em 2008, a Lei nº 11.645/2008, altera a anterior (10.639/2003) incluindo a população indígena. Destaca que o conteúdo programático deverá incluir a “[...] a luta dos negros e dos povos indígenas no Brasil, a cultura negra e indígena brasileira e o negro e o índio na formação da sociedade nacional, resgatando as suas contribuições nas áreas social, econômica e política, pertinentes à história do Brasil” (BRASIL, 2003).

Posteriormente, com a resolução 1/2004 e 3/2004, o Conselho Nacional de Educação ampliou e instituiu diretrizes para o ensino das relações étnico-raciais na educação superior. Tem como princípio a promoção de ações educativas de combate ao racismo e às discriminações, educação para a pluralidade étnico-racial que constitui a sociedade brasileira, por meio da valorização da produção dos conhecimentos e consciência política e histórica da diversidade. A resolução destaca a necessidade de educar para a “[...] compreensão de que a sociedade é formada por

pessoas que pertencem a grupos étnico-raciais distintos, que possuem cultura e história próprias, igualmente valiosas e que em conjunto constroem, na nação brasileira, sua história (CNE, 03/2004).

Relevante destacar que inclusão de conteúdos e práticas educativas para a diversidade étnico-racial são demandas dos movimentos sociais negros. A institucionalização pelo Estado brasileiro da educação plural, por meio de leis e normas, representa uma etapa importante, contudo, como enfatiza Nilma Gomes (2011, p.7) “a história política brasileira nos revela que entre as intenções das legislações antirracistas e a sua efetivação na realidade social há sempre distâncias, avanços e limites, os quais precisam ser acompanhados pelos cidadãos e cidadãs brasileiros e pelos movimentos sociais [...]”.

A pesquisa de Santos (2019) corrobora com essa perspectiva do controle público sobre as políticas e suas práticas na universidade. O autor se baseou no Projeto Pedagógico (PPC) que contempla o ensino da Educação das Relações Étnico-Raciais em um curso específico de Ciências Sociais de uma Instituição Federal de Ensino Superior (IES). Desse curso foram analisados os programas analíticos de 17 disciplinas (entre obrigatórios e optativas). O resultado apontou que o curso pesquisado não contempla a referida disciplina. “Primeiro, porque as relações raciais brasileiras são muito pouco ensinadas nas disciplinas do curso. Segundo, porque as referências bibliográficas das disciplinas [...] são estigmatizantes com relação aos/negros/as [...]” (SANTOS, 2019, p. 286).

Institucionalmente no âmbito da UFV, observa-se a existência de diretrizes para a curricularização da extensão (Resolução CEPE nº6 de 15/05/2022), mas até o final de março de 2023 não havia nenhuma orientação para o ensino das relações étnico-raciais nos cursos de graduação.

MÉTODOS

O projeto de extensão nasceu vinculado a unidade 2 da disciplina ERU 356 que discute diversidade, responsabilidade social e comunicação organizacional. A figura 1 a seguir ilustra as etapas realizadas durante o desenvolvimento do projeto. A etapa 1 (formação) constituiu na introdução do tema comunicação e diversidade, apresentação aos discentes da proposta do trabalho fotografar negros e negras na UFV em alusão ao Dia Nacional da Consciência Negra⁵. Na sequência houve uma aula sobre técnicas de fotografia com o celular, organizada pelo aluno da disciplina e fotógrafo profissional, João Luca Pires. Ele passou noções básicas de foto, enquadramento, iluminação e cenários.

Na etapa 2 (orientação), a turma formada por 46 alunos foi dividida em quatro grandes grupos, cada um deles ficou responsável por um dos quatro centros do campus Viçosa da UFV: Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes (CCH), Centro de Ciências Agrárias (CCA), Centro de Ciências Biológicas (CCB) e Centro de Ciências Exatas e Tecnológicas (CCE). Como principais orientações: 1) as fotografias deveriam

⁵No dia 20 de novembro é celebrado, no Brasil, o Dia da Consciência Negra. A data, faz alusão ao dia da morte de Zumbi dos Palmares e está relacionada com a necessidade de reconhecimento da contribuição dos negros na formação da sociedade brasileira, além de dar visibilidade a debates sobre racismo, discriminação racial, igualdade e inclusão social dos negros e negras. O Dia da Consciência Negra foi instituído pela Lei nº 12.519 de 2011, sendo resultado das reivindicações dos Movimentos Negros do país.

representar a diversidade em vários aspectos: gênero, cursos, cenários e contemplar alunos, docentes, técnicos e terceirizados; 2) os fotografados deveriam assinar termo de cessão de imagem (distribuído pela professora); 3) cada grupo deveria apresentar 40 fotografias, além da sugestão do título e texto para apresentação da exposição.

Figura 1
Etapas da
construção da
mostra

Fonte
Elaborado
pelos autores,
2022

Grupo de
pesquisa Meios –
Comunicação, Insti-
tuição e Interações
Sociais. Coordenado
pela Prof. Dra. Ivone-
te Lopes e vinculado
ao Programa de
Pós-Graduação
em Extensão Rural
(PPGER) da UFV. Atua-
lmente desenvolve
pesquisas com foco
no uso das tecnolo-
gias de informação e
comunicação (TIC),
ruralidades, gênero
e relações raciais.
O grupo também
realiza projetos de
extensão universitária
em comunidades
rurais da Zona da
Mata Mineira. Acompan-
ha o trabalho
do Meios nas redes
sociais: @meios_ufv
(Instagram) e Meios
Pesquisa (Facebook).



Durante as duas semanas de realização do trabalho (etapa 3), os estudantes foram orientados em grupo, no horário da aula. Receberam apoio principalmente para o agendamento para fotografar os docentes. A seleção das fotografias (etapa 4) foi realizada em duas etapas. Na primeira delas, os grupos fizeram a escolha das melhores imagens que foram apresentadas em sala de aula com título da exposição e de texto para divulgar a atividade. Na etapa seguinte da seleção, as imagens foram selecionadas coletivamente em reunião com dois representantes de cada grupo e integrantes do Grupo de Pesquisa Meios⁶. No encontro foram escolhidas 110 fotos entre as cerca de 200 apresentadas. Também foram definidas as fotos da exposição e as que seriam utilizadas para divulgação (*banner* e convite).

Na etapa 5, foi buscado apoio com a Pró-reitora de Extensão e Cultura (PEC) para imprimir as fotografias e o *banner*. Ainda na fase 5, as imagens foram organizadas na plataforma Alboom⁷ para visitaçã *online*, foi feita divulgação da exposição com produção de texto e arte para publicação nas redes sociais do Grupo de Pesquisa Meios e do *e-mail* “UFV em rede”. Nesta etapa também foi organizada a exposição física. A última fase (etapa 6) envolveu a reflexão sobre a atividade tanto por parte dos estudantes (fotógrafos) quanto dos fotografados (estudantes, técnicos, terceirizados e docentes).

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A extensão universitária popular e emancipatória é uma abordagem que está enraizada em determinada realidade que demanda transformação social. “Isto significa imprimir um caráter político a ambos, negando o princípio da neutralidade, tão caro às correntes conservadoras” (MINÁ, 2021, p.8). Esta perspectiva orientou a atividade que deu origem a este texto, a realidade dos negros (pretos e pardos) na universidade. As perguntas orientadoras: quem são e onde estão os negros e negras na UFV?

Na reflexão inicial, as respostas as duas perguntas indicaram que os negros estavam principalmente entre os trabalhadores terceirizados, ou seja, aqueles que possuem vínculos trabalhistas mais precarizados em relações aos servidores de carreira. Por outro, o trabalho de pesquisa para mapear os docentes para serem fotografados causou surpresa entre os estudantes. Muitos dos 46 alunos da turma (pertencentes ao Centro de Ciências Agrárias e Centro de Ciências Humanas, e a seis diferentes cursos⁸) não tinham professores negros nos respectivos cursos.

Durante o processo, as sessões de fotografia, os estudantes/fotógrafos afirmaram que tinham imaginado que teriam dificuldade para convencer as pessoas para se deixarem fotografar, mas perceberam contrário: tanto alunos, técnicos, terceirizados e docentes foram muito receptivos, ficaram felizes em participar da atividade. “Uma professora chegou a dizer que a foto foi o melhor acontecimento da semana”, revelou Marcelly Gabrielly Pereira (aluna do Agronegócio). Essas observações geraram reflexão em sala de aula sobre o porquê da alegria em ser fotografado para uma exposição que valoriza a presença negra na UFV.

⁷Disponível em: <https://meiosgrupodepesquisaufv.alboompro.com/portfolio/exposicao/1089551-existencias-negras-na-ufv>.

⁸A turma era formada por 12 alunos do curso de Administração, 12 Secretariado Executivo Trilíngue, 10 Agronegócio, 7 Cooperativismo, 4 Ciências Contábeis e um Economia.



Figura 2
Convite abertura da exposição

Fonte
Elaborado por Ivo-nete Lopes, 2022

O convite da exposição (figura 2) reflete a preocupação em mostrar a diversidade entre o grupo racial negro tanto em relação tanto em relação a gênero quanto ao papel ocupado dentro da instituição (aluno, professor, técnico e terceirizado).

Figura 3
Abertura da exposição presencial

Fonte: Acervo Meios, 2022



A figura 3 mostra os alunos e alguns dos fotografados presentes na abertura da ação. A realização da exposição gerou reflexões nos alunos, promoveu a autoestima das pessoas fotografadas e possibilitou a visibilidade da diversidade racial que constrói a UFV. Em todas as áreas do conhecimento existentes na universidade foram fotografadas pessoas negras que compõem esses espaços, entretanto, ainda é possível identificar áreas nas quais a presença de pretos e pardos é escassa. Chamamos atenção para o baixo número de professores negros e destacamos a importância das ações afirmativas que têm proporcionado o aumento de estudantes pretos e pardos na graduação e na pós-graduação.

Figura 4
Fotografados na exposição

Fonte: Acervo Meios, 2022



A figura 4 traz alguns dos participantes da exposição ao lado de suas fotos. Durante a abertura da exposição foi possível ouvir algumas das pessoas que fizeram parte desse projeto e que descreveram seu impacto, abaixo alguns relatos selecionados:

Vocês se superaram. Eu estou radiante, agradecida. E eu acredito que todos nós, porque você se vê aí, sabe? Isso aqui é um marco para a gente é a valorização

do nosso trabalho, é a valorização de nós enquanto povo negro, nós enquanto pessoas negras que também fazemos e construímos essa universidade no nosso dia a dia. Teresinha de Jesus Ferreira – servidora técnica-administrativa e mestranda do programa de Patrimônio Cultural, Paisagens e Cidadania (Departamento de História).

Espero que a exposição seja um marco e que outras diversidades e que outros grupos que compõem a nossa instituição também possam se motivar pelo trabalho que vocês desenvolveram. [...] Fico muito feliz em perceber como a UFV mudou. Eu estou aqui desde 1998, fiz a graduação aqui, o mestrado e o doutorado aqui e sou docente aqui. Ainda estamos distantes de representar a pluralidade da nossa sociedade, ou seja, antes das nossas 4 pilastras e para além da nossa cidade, mas acredito que a gente está caminhando. Wellington Clarindo – professor do Centro de Ciências Biológicas.

Eu não consigo deixar de pensar que isso é empoderamento. É isso aqui que a gente precisa ver todos os dias na universidade para que a gente tenha um pouquinho mais de força quando a gente está cansado e percebe que nossa, tem muita gente parecido comigo aqui e tem muita gente para se apoiar nessa luta e que de fato, isso vire uma coisa corriqueira. Jefferson Fernandes Jr. – aluno fotografado do curso de Biologia.

Entre os alunos/fotógrafos, João Luca Pires, formando em Administração, relatou que as pessoas receberam o convite para serem fotografados de uma forma que ele não imaginava. “Eu estava pensando do meu jeito, mas não é isso. E eu fui conhecendo o que as pessoas pensam e foi muito interessante, porque não é o meu lugar de fala [como aluno branco] e eu nunca vou entender.” O aluno ainda mencionou que as reflexões ao longo desse projeto foram muito importantes para sua formação.

Além desses relatos, merece menção a observação sobre o resultado das fotografias feitas pelos estudantes. O **aluno da disciplina e fotógrafo profissional, João Luca Pires**, que deu uma aula sobre técnicas de fotografia aos colegas de turma destacou:

O resultado das fotos foi algo que me impressionou bastante [como fotógrafo], a dedicação dos alunos na parte da perspectiva fotográfica ao pensar nos detalhes de enquadramento, criatividade e cenário. Deu para sentir, em alguns relatos, que a experiência foi algo muito diferente do que eles estavam acostumados a fazer no espaço acadêmico, a atividade levou a observações sobre diversidade racial na UFV que dialogaram com o conteúdo da disciplina [ERU 356]. É notável que aqueles que foram fotografados se sentiram felizes de estar participando da exposição e ver tantos dos seus em um espaço que por muito tempo era impossível para nós, negros.

Além das observações acima, João Luca Pires destacou que durante o evento presencial da exposição muitos visitantes ressaltaram a beleza e profissionalismo

presentes nas fotografias. “Muitas pessoas chegaram perguntar se as fotos foram tiradas com uma câmera profissional, entretanto, todas as fotos foram feitas com os celulares dos próprios alunos”.

Divulgação e acesso

9<https://prosite.alboompro.com/>

Como resultado é relevante mencionar a preocupação que tivemos em disponibilizar a exposição online. Qualquer pessoa utilizando o *link* conseguiu acessar, visualizar, curtir e comentar nas fotografias, fazendo com que mais pessoas tivessem acesso ao trabalho e compreendessem a importância da realização da exposição, além de poderem compartilhar o sentimento que a exposição os despertou. Como plataforma utilizamos o *site* Alboom⁹. Criamos uma conta em nome do Grupo Meios e assim incluímos 117 fotografias. Destaca-se a dificuldade em encontrar uma ferramenta exclusiva, de fácil manuseio e gratuita para a realização da mostra virtual.

O formato *online* da exposição, até março de 2023, contava com 367 visualizações, 353 curtidas e 8 comentários gerais. Entre os comentários, todos davam parabéns ao trabalho realizado e alguns ressaltavam a importância da exposição, como esse: “Lindo demais!!! Pela consciência e a presença negra nas universidades”.

Figura 5
Vídeo sobre exposição.

Fonte
Diretoria de Comunicação Institucional (DCI) da UFV, 2022



10Vdeo pode ser acessado pelo link: <https://www.facebook.com/ufvbr/videos/exist%C3%AAncias-negras-na-universidade-%C3%A9-o-nome-da-exposi%C3%A7%C3%A3o-fotogr%C3%A1fica-que-est%C3%A1-ac/837897337479567/>.

A mostra foi divulgada no informativo “UFV em Rede” pela Diretoria de Comunicação Institucional (DCI) da UFV, que também produziu um vídeo (figura 5) que teve 717 reproduções (março, 2023)¹⁰ A exposição também foi noticiada pela TV Viçosa¹¹ e pela Rádio Montanhesa, que entrevistou a professora Ivonete Lopes, coordenadora do trabalho. Além disso, o Portal Geledés do Instituto da Mulher Negra também informou sobre a exposição¹²

CONCLUSÕES

11Vdeo pode ser acessado pelo link: <https://www.instagram.com/reel/CIHnaY9u44l/?igshid=MDJmNzVkJY=>.

Este texto trouxe o resultado sobre uma atividade-teste de incorporação da curricularização da extensão na disciplina Comunicação Organizacional. Apesar de ser uma experiência primeira, mostrou o potencial do uso da linguagem fotográfi-

ca para se pensar outras possibilidades do ensino das relações étnico-raciais e da comunicação para diversidade que dê visibilidade a outros grupos minorizados. O trabalho conseguiu alcançar os objetivos propostos, os estudantes/fotógrafos levantaram questões e conseguiram observar a distribuição racial dentro da universidade tanto entre os trabalhadores (docentes, técnicos e terceirizados) quanto entre os cursos com maior ou menor presença de negros.

As fotografias conseguiram valorizar a presença negra na UFV, na exposição não se pode deixar de mencionar os olhares de contentamento dos fotografados e aqueles que não foram manifestavam alegria em ver um igual em destaque na universidade. A mostra também aproximou o grupo, muitos dos fotografados não se conheciam. Entre os relatos, vários agradeceram a possibilidade do encontro com outros negros.

Deve-se observar que a exposição foi a única atividade da Semana da Consciência Negra na UFV, a reflexão sobre a data precisa ser ampliada e talvez ser pensada uma agenda anual para promover debates antirracistas e pela promoção da igualdade racial.

REFERÊNCIAS

BALDISSERA, Rudimar. ARAUJO, Denise Castilhos. Responsabilidade social, diversidade e marketing: o discurso Real Beleza Dove. **Revista Fronteiras estudos midiáticos** IX(1): 34-44, jan/abr 2007.

BRASIL. Constituição (1998). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: **Senado Federal: Centro Gráfico**, 1988.

BRASIL. Lei no 10.639, de 9 de janeiro de 2003. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática 'História e Cultura Afro-Brasileira', e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, 10 jan. 2003. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/2003/L10.639.htm. Acesso em: 30 out. 2022

BRASIL. Resolução Nº 7: Estabelece as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira e regimenta o disposto na Meta 12.7 da Lei nº 13.005/2014, que aprova o Plano Nacional de Educação - PNE 2014-2024 e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, 18 dez. 2018. Disponível em: [/normativasconselhos.mec.gov.br/normativa/pdf/CNE_RES_CNECESN72018.pdf](http://normativasconselhos.mec.gov.br/normativa/pdf/CNE_RES_CNECESN72018.pdf). Acesso em: 15 set. 2022

CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO – CNE. Resolução n. 1, de 17 de junho de 2004. Disponível em: https://normativasconselhos.mec.gov.br/normativa/view/CNE_res01_04.pdf?query=etnico%20racial. Acesso em: 30 out. 2022.

DIVINO, Luiz Flávio Conceição. **UFV: Docentes negros(as) no “mundo” dos homens brancos**. Ciências Sociais (monografia): Viçosa: UFV, 2016.

GOMES, Nilma Lino. Diversidade étnico-racial, inclusão e equidade na educação brasileira: desafios, políticas e práticas. **RBPAAE** – v.27, n.1, p. 109-121, jan./abr. 2011. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/rbpae/article/view/19971/11602>.

MINÁ, Marcelo Dias. A extensão universitária entre o assistencialismo, o mercado e a emancipação social. **Texto didático**, 2021. Disponível em: https://www.academia.edu/45120516/A_extensao_universitaria_entre_e_o_assistencialismo_o_mercado_e_a_emancipacao_social. Acesso em: 27 dez. 2022.

12Disponível em: <https://www.geledes.org.br/dia-da-consciencia-negra-exposicao-fotografica-da-visibilidade-aos-negros-na-ufv/>.

OLIVEIRA, Marcelo Pires; SABBATINI, Marcelo. Perspectivas contemporâneas da Folkcomunicação. In: PRATA, NAIR; JACONI, Sônia; NASCI, Genio (orgs.) **Desafios da comunicação em tempo de pandemia: um mundo e muitas vozes**. Ed. Intercom. 2020.

PERUZZO, Círcia Krohling. Igualdade e direitos humanos nas organizações empresariais e cidadania. In: LEMOS, Else. SALVATORI, Patrícia (org). **Comunicação, diversidades e organizações: pensamento e ação** [recurso eletrônico] – São Paulo: Abrapcorp, 2019.

SANTOS, Sales Augusto dos. Uma Contribuição Crítica ao “Ensino da Educação das Relações Étnico-Raciais” nas Ciências Sociais. **Revista TOMO**, (35), 2019. 251-292. <https://doi.org/10.21669/tomo.v0i35.10854>

UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA – UFV. **Resolução Cepe nº6, de 15 de março de 2022**: Regulamenta a creditação curricular das atividades de extensão nos cursos de graduação da Universidade Federal de Viçosa. Universidade Federal de Viçosa, Secretaria de Órgãos Colegiados, Campus Viçosa, 15 mar. 2022. Disponível em: <https://www.soc.ufv.br/wp-content/uploads/Resolucao-Cepe-6-2022-Credita%C3%A7%C3%A3o-das-atividades-de-extens%C3%A3o.pdf>. Acesso em: 4 abr. 2023.

CONFLITO DE INTERESSES

Declaramos não ter conflito de interesse.

AGRADECIMENTOS

Agradecemos à Pró-Reitoria de Extensão e Cultura (PEC), Centro de Ciências Agrárias (CCA) e Departamento de Economia Rural (DER) pelo apoio à atividade.



Saúde sexual, reprodutiva e acesso às Unidades Básicas de Saúde de mulheres quilombolas da Região do Norte do Espírito Santo

Sexual and reproductive health and access to Basic Health Unit by quilombola women in the Northern Region of Espírito Santo

Resumo

Objetivo: Descrever as características da saúde sexual, reprodutiva e o acesso aos serviços de saúde de mulheres quilombolas residentes na região Norte do Espírito Santo. **Métodos:** Estudo transversal, de base populacional realizado com mulheres quilombolas entre março de 2017 a janeiro de 2019. Mulheres autodeclaradas quilombolas foram entrevistadas face a face, utilizando um questionário com variáveis sócio demográficas, da saúde sexual e reprodutiva e o acesso aos serviços de saúde, após ter sido aprovado por um Comitê de Ética em Pesquisa. A análise estatística foi constituída pelo cálculo de média e desvio padrão, ou mediana, e intervalo interquartil. Foi realizado teste do quiquadrado de Fisher para identificar as diferenças associadas ao local de residência (zona rural e zona urbana). **Resultados:** As mulheres quilombolas com baixa escolaridade, que relataram a primeira relação sexual com menos de 15 anos, que possuem três ou mais filhos e maior dificuldade de acesso aos serviços de saúde foram as que apresentaram maiores diferenças relacionadas ao local de residência, zona rural. **Conclusão:** Os resultados apresentaram variações associadas às questões sociodemográficas da saúde sexual e reprodutiva, entre mulheres quilombolas de área urbana e rural. Também indicaram que residir em área rural sugere uma dificuldade de acesso aos serviços de saúde. Torna-se necessário que políticas públicas direcionadas à população negra sejam implementadas para reduzir o racismo estrutural presente em nossa sociedade.

Palavras-chave: saúde sexual e reprodutiva; acesso aos serviços de saúde; grupo com ancestrais do continente africano; mulheres; estudos transversais.

Jerusa Araújo Dias
Thaís Verly Luciano
João Paulo Cola
Heletícia Scabelo Galavote
Angelica Espinosa B Miranda

jerusa.dias@ufes.br

Universidade Federal do
Espírito Santo

Abstract

Objective: Describe issues relating to characteristics of sexual and reproductive health and access to health services of quilombola women living in communities in the northern region of Espírito Santo. Method: A cross-sectional, population-based study was conducted with quilombola women between March 2017 and January 2019. Quilombola women were interviewed face-to-face using a standardized questionnaire with socio demographic, sexual and reproductive health variables and access to health services, after approval by Research Ethics Committee. Statistical analysis was made by calculating mean and standard deviation or median and interquartile range. In addition, Fisher's chi-square test was performed to identify differences associated with place of residence (rural and urban areas). Results: Quilombola women with low levels of schooling, who reported first sexual relation under the age of 15, having three or more children and greater difficulty in accessing health services were the main differences identified and related to their place of residence, the rural area. Conclusion: There are differences regarding socio demographics and reproductive factors between urban and rural quilombola women, as living in rural areas suggested a difficulty in accessing to health services by quilombola women. This information becomes important so that public policies directed to the black population can be implemented to reduce the structural racism present in our society.

Keywords: health services accessibility; sexual health; african continental ancestry group; women; cross-sectional studies.

INTRODUÇÃO

As comunidades quilombolas, ou remanescentes de quilombos, estão distribuídas por praticamente todo o território nacional (BRASIL, 2019). O termo quilombola é utilizado para definir a herança cultural, com a presunção de ancestralidade negra, por pertencer a um lugar e a um grupo com características específicas (BRASIL.; SECRETARIA ESPECIAL DE POLÍTICAS DE PROMOÇÃO DA IGUALDADE RACIAL, 2004). De acordo com dados da Fundação Cultural Palmares (BRASIL, 2019) essas comunidades estão concentradas, em sua maioria, na área rural, com discreta presença na área urbana e peri-urbana das cidades brasileiras.

A saúde dos povos quilombolas está inserida no contexto da Política Nacional de Saúde Integral da População Negra (BRASIL, 2017), instituída através da Portaria Ministerial 992/2009, que tem como objetivo promover a equidade e combater o racismo institucional ainda perpetrado nos sistemas de saúde (BRASIL, 2017). No Brasil, espera-se que o primeiro contato da população com os serviços de saúde ocorra por meio da Estratégia Saúde da Família, que tem como foco a prevenção e promoção da saúde com uma assistência ambulatorial descentralizada, capaz de reduzir as internações hospitalares e melhorar os indicadores de saúde da população (MELO *et al.*, 2018). Porém, para grupos de minorias étnico/raciais (LOPES, 2006), nos quais estão inseridas as populações quilombolas, ainda persistem desigualdades não somente no acesso à saúde (SOUZA *et al.*, 2022b), mas também na educação, saneamento básico, dentre outras políticas sociais (LOPES, 2006).

Achados de um estudo sobre as condições e acesso aos serviços de saúde de mulheres e crianças quilombolas revelaram precárias condições de saúde e dificuldades de acesso aos serviços de saúde (SOUZA *et al.*, 2022a). A dificuldade de acesso ao serviço de saúde torna-se um fator limitante em promover o atendimento de saúde necessário nas questões relacionadas à saúde sexual e reprodutiva das mulheres de comunidades quilombolas (SOUZA *et al.*, 2022b). Um estudo com 441 mulheres quilombolas de comunidades no norte de Minas Gerais verificou que 15,1% nunca tinham realizado exame preventivo contra o câncer de colo de útero, 52,1% relataram primeira gestação ainda adolescentes e 23,5% realizaram menos de seis consultas de pré-natal (OLIVEIRA *et al.*, 2019)

As comunidades quilombolas, na sua maior parte, estão distantes da área urbana, sendo necessário um longo percurso para o acesso à bens, serviços em geral, educação e especialmente aos serviços de saúde que não estão localizados dentro da comunidade (DOS SANTOS; SILVA, 2014). As residências em sua maior parte, possuem energia elétrica, porém sem água tratada e sem esgotamento sanitário. Uma grande parcela dessas mulheres quilombolas trabalham na lavoura para subsistência da família ou em alguns casos, assalariadas de grandes produtores agrícolas da região (OLIVEIRA, 1997). Devido à baixa escolaridade, o desemprego faz com que muitas delas sejam beneficiárias de programas de transferência de renda como o Programa Bolsa Família (DOS SANTOS; SILVA, 2014).

De modo a contribuir com lacunas existentes sobre os aspectos relacionados a saúde reprodutiva da mulher negra, especificamente mulheres de comunidades quilombolas, e o acesso a serviço de saúde dessa população, este estudo teve como objetivo identificar as diferenças das características sociodemográficas e da saúde reprodutiva entre mulheres quilombolas que residem em área urbana e área rural. Vale ressaltar que este estudo fez parte do programa de extensão “*Prevenção do câncer de colo de útero em mulheres quilombolas na região do Sapê do Norte*” entre os anos de 2017 a 2019 com apoio da Proex, Universidade Federal do Espírito Santo. Este, por sua vez originou a pesquisa “*Infecções Sexualmente Transmissíveis em mulheres afrodescendentes de comunidades quilombolas no Brasil: prevalência e fatores associados*” (DIAS *et al.*, 2021).

METODOLOGIA

Estudo transversal de base populacional conduzido entre março de 2017 a fevereiro de 2019 com mulheres quilombolas integrantes da chamada Região do Sapê, composta por 35 comunidades localizadas entre os municípios de São Mateus e Conceição da Barra, no norte do Espírito Santo, Brasil.

O estado do Espírito Santo possui 56 comunidades quilombolas, sendo que 46 comunidades foram certificadas pela Fundação Palmares e são constituídas por aproximadamente 15 mil habitantes (BRASIL, 2019). As comunidades quilombolas estão distribuídas por todo o estado com a maior concentração na região norte do Espírito Santo, nos municípios de São Mateus e Conceição da Barra. Na região Sul, no município de Presidente Kennedy, encontra-se a segunda maior comunidade quilombola do estado (BRASIL, 2019). Mulheres autodeclaradas quilombolas, com vida sexual ativa, foram convidadas a participar do estudo e a responder um questionário face a face, contendo informações sociodemográficas (local de residência, idade, escolaridade e renda), reprodutivas (uso de método contraceptivo, tipos de métodos contraceptivos, uso de preservativo com parceiro, frequência do uso do preservativo, idade primeira relação sexual, gravidez com menos de 15 anos de idade, número de gestações, número de filhos, relato de aborto espontâneo e induzido, acesso ao serviço de saúde, realização do último exame preventivo contra o câncer de colo de útero).

Não participaram do estudo as mulheres que não haviam iniciado a vida sexual, gestantes, mulheres que não pertenciam à comunidade quilombola, que não tinham ascendência quilombola ou não se auto declararam como quilombolas.

A coleta de dados ocorreu durante as visitas às comunidades quilombolas em uma sala privada com a presença apenas da entrevistadora. A entrevista teve uma duração aproximada de vinte minutos e logo após era realizado a coleta de material para realização da testagem rápida contra as infecções sexualmente transmissíveis (IST) e coleta de amostra de raspado do colo do útero. A coleta dos dados deste estudo foi de aproximadamente dois anos. Isto ocorreu, pois, grande parte das comunidades quilombolas que fizeram parte do estudo estavam localizadas em

áreas rurais de difícil acesso, com estradas sem asfalto e embrenhadas nas matas da região. No período das chuvas, as equipes ficaram muitas vezes sem conseguir se deslocar até as comunidades e, em alguns momentos, as visitas foram canceladas a pedido de uma ou outra comunidade quilombola.

O tamanho da amostra foi calculado baseando-se no universo de 1.200 famílias, de 35 comunidades quilombolas localizadas na Região do Sapê do Norte, nos municípios de São Mateus e Conceição da Barra, estado do Espírito Santo, Brasil. O cálculo do tamanho da amostra considerou uma prevalência de 57,1% de utilização de serviço de saúde por comunidades quilombolas nos últimos 12 meses. Além disso, para identificar a diferença estatisticamente significativa foi determinado o valor de $p \leq 0,05$, poder do teste de 80%, desenho do estudo de 1%. O resultado final foi um total de 336 mulheres. Estimando-se uma perda de 10%, o tamanho final foi definido em 370 mulheres.

Foi realizada análise descritiva, incluindo distribuição de frequência para variáveis qualitativas, assim como cálculo de média, mediana e desvio-padrão (DP), bem como intervalo interquartil (IQT) para variáveis quantitativas. Posteriormente, optou-se por identificar as diferenças entre as características sociodemográficas, sexuais e reprodutivas com o local de residência (área urbana/área rural) utilizando-se o teste do qui-quadrado de Pearson, com correção de Yates ou teste exato de Fisher quando apropriado. Intervalos de confiança (95%) foram obtidos no estudo.

Todas as informações foram codificadas e armazenadas anonimamente em um banco de dados criado para este fim. Para a análise dos dados foi utilizado o programa estatístico SPSS versão 21.0 (IBM Corp., Armonk, USA).

Este estudo foi submetido e aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa do Centro de Ciências da Saúde da Universidade Federal do Espírito Santo (CEP-CCS-U-FES), sob o parecer de número 1.308.539 de 04 de novembro de 2015.

Todas as mulheres quilombolas que aceitaram participar do estudo assinaram um termo de consentimento livre e esclarecido, e tiveram a oportunidade de sair da pesquisa a qualquer momento.

RESULTADOS

De um total de 380 mulheres quilombolas selecionadas, 352 (92,6%) foram incluídas no estudo. A idade média das mulheres quilombolas foi de 41,4 anos (DP:14,3 anos) e para a idade da primeira relação sexual a média foi de 16,7 anos (DP:3,1 anos).

A Tabela 1 descreve as características sociodemográficas e econômicas das mulheres quilombolas residentes na Região do Sapê do Norte. Observa-se que 295 (83,8%) das mulheres residem na área rural, 159 (45,1%) estavam entre 25 a 44 anos de idade, 239 (67,9%) tinham menos de 8 anos de escolaridade e 197 (55,9%) relataram uma renda mensal individual igual ou maior a R\$ 407,00 (mínimo de R\$ 0,00 e máximo de R\$ 4.000,00).

Tabela 1
Características sociodemográficas e econômicas das mulheres quilombolas, Região do Sapê do Norte, Espírito Santo; 2017 a 2019.

Características sociodemográficas e econômicas		Nº	%	IC 95%
Local de residência	urbano	57	16,2%	12,1 - 20,4
	rural	295	83,8%	79,6 - 87,29
Idade	14-24 anos	39	11,1%	8,2 - 14,7
	25-44 anos	159	45,2%	40,0 - 50,3
	45 anos e mais	154	43,8%	38,6 - 48,9
Escolaridade (anos de estudo)	menos de 8 anos	239	67,9%	62,8 - 72,5
	mais de 8 anos	113	32,1%	27,4 - 37,1
Nível de renda (mês)	menor ou igual R\$406,00	154	43,8%	38,6 - 48,9
	R\$407,00 a R\$814,00	53	15,1%	11,7 - 19,1
	maior de R\$815,00	145	41,2%	36,1 - 86,5

Em relação as características da saúde reprodutiva (Tabela 2) das mulheres quilombolas, 234 (66,4%) disseram usar algum método contraceptivo, sendo a ligadura o método mais prevalente em 109 (30,9%) dos casos. A maior parte das mulheres quilombolas (78,67%) relataram não utilizar o preservativo. Mas as que mencionaram o uso do preservativo, 48 (64,8%) usaram as vezes ou raramente. A primeira relação sexual com 15 anos ou menos ocorreu em 137 (39,1%) das mulheres. Nos aspectos relacionados a gestação, 35 (11,0%) citaram gravidez precoce (menos de 15 anos), 279 (79,2%) tiveram várias gestações e 246 (69,8%) com 3 ou mais filhos. Relato de aborto espontâneo ocorreu em 93 (26,4%) das mulheres e o aborto induzido foi citado por 7 (1,9%) mulheres (Tabela 2).

O acesso à unidade básica de saúde foi considerado “difícil” a “impossível” por 216 (61,5%) das mulheres quilombolas, e 309 (91,7%) realizaram exame preventivo contra o câncer do colo de útero nos últimos 3 anos (Tabela 2).

Tabela 2
Características da saúde sexual, reprodutiva e acesso à unidade básica de saúde por mulheres quilombolas da Região do Sapê do Norte, Espírito Santo; 2017 a 2019

Características da saúde sexual e reprodutiva		Nº	%	IC 95%
Uso método contraceptivo	não	118	33,5%	28,7 - 38,6
	sim	234	66,5%	61,3 - 71,2
Tipo de método contraceptivo	preservativo	28	8,0%	5,5 - 1,1
	pílula	97	27,6%	23,1 - 32,4
	ligadura	109	31,0%	26,3 - 35,9
	não usa	118	33,5%	28,7 - 38,9

Características da saúde sexual e reprodutiva		Nº	%	IC 95%
Uso de preservativo com parceiro	sim	74	21,3%	17,0 - 25,5
	não	273	78,7%	72,9 - 81,6
Frequência do uso do preservativo*	sempre	26	35,1%	25,2 - 46,5
	as vezes	38	51,4%	40,1 - 62,3
	raramente	10	13,5%	7,5 - 23,1
Coitarca (menos de 15 anos) ^a	não	213	60,9%	55,6 - 65,8
	sim	137	39,1%	34,1 - 44,3
Gravidez menor 15 anos ^b	não	281	88,9%	84,9 - 91,9
	sim	35	11,1%	8,0 - 15,0
Número de gestações	nunca engravidou	35	9,9%	7,24 - 13,51
	uma vez	38	10,8%	7,9 - 14,47
	várias vezes	279	79,3%	74,7 - 83,1
Número de filhos	até 2	106	30,1%	25,5 - 35,1
	3 ou mais	246	69,9%	64,9 - 74,4
Aborto espontâneo	não	259	73,6%	68,7 - 77,9
	sim	93	26,4%	22,09 - 31,2
Aborto provocado	não	345	98,0%	95,9 - 99,0
	sim	7	2,0%	0,9 - 4,2
Acesso UBS	fácil	135	38,5%	33,4 - 43,5
	difícil/impossível	217	61,5%	56,4 - 66,58
Último preventivo ^c	até 3 anos	309	91,7%	88,2 - 94,1
	mais de 4 anos	28	8,3%	5,8 - 11,7
*Referente ao total de 74 mulheres que relataram uso do preservativo				
a= não sabe/não lembra (2 mulheres)				
b= não sabe/não lembra (36 mulheres)				
c= não sabe/não lembra (15 mulheres)				

A tabela 3 descreve a distribuição das características sociodemográficas, da saúde sexual e reprodutiva das mulheres quilombolas pela zona de residência. Mulheres com baixa escolaridade (32,1%), primeira relação sexual com menos de 15 anos de idade (39,1%), ter 3 ou mais filhos (69,9%) e o acesso à unidade básica de saúde difícil/impossível (61,5%) foram associadas com o fato de residirem na zona rural.

Tabela 3
Características sociodemográficas e da saúde sexual e reprodutiva das mulheres quilombolas segundo zona de residência, Região do Sapê do Norte, Espírito Santo; 2017 a 2019

Características sócio-demográficas e da saúde sexual e reprodutiva		Local de residência						p valor
		urbano		rural		total		
		Nº	%	N	%	N	%	
Idade	14-24 anos	9	15,8%	30	10,2%	39	11,1%	0,45
	25-44 anos	25	43,9%	134	45,4%	159	45,2%	
	45 anos e mais	23	40,4%	131	44,4%	154	43,8%	
Escolaridade (anos de estudo)	menos de 8 anos	5	8,8%	108	36,6%	113	32,1%	<0,0,1
	mais de 8 anos	52	91,2%	187	63,4%	239	67,9%	
Nível de renda (mês)	menor ou igual R\$406,00	28	49,1%	126	42,7%	154	43,8%	0,66
	R\$407,00 a R\$814,00	8	14,0%	45	15,3%	53	15,1%	
	mais de R\$815,00	21	36,8%	124	42,0%	145	41,2%	
Uso de método contraceptivo	não	20	16,9%	98	83,1%	118	33,5%	0,78
	sim	37	15,8%	197	84,2%	234	66,5%	
Tipo de método contraceptivo	preservativo*	2	3,5%	26	8,8%	28	8,0%	0,45
	pílula	13	22,8%	84	28,5%	97	27,6%	
	ligadura	22	38,6%	87	29,5%	109	31,0%	
	não usa	20	35,1%	98	33,2%	118	33,5%	
Uso preservativo	sempre	1	10,00%	25	39,1%	26	35,1%	0,07
	as vezes/raramente	9	90,0%	39	60,9%	48	64,9%	
Coitarca (menos de 15 anos)	não	27	47,7%	186	63,5%	213	60,9%	0,02
	sim	30	52,6%	107	36,5%	137	39,1%	
Gravidez (menos de 15 anos)	sim	50	92,6%	231	88,2%	281	88,9%	0,34
	não	4	7,4%	31	11,8%	35	11,1%	

Características sócio-demográficas e da saúde sexual e reprodutiva		Local de residência						p valor
		urbano		rural		total		
		Nº	%	N	%	N	%	
Número de gestações	nunca engravidou	3	8,6%	32	91,4%	35	9,9%	0,42
	uma vez	6	15,8%	32	84,2%	38	10,8%	
	várias vezes	48	17,2%	231	82,8%	279	79,3%	
Número de filhos	até 2	8	14,0%	98	33,2%	106	30,1%	<0,01
	3 ou mais	49	86,0%	197	66,8%	246	69,9%	
Aborto espontâneo	não	43	75,4%	216	73,2%	259	73,6%	0,72
	sim	14	24,6%	79	26,8%	93	26,4%	
Aborto provocado	não	57	100,0%	288	97,6%	345	98,0%	0,24
	sim	0	0,0%	7	2,4%	7	2,0%	
Último preventivo	até 3 anos	46	88,5%	263	92,3%	309	91,7%	0,35
	mais de 4 anos	6	11,5%	22	7,7%	28	8,3%	
Acesso UBS	fácil	36	63,2%	99	33,7%	135	38,5%	<0,01
	difícil/impossível	21	36,8%	195	66,3%	216	61,5%	

*preservativo masculino

DISCUSSÃO

No estado do Espírito Santo, este é o primeiro estudo descritivo sobre as características da saúde sexual e reprodutiva das mulheres de comunidades quilombolas, bem como as diferenças relacionadas à área de residência. Também, os resultados deste estudo descrevem que residir em zona rural foi mais frequente em mulheres quilombolas com baixa escolaridade, primeira relação sexual menor ou igual de 15 anos, com três ou mais filhos.

Também foi o primeiro estudo realizado no estado do Espírito Santo com mulheres quilombolas, com uma amostra populacional significativa e representativa da comunidade. Contudo, há limitações a serem consideradas. A natureza da pesquisa abordou questões de aspectos íntimos da vida reprodutiva, o que pode ter gerado estigma, estando sujeita a possível viés de não resposta, bem como o de memória de fatos ocorridos no passado. Estes fatores podem ter subestimado os riscos

para determinadas morbidades ligadas a saúde sexual e reprodutiva. Apesar disso, foi possível identificar diferenças relacionadas a saúde reprodutiva de mulheres quilombolas da área rural e urbana e questões ligadas ao acesso à saúde compatíveis com a literatura (ANTUNES FREITAS *et al.*, 2011; FERREIRA; TORRES, 2015; SANTOS *et al.*, 2016; SOUZA *et al.*, 2022a).

Os resultados sobre a dificuldade de acesso aos serviços de saúde coincidem com o estudo de KETLIN *et al.* (2014), em que, ao avaliarem a APS na comunidade rural quilombola do norte de MG, apontaram que os quesitos gerais e de acesso- -acessibilidade aos serviços de saúde atingiram níveis baixos. Mulheres negras ou pardas, com baixa escolaridade e residentes em área rural apresentaram baixa cobertura para o exame contra o câncer de colo do útero Brasil, fato que revela uma dificuldade de acesso aos serviços de saúde para a realização do exame (BARBOSA; BARBOSA, 2017; SILVA, 2008). No estudo que avaliou depressão entre homens e mulheres de uma comunidade quilombola na Bahia, também citou a dificuldade de acesso aos serviços de saúde e dificuldade de diagnóstico, tratamento e acompanhamento para os transtornos depressivos para a população local (BARROSO; MELO; GUIMARÃES, 2015).

Autores apontam que mulheres negras estão expostas de modo mais frequente às infecções sexualmente transmissíveis (IST) e por não usufruir do sistema de saúde para tratar de aspectos relacionados a saúde sexual e reprodutiva em consequência das condições de vulnerabilidade, das relações de gênero existentes na sociedade e do racismo institucional (BELFORT; KALCKMANN; BATISTA, 2016; LEAL *et al.*, 2017). Por exemplo, a proporção de internações por doenças infecciosas, incluindo por *Aids*, foram maiores entre a população negra, 40,3% em mulheres, do que para as mulheres brancas que foi de 23% (SANTOS, 2016).

Neste estudo, as mulheres quilombolas da área rural iniciaram a vida sexual precocemente se comparadas às residentes na área urbana. Este início da vida sexual foi relatado no estudo sobre comportamento sexual de adolescentes da zona rural na Bahia, incluindo quilombolas, em que a média de idade da primeira relação sexual ocorreu com 15 anos. A ocorrência precoce, muitas vezes sem o uso do preservativo, e o número elevado de parceiros sexuais na vida aumentam a exposição dessas mulheres jovens às IST (LUPPI *et al.*, 2011; SANTOS, 2016; PAIVA *et al.*, 2008; VONK; BONAN; DA SILVA, 2013).

Uma grande parcela das mulheres quilombolas deste estudo, que residiam na área rural, encontravam-se em idade reprodutiva e com um número mais elevado de filhos, se comparado a média da população brasileira que em 2006 foi de 1,8 filhos por mulher (SAÚDE., 2009). O mesmo número elevado de filhos foi descrito em uma comunidade remanescente de quilombo no Pará, em que apresentaram uma taxa de fecundidade de 6,8 filhos por mulher (GUERRERO *et al.*, 2007). Em uma comunidade quilombola do Maranhão, aproximadamente metade das mulheres relataram de cinco a nove gestações pregressas, o que também vai ao encontro dos resultados deste estudo (DIAS *et al.*, 2014).

Diante disso, enfatizamos a importância do cuidado integral, equânime e de qualidade às comunidades quilombolas da região. Também, que aja direcionamento e implementação dos quilombolas em políticas públicas baseadas em evidências, de modo mais próximo da realidade e necessidade desta população, que por décadas encontra-se invisível aos gestores públicos.

CONCLUSÕES

Concluimos que existem diferenças nos aspectos relacionados a saúde sexual e reprodutiva de mulheres quilombolas residentes em área urbana e rural em relação a baixa escolaridade, idade precoce da primeira relação sexual e um maior número de filhos. Promover o acesso ao serviço de saúde para uma população historicamente desprovida de seus direitos sociais torna-se urgente e necessária para combater o racismo institucional e para promover equidade em saúde.

REFERÊNCIAS

- ANTUNES FREITAS, D. et al. Saúde e comunidades quilombolas: uma revisão de literatura. **Revista CEFAC**, n. 1, 2011.
- BARBOSA, I.; BARBOSA, I. R. Regional and Socioeconomic Differences in the Coverage of the Papanicolaou Test in Brazil: Data from the Brazilian Health Survey 2013. **Revista Brasileira de Ginecologia e Obstetrícia / RBGO Gynecology and Obstetrics**, v. 39, n. 09, p. 480–487, 7 set. 2017.
- BARROSO, S. M.; MELO, A. P.; GUIMARÃES, M. D. C. Factors associated with depression: sex differences between residents of Quilombo communities. **Revista Brasileira de Epidemiologia**, v. 18, n. 2, p. 503–514, jun. 2015.
- BELFORT, I. K. P.; KALCKMANN, S.; BATISTA, L. E. Assistência ao parto de mulheres negras em um hospital do interior do Maranhão, Brasil. **Saude e Sociedade**, v. 25, n. 3, p. 631–640, set. 2016.
- BRASIL. **Fundação Cultural Palmares**. Oficial. Disponível em: <http://www.palmares.gov.br/?page_id=52126>. Acesso em: 18 jun. 2019.
- BRASIL.; SECRETARIA ESPECIAL DE POLÍTICAS DE PROMOÇÃO DA IGUALDADE RACIAL. **Programa Brasil Quilombola**. Disponível em: <<http://www.seppir.gov.br/portal-antigo/comunidades-tradicionais/programa-brasil-quilombola>>.
- DIAS, I. C. C. et al. Câncer De Colo Do Útero, Genotipagem Do Papiloma Vírus Humano (Hpv) Em Mulheres Quilombolas De Um Município Brasileiro: Aceitabilidade Da Vacina. **Cadernos de Pesquisa**, v. 21, n. especial-jul, p. 01–11, 2014.
- DIAS, J. A. et al. Infecções sexualmente transmissíveis em mulheres afrodescendentes de comunidades quilombolas no Brasil: prevalência e fatores associados. **Cadernos de Saude Publica**, v. 37, n. 2, 2021.
- DOS SANTOS, R. C.; SILVA, M. S. Condições de vida e itinerários terapêuticos de quilombolas de Goiás. **Saude e Sociedade**, v. 23, n. 3, p. 1049–1063, 2014.
- FERREIRA, H. DA S.; TORRES, Z. M. C. Comunidade quilombola na Região Nordeste do Brasil: Saúde de mulheres e crianças antes e após sua certificação. **Revista Brasileira de Saude Materno Infantil**, v. 15, n. 2, p. 219–229, 31 jul. 2015.
- GUERRERO, A. F. H. et al. Mortalidade infantil em remanescentes de quilombos do Município de Santarém - Pará, Brasil. **Saúde e Sociedade**, v. 16, n. 2, p. 103–110, ago. 2007.

LEAL, M. DO C. et al. A cor da dor: iniquidades raciais na atenção pré-natal e ao parto no Brasil. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 33, n. suppl 1, p. e00078816, 24 jul. 2017.

LOPES, F. Para além da barreira dos números: desigualdades raciais e saúde. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 21, n. 5, p. 1595–1601, out. 2006.

MELO, E. A. et al. Mudanças na Política Nacional de Atenção Básica: entre retrocessos e desafios. **Saúde em Debate**, v. 42, n. spe1, p. 38–51, 2018.

OLIVEIRA, E. F. D. et al. Fatores relacionados à assiduidade de quilombolas às consultas de acompanhamento infantil. **Revista Brasileira de Enfermagem**, v. 72, n. suppl 3, p. 9–16, dez. 2019.

OLIVEIRA, O. M. D. E. Comunidades Quilombolas No Estado Do Espírito Santo. **RURIS - Revista do Centro de Estudos Rurais - UNICAMP**, v. 5, n. 2, p. 141–171, 1997.

PAIVA, V. et al. Idade e uso de preservativo na iniciação sexual de adolescentes brasileiros. **Revista de Saúde Pública**, v. 42, n. suppl 1, p. 45–53, jun. 2008.

SANTOS, N. J. S. Mulher e negra: Dupla vulnerabilidade às DST/HIV/aids. **Saude e Sociedade**, v. 25, n. 3, p. 602–618, 2016.

SANTOS, V. C. et al. Condições socioeconômicas e de saúde associadas à qualidade de vida de idosos quilombolas. **Texto e Contexto Enfermagem**, v. 25, n. 2, 7 jun. 2016.

SAÚDE., BRASIL. M. DA. **Pesquisa Nacional de Demografia e Saúde da Criança e da Mulher-2006: dimensões do processo reprodutivo e da saúde da criança**. Brasília, DF: Centro Brasileiro de Análise e Planejamento, 2009.

BRASIL. MINISTÉRIO DA SAÚDE. **Política Nacional de Saúde Integral da População Negra**. Brasília, DF: Racial., SEPPPIR- Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade, 2017. v. 3a ed

SILVA, J. A. N. DA. Condições sanitárias e de saúde em Caiana dos Crioulos, uma comunidade Quilombola do Estado da Paraíba. **Saúde e Sociedade**, v. 16, n. 2, p. 111–124, ago. 2008.

SOUZA, K. DE et al. Conditions and access to health services for quilombola women and children: an integrative review. **Research, Society and Development**, v. 11, n. 7, p. e31011730065–e31011730065, maio 2022a.

SOUZA, K. DE et al. Condições e acesso aos serviços de saúde de mulheres e crianças quilombolas: uma revisão integrativa. **Research, Society and Development**, v. 11, n. 7, p. e31011730065–e31011730065, 26 maio 2022b.

VONK, A. C. R. P.; BONAN, C.; DA SILVA, K. S. Sexuality, reproduction and health: Experiences of adolescent students living in a small city of the interior. **Ciencia e Saude Coletiva**, v. 18, n. 6, p. 1795–1807, jun. 2013.

FONTES DE FINANCIAMENTO

Este estudo contou com apoio financeiro do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico e ao Fundo de Amparo à Pesquisa e Inovação do Espírito Santo (Edital CNPq/FAPES- PRONEM N° 05/2017).

CONFLITO DE INTERESSES

Declaramos não ter conflito de interesse.



Ensaio visual

Philippe Peterle Modolo, natural de Domingos Martins e reside há 10 anos em Vitória. Mestrando em Ciência da Informação, pedagogo, arquivista em formação, ex gestor escolar, fotógrafo independente. Atualmente, realiza investigação científica sobre registros fotográficos produzidos pela UFES, desde sua fundação. Para conhecer um pouco mais do seu olhar fotográfico, visite: Instagram: @philippe.modolo



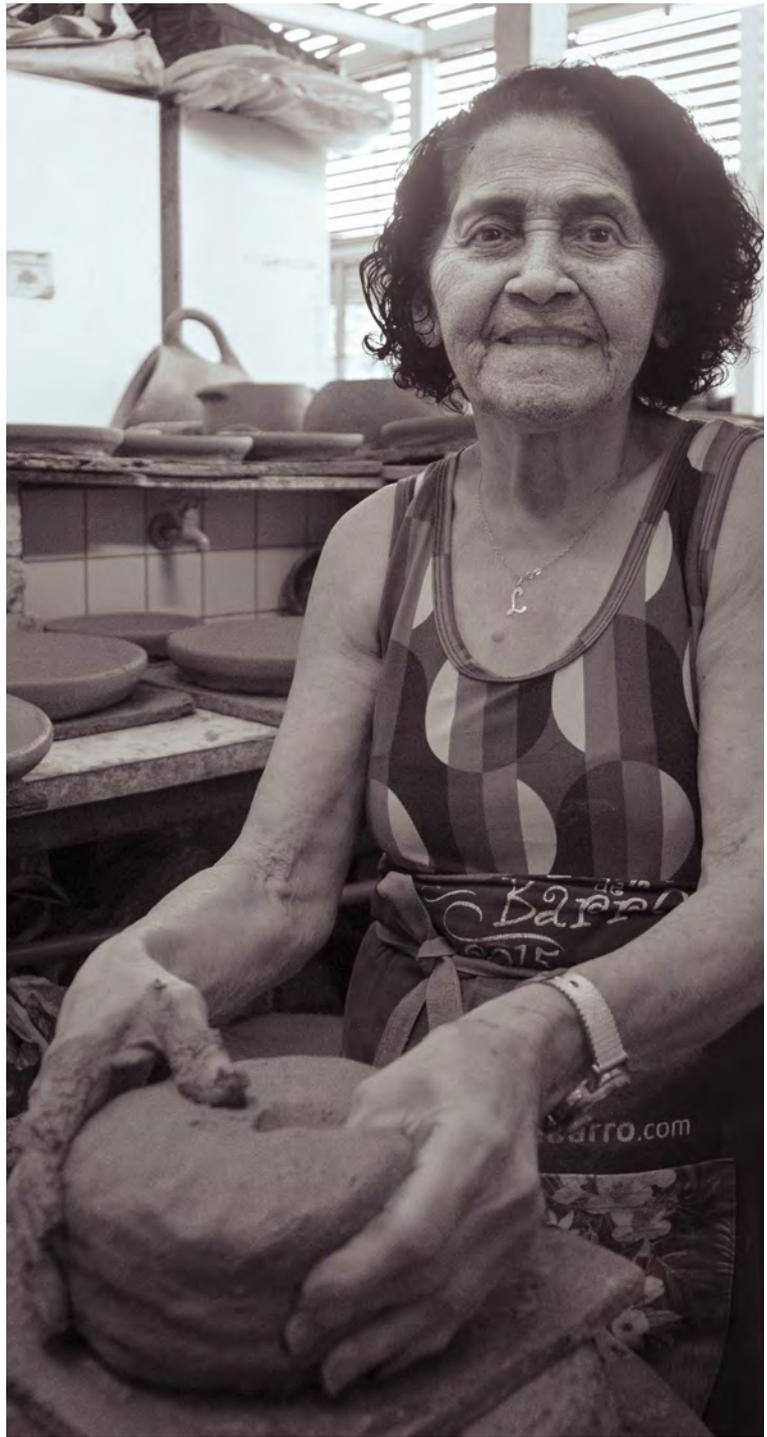
400 anos de saberes e fazeres reconhecidos como patrimônio cultural transmitidos de geração em geração, assim as panelas de barro podem ser entendidas como artefatos da cultura dos povos tradicionais. Aliás, desde 1815, as panelas de barro de goiabeiras já eram historiografadas por Saint Hilaire, que as descreveu como uma caldeira de terracota. Atualmente, a panela de barro é também arte de cerâmica e artesanato comercializada como produto adornado no funcionamento de uma cooperativa de trabalho, composta principalmente por mulheres, mantenedoras dessa tradição ancestral.



A manutenção desta cultura, não reside apenas em sua patrimonialização, mas no esforço coletivo das comunidades tradicionais em perpetuar sua prática, em sua vivência cotidiana pelos praticantes, pois a cultura material é objeto da mediação da prática social. Na repetição dos gestos manuais que envolvem a retirada e o preparo do barro, a moldagem e acabamento, a secagem e a queima, e por fim o tingimento e esfriamento das panelas, perpetua-se não somente o objeto da cultura, mas a própria cultura em si.



















A Educação Popular como aliada na luta pelo direito à saúde no contexto da transposição do rio São Francisco

Popular Education as an ally in the fight for the right to health in peasant communities affected by the transposition of the São Francisco river

Resumo

O presente artigo busca narrar a experiência de uma formação de Mobilizadores/as Comunitários/as em Saúde realizada pelo Programa de Extensão Universitária “TransVERgente”, em parceria com três comunidades camponesas afetadas pelas obras da transposição do rio São Francisco no município de Sertânia, no Sertão Pernambucano. Partindo da proposta da Educação Popular em Saúde, adotou-se a metodologia dos círculos de cultura como recurso mobilizador para a realização de oito encontros grupais semanais, com oito moradores de cada comunidade, ao longo de dois meses. A proposta da formação tinha como sentido principal a formação de lideranças, visando à mobilização comunitária e à produção de autonomia nesses territórios, na direção da reivindicação do direito à reparação à saúde, face às vulnerabilizações vivenciadas no contexto de execução das obras da transposição, que reverberam ainda hoje em suas vidas. Neste percurso, foi possível construir uma concepção de saúde como fenômeno amplo e multidimensional, que atravessa e é atravessado por diversas ressonâncias provocadas pelo megaempreendimento nesses territórios, identificando os principais desafios, bem como vislumbrando alternativas e aliados para o enfrentamento às precariedades vivenciadas em cada comunidade.

Palavras-chave: educação popular; direito à saúde; comunidades rurais; transposição do rio São Francisco.

Ana Letícia Cordeiro de Melo
Giselle Oliveira Santos
Emilly Aiany de Araújo Brito
Renata Pereira Farias
Suely Emilia de Barros Santos
Clarissa de Oliveira G M da Cunha

analeticia.melo@upe.br

Universidade de Pernambuco

Abstract

This article seeks to narrate the experience of training Community Mobilizers in Health carried out by the University Extension Program “TransVERgente”, in partnership with three peasant communities affected by the transposition works of the São Francisco River in the municipality of Sertânia, in the Sertão Pernambuco. Based on the Popular Education in Health proposal, the methodology of culture circles was adopted as a mobilizing resource for holding eight weekly group meetings, with eight residents of each community, over two months. The training proposal had as its main meaning the formation of leaders, aiming at community mobilization and the production of autonomy in these territories, in the direction of claiming the right to health repairs, in view of the vulnerabilities experienced in the context of the execution of the transposition works, which still reverberate in their lives today. In this path, it was possible to build a conception of health as a broad and multidimensional phenomenon, which crosses and is crossed by several resonances caused by the mega-project in these territories, identifying the main challenges, as well as envisioning alternatives and allies to face the precariousness experienced in each community.

Keywords: popular education; right to health; rural communities; transposition of São Francisco river.

INTRODUÇÃO

“Saúde é a capacidade de lutar contra tudo o que nos oprime.”
Movimento dos Trabalhadores Sem Terra¹

¹Lema do Encontro do Setor Nacional de Saúde do MST, realizado em 2015, em Luziânia, Goiás (SILVA; PRADA, 2019).

Entre controvérsias ambientais, econômicas e políticas, o audacioso projeto de transpor as águas do rio São Francisco está nos holofotes midiáticos desde 2007 e repercute até os dias atuais, dividindo opiniões acerca das benesses e dos malefícios de sua realização. Gerida pelo então Ministério da Integração Nacional, a obra se estendeu pelo Nordeste Setentrional, mais especificamente no Ceará, Paraíba, Pernambuco e Rio Grande do Norte, com a promessa de levar água às regiões nordestinas historicamente maltratadas pela seca (BRASIL, 2020).

O megaempreendimento surge no bojo do conjunto de medidas de caráter neodesenvolvimentista que marca a atuação dos governos latinoamericanos nas últimas décadas. Trata-se de uma perspectiva de caráter redistributivo, na medida em que a narrativa defendida é a da diminuição das desigualdades sociais através do crescimento econômico almejado através de grandes obras de infraestrutura (BRITO, 2021). Contudo, discute-se acerca da roupagem neoliberal desta agenda, que consiste na abertura submissa do Estado às especulações do capital financeiro na execução de megaprojetos e na imposição de vulnerabilidades entre as populações mais frágeis por elas atravessadas, em especial as comunidades tradicionais (LANG, 2016).

De acordo com a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais (PNPCT), tais comunidades são caracterizadas por:

Grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, possuidores de formas próprias de organização social, ocupantes e usuários de territórios e recursos naturais como condição à sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição (BRASIL, 2007, n.p).

Importa salientar que, no que se refere a esses grupos, a política os compreende como os povos das águas, das florestas e do campo, como indígenas, quilombolas e ribeirinhos, incluindo também, no que concerne aos povos do campo – ou da terra – os agricultores familiares. Refletindo sobre o que acontece quando megaempreendimentos são instalados em territórios tradicionalmente ocupados por essas populações, Júnior et al. (2020) apontam para os impactos socioambientais produzidos por obras de grandes dimensões nesses contextos, na medida em que, marcadas por um viés exploratório, desconsideram e perturbam os modos tradicionais de vida ali mantidos.

Evidenciam-se, assim, uma série de transformações territoriais que engendram diversos processos de vulnerabilização ambiental, social, cultural, sanitária entre outros. Embora se prometam muitos benefícios com a realização desses projetos, a realidade aponta para a tendência de que as populações mais vulneráveis, como as comunidades tradicionais, sejam expostas à convivência com danos materiais e simbólicos decorrentes da instalação de intervenções tecnológicas, das quais muitas das vezes não usufruem de suas benesses, sendo, portanto, submetidas a uma condição de injustiça ambiental (SILVA; BERGER, 2022).

2Desde 2018, o programa acompanha o povo camponês de Sertânia – PE que vive um processo de vulnerabilização em decorrência das obras da transposição do rio São Francisco em seu território. O TransVERgente conta com uma equipe multiprofissional e interdisciplinar composta por profissionais e estudantes da graduação e da pós-graduação, nas áreas de Psicologia, Direito, Medicina, Enfermagem, Serviço Social, Saúde Mental e Saúde Coletiva.

Quando falamos no megaempreendimento da transposição do rio São Francisco, sua principal motivação anunciada soa nobre: levar água ao Sertão nordestino e pôr fim ao cenário de gerações de famílias atingidas pelo fenômeno climático da seca, fomentando a agricultura familiar, movimentando a economia e gerando qualidade de vida (BRASIL, 2020). Todavia, diversos estudos apontam para as contradições na execução do megaprojeto, em especial o privilégio do abastecimento de água para latifúndios e centros urbanos, a violação de direitos ocorrida no contexto das desapropriações compulsórias e a imposição de processos de vulnerabilização em saúde a essas populações (DOMINGUES, 2016; GUIMARÃES; MARQUES; SANTOS, 2021).

Nesse cenário, destaca-se o surgimento ou o agravamento de uma série de adoecimentos em face da chegada da transposição, como hipertensão, insônia, depressão, ansiedade, abuso de drogas e outros transtornos associados às transformações que a transposição provocou nos territórios. Além do mais, não se observam ações contundentes de assistência à saúde das populações diante de tais ressonâncias da passagem do megaempreendimento em suas vidas (SILVA; GOMES, 2021). Assim, diante da observância desse cenário de violências e da ausência de iniciativas de reparos à saúde da população atravessada pelo megaempreendimento em questão, o Programa de Extensão Universitária “TransVERgente”², com uma proposta decolonial de reparação comunitária, nasce da intenção de olhar para a questão do direito à saúde de comunidades camponesas atingidas no entorno do eixo leste das obras, em Sertânia, Sertão Pernambucano.

Desse modo, desde 2018, três (03) comunidades são acompanhadas pelo programa. São elas: Sítio Cipó, Cooperativa Hortifruti-Granjeiro e Vila Produtiva Rural Salão, sendo esta um reassentamento construído pelo Ministério da Integração Nacional, dentro do Programa de Reassentamento de Populações da Transposição. Juntamente às três comunidades, o programa atuou ao longo dos anos pela via de uma proposta interdisciplinar, colocando-se como um parceiro dessas populações, na denúncia e na reivindicação, na direção do direito à saúde que lhes foi negado no contexto de execução da transposição. Nesse viés, nossa atuação caminha na busca da promoção de autonomia e de possibilidades de fortalecimento da articulação comunitária, tendo em vista as reivindicações específicas de cada território.

É sob essa perspectiva que foi pensada a formação de Mobilizadores/as Comunitários/as em Saúde, construída pelo TransVERgente com cada comunidade, em 2021, na intenção de estimular a formação de lideranças que pudessem mobilizar e articular o grupo no qual estivessem inseridos/as, em prol da superação dos desafios que emergissem em seus cotidianos e que atravessassem as suas condições de saúde. O programa atua de forma multi e interdisciplinar, e conta com uma equipe de discentes extensionistas da graduação e profissionais das áreas de Direito, Psicologia, Medicina, Enfermagem, Serviço Social, Saúde Coletiva e Saúde Mental. Nesse viés, a partir da perspectiva teórica da Educação Popular em Saúde, com encontros semanais mediados por círculos de cultura, pudemos discutir “saúde” como um fenômeno coletivo amplo, multidimensional e transversalizado por camadas sociais, políticas, econômicas, culturais, ambientais dentre outras, e vislumbrar possibilidades de enfrentamento aos processos de vulnerabilidades identificados nos territórios.

Desse modo, a partir da experiência da referida proposta de formação, pretendemos aqui tecer reflexões sobre a potência política de ação da extensão, mediante a Educação Popular em Saúde ativada como potencializadora da autonomia das comunidades, na luta pelos direitos que lhes foram negados e na construção de respostas assertivas às injustiças socioambientais às quais foram expostas. Assim, discutimos a potência da proposta aqui narrada, em relação ao engajamento e à articulação dos/as participantes-colaboradores/as do programa em prol do enfrentamento aos desafios cotidianos vividos pelos povos camponeses atingidos pela transposição do rio São Francisco. Ainda, refletimos sobre as especificidades de cada território, na medida em que cada um expressou uma trajetória singular ao longo do curso, bem como os desafios com os quais nos deparamos nesse processo.

3Elaborado pelo CAAE: 33753220.6.0000.5191 e aprovado pelo Comitê de Ética, a partir do parecer 4.287.712.

Caminhos metódicos: trilhando possibilidades de intervenção em ação

As ações aqui realizadas estão abrigadas no projeto guarda-chuva “Entrelaces de saberes com povos da terra: interlocuções entre ambiente, educação e direito à saúde”³. Utilizando-se da Cartografia Clínica (MORATO, 2017), desde 2018, as ações do programa TransVERgente, através da escuta de narrativas e de construções coparticipativas entre extensionistas e comunidades, partem das andanças pelos territórios de populações camponesas residentes em três comunidades: Sítio Cipó, Vila Produtiva Rural Salão e Cooperativa Hortifrutigranjeiro. Nesta direção, a atitude clínica cartográfica “diz de um modo de se dispor indicando humor ou ação, disposição para agir em direção a pessoas, grupos, situações, inclinando-se para aprender e compreender” (MORATO, 2017, p. 25), possibilitando a intervenção em ação.

Diante disso, a partir do vínculo existente entre a equipe e o povo camponês, bem como das demandas desveladas ao longo dos encontros nos territórios, em 2021, surgiu a proposta do curso Mobilizadores/as Comunitários/as em Saúde, elaborado através de uma interface entre a Educação Popular e os Círculos de Cultura de Paulo Freire (2019), na busca de compreender e discutir algumas temáticas significativas para cada uma das três comunidades alocadas em Sertânia/PE. Sendo assim, mediante a escuta das vivências dos/as camponeses/as, foi pensada a construção do curso citado acima, sendo essa proposta somada à perspectiva da Educação Popular em Saúde, que é uma prática atravessada por questões e ações que põem em cena o diálogo com a diversidade dos múltiplos saberes, os valorizando e incentivando a produção desses conhecimentos (BRASIL, 2013).

Como um caminho metodológico integrante da Educação Popular, os Círculos de Cultura (FREIRE, 2019) trazem uma concepção que promove a reflexão e o fazer do curso de maneira mais horizontal, ou seja, partem de uma construção coparticipativa entre profissionais e camponeses/as, valorizando os saberes e as realidades locais, visto que a educação e a construção do conhecimento partem também da vivência. O curso surge, então, com o objetivo de promover junto à comunidade a formação dos/as camponeses/as enquanto mobilizadores/as da saúde em seus territórios. Nesse sentido, comungamos da visão de Freire e Horton (2011), quando consideram o diálogo como sendo um ampliador da consciência crítica.

Prosseguindo, a organização do curso funcionou da seguinte maneira: foram propostos oito encontros por comunidade, com frequência semanal, no perí-

odo compreendido entre os meses de agosto a outubro, contando com aproximadamente oito (08) pessoas inscritas por comunidade, respeitando-se as orientações sanitárias de prevenção à COVID-19, através do distanciamento social, do uso de máscaras e da distribuição de álcool 70%. O entrelaçamento das demandas se deu tal como a tessitura de uma colcha de retalhos que, mesmo em tons e formatos diferentes, não deixam de se unir pelas costuras. Por conseguinte, no oitavo encontro, os/as participantes apresentaram uma síntese dos círculos de cultura e dos encaminhamentos construídos.

Conhecer a realidade para transformar: a Educação Popular e os Círculos de Cultura como mobilizadores da ação em território

No primeiro encontro, a proposta do curso foi apresentada às pessoas que compareceram, e ali mesmo, em coletividade, foram eleitos os temas geradores considerados relevantes para que pudéssemos refletir sobre a mobilização comunitária em saúde. Essas temáticas, que passaram a ser debatidas e trabalhadas em cada comunidade no decorrer dos encontros, foram: Perspectivas para a juventude; Direito à saúde; Promoção de bem-estar diante da pandemia: Saúde mental; Geração de renda; Espaços de lazer; Direito e cidadania; Acesso e distribuição de água; Agroecologia; Direito à água na transposição; Cultura e ação social; Horta comunitária; e, por fim, Reconstrução da associação comunitária.

O curso aconteceu nas quintas-feiras (à tarde) e sextas-feiras (pela manhã e à tarde), e cada encontro teve duração média de duas horas. É necessário pontuar que, em todos os encontros, foi possível construir uma interlocução muito nítida entre os temas descritos acima e o tema geral “saúde”. Outrossim, o debate em torno das temáticas em questão possibilitou o diálogo sobre o bem-estar na pandemia, principalmente em momentos nos quais discutimos sobre saúde mental, direito à saúde, acesso e distribuição da água e outros temas enfocados. Dessa maneira, considerando-se a diversidade das discussões propostas, compreendemos que o trabalho multidisciplinar dos/as extensionistas e profissionais da extensão se mostrou como sendo de extrema importância.

O primeiro encontro simbolizou ainda a abertura e o mapeamento participativo das temáticas. Considerando-se que a construção a partir de temas geradores diz respeito às aspirações, aos saberes e às visões de mundo dos/as participantes de cada comunidade, pudemos elencar as propostas levantadas nesse primeiro momento, para, assim, sistematizarmos os temas dos demais encontros. Foram levantadas, no sítio Cipó, as seguintes temáticas: Perspectiva para a juventude da comunidade; Direito à saúde; Direito à cidadania; Promoção à saúde mental; Geração de renda; e Espaços de lazer. Já na Cooperativa Hortifrutigranjeiro, foram propostas as temáticas: Acesso e distribuição de água na comunidade; Direito à saúde; Direito à cidadania; Geração de renda; e Agroecologia. Por fim, a comunidade da Vila Produtiva Rural Salão estabeleceu enquanto temas a serem discutidos durante o curso as seguintes temáticas: Acesso à água; Direito à saúde; Cultura e ação social; Criação de hortas comunitárias; e Reconstrução da Associação de Moradores.

No decorrer do curso, os/as extensionistas do programa se reuniram semanalmente para compartilharem vivências, com o objetivo de atualizar as temáticas e os encaminhamentos realizados durante o encontro feito em cada comunidade, com todo o grupo. As idas ao território foram vivenciadas em pequenos grupos, de aproximadamente quatro ou cinco pessoas, sendo sua formação alternada entre extensionistas da graduação, técnicos/as, professores/as e uma psicóloga residente. Assim, três aspectos foram facilitados: o da logística, por consequência da distância e da dificuldade de locomoção de todo o grupo para os territórios; o do aprofundamento de discussões de temáticas mais direcionadas para algumas áreas específicas, como as de “direito e cidadania”, de “agroecologia” dentre outras; e o do fator COVID-19, que exigiu, na execução das atividades, uma quantidade limitada de pessoas presentes.

Nessas reuniões entre extensionistas, foram discutidos não somente os encaminhamentos realizados em cada território, como também apresentaram-se as propostas a serem trabalhadas na semana posterior pela equipe presente, por meio de um momento de debate, alterações e indicações compartilhadas pelos/as integrantes do programa. Dessa maneira, mesmo que o nosso coletivo de extensionistas não estivesse integralmente presente em todas as reuniões nas comunidades, estivemos presentes nas discussões prévias dos encaminhamentos e das propostas a serem trabalhadas nos territórios, aspecto que possibilitou a construção de uma continuidade para as atividades.

Ainda, no contexto dessas reuniões semanais, era possível à equipe repensar os recursos a serem utilizados nas semanas subsequentes, e até mesmo incluir ou excluir temáticas, após discussão junto ao grupo de mobilizadores/as, conforme as demandas eram evidenciadas pela experiência da caminhada. Essa flexibilidade foi facilitada em virtude do aporte metodológico utilizado, que não parte de uma sistematização pré-concebida, mas que vai sendo tecido coletivamente de modo processual, a partir da vivência.

Já o último encontro foi realizado com os objetivos de proporcionar um desfecho ao curso e iniciar a abertura de processos de mobilização feitos pelos/as próprios/as sertanejos/as, de modo autônomo. O encerramento do curso nos territórios rurais do sítio Cipó e da Cooperativa Hortifruti-Granjeiro reuniu comunitários/as, lideranças, extensionistas e representações públicas, através de convite realizado ao Sindicato dos Trabalhadores Rurais, Agricultores e Agricultoras Familiares de Sertânia/PE, à Secretaria de Saúde, à Secretaria de Agricultura e ao Gestor Público da Prefeitura. Foram momentos de confraternização e festividade, contando com feiras de produtos locais, tais como artesanato, apicultura e ervas medicinais, bem como com apresentações culturais e exibição da premiação da equipe de futebol feminino de uma das comunidades. É importante situar que esse momento celebrativo que marcou o encerramento das atividades aqui referidas não ocorreu na Vila Produtiva Rural Salão, tendo em vista a própria dinâmica de articulação entre comunitários. No entanto, mobilizamos uma reunião com os/as representantes da comunidade citada acima.

Ademais, no que concerne à avaliação do processo formativo e de devolutiva para as comunidades, ao final do curso, foram realizadas pelos/as mobilizadores/

as em saúde apresentações finais construídas coletivamente em cada comunidade. Além de ser um momento de apresentação da síntese daquilo que foi experienciado ao longo da formação, essa etapa também contou com a reunião e a exibição de produtos de uso medicinal, de alimentos orgânicos e de artesanatos produzidos pelos/as próprios/as mobilizadores/as em seus territórios, no decorrer do curso.

Ainda durante os encontros de encerramento, foram oferecidas pelo TransVERgente ações multiprofissionais e interdisciplinares, uma vez que as comunidades expuseram o desejo de que algumas delas fossem realizadas em seus territórios, como: aferição de pressão, auriculoterapia, atendimento médico e atendimento psicológico na modalidade de prática do Plantão Psicológico, bem como ações voltadas para as áreas do Direito e da Educação, como as de encaminhamento e orientação jurídica e atividades voltadas para a educação popular.

Além dos aspectos de devolutiva e de confraternização já mencionados, o encerramento na Cooperativa Hortifruti-Granjeiro foi marcado pelo fortalecimento da mobilização social, na construção de planos de ação para a compra e a instalação de uma bomba-d'água, com o intuito de garantir a sobrevivência, a dignidade e o plantio na comunidade que é marcada pelo desabastecimento. No Sítio Cipó, o desfecho do curso foi evidenciado pela retomada dos jogos de futebol feminino do time da comunidade, após dois anos de pandemia. Nessa comunidade, o futebol de mulheres apareceu como referência nas práticas de cuidado, convivência e resistência política frente aos impactos da transposição. Já na VPR Salão, a ausência de um evento celebrativo e da apresentação final explicitou o impasse da criação de vínculos entre os/as moradores e da formação da Associação de Moradores, identificado, desde o primeiro círculo de cultura, a partir do trabalho com os temas geradores.

A partir do curso, práticas de Educação Popular em saúde foram fortalecidas e firmadas junto às comunidades pela via do compartilhamento de vivências e saberes, mesmo diante de contextos desafiadores para o processo de mobilização entre os/as comunitários/as. Após a finalização do curso em 2021, a equipe do TransVERgente voltou ao território em 2022, para que, coletivamente, fossem traçadas as ações de continuidade do Programa ao longo do ano. Tendo em vista as construções tecidas ao longo da formação de Mobilizadores/as Comunitários/as em Saúde, bem como a síntese apresentada na finalização do curso, alguns desdobramentos se desvelaram como caminhos possíveis para darmos continuidade às ações e às reivindicações em torno das demandas de cada comunidade.

Dentre eles, destacamos: acompanhar a reativação da Associação dos Moradores de VPR Salão; auxiliar os/as moradores/as acerca do reconhecimento da “associação” ou “cooperativa” em Hortifruti-Granjeiro; propor um curso sobre mídias digitais para a juventude em Sítio Cipó; dirimir as dúvidas da população quanto aos seus direitos, pela via das orientações jurídicas encaminhadas pelos/as extensionistas; e promover a escuta psicológica solicitada nas três comunidades.

Produzir saúde também é lutar por direitos: os Círculos de Cultura em coparticipação com as distintas ruralidades

A partir da experiência aqui narrada, percebe-se que, sem a superação das demandas levantadas nos círculos de cultura, não há garantia de saúde para as populações das três comunidades com as quais o projeto TransVERgente teve contato. A falta de acessibilidade e acesso aos dispositivos de saúde foi colocada como desafio juntamente à impossibilidade de exercer a agricultura em função da falta de acesso à água gerada pela transposição. Nesse viés, discutimos os impactos gerados por grandes obras à saúde das populações afetadas, em especial no que se refere às alterações produzidas nos territórios e nos modos tradicionais de vida. Ainda, refletimos sobre a importância de que o direito à saúde seja pensado sob uma ótica interdisciplinar capaz de perceber as articulações das vulnerabilidades produzidas nesses territórios, e como estas atravessam diretamente as condições de saúde das populações envolvidas.

Quanto ao desenrolar dos círculos de cultura em cada território, é necessário ressaltar que as temáticas circularam nas comunidades de acordo com as especificidades de cada uma e dos temas geradores propostos pelos/as participantes no primeiro encontro. Assim, uma vez que o curso diz respeito à singularidade e ao movimento de cada uma das três comunidades, algumas temáticas estiveram presentes em apenas algumas delas, e outras foram compartilhadas entre os três territórios. Nesse sentido, Landini *et al.* (2015) lembram que pensar a questão das “ruralidades” pressupõe que as mesmas não são homogêneas e não funcionam da mesma forma.

O curso possibilitou o estreitamento de vínculos, bem como se mostrou enquanto abertura para a construção coletiva de caminhos de cuidado para os/as participantes. No caso da Cooperativa Hortifruti-Granjeiro e do Sítio Cipó, esse cuidado estende-se à comunidade como um todo. Tais dimensões puderam se presentificar no encerramento festivo realizado nos dois territórios, sendo esse momento de celebração, lazer e integração comunitária também uma ocasião de encaminhamento de demandas. Na VPR Salão, todavia, essa etapa de desfecho ocorreu de modo diferente, pois se deu com pouca adesão dos/as participantes do curso, visto que sua comunidade não havia sido mobilizada.

Entretanto, estiveram presentes no desfecho do curso na VPR Salão os/as representantes da Secretaria de Saúde, da Secretaria de Agricultura e da vice-prefeitura. Nesse sentido, mesmo com a pouca participação da comunidade, foi possível haver um momento de escuta e compartilhamento com os/as gestores/as acerca das precariedades encontradas na VPR Salão. Dentre elas, destacaram-se, sobretudo: a escassez de acesso à água; a ausência de um dispositivo de saúde no território; as limitações para o exercício da agricultura familiar, questão que toca na problemática do acesso à água; e também as restrições quanto ao uso dos terrenos de cultivo impostas pelo Ministério da Integração Nacional, responsável pela manutenção da VPR Salão.

Considerando-se a dificuldade de mobilização da comunidade para esse

momento de desfecho da formação, de transmissão do que fora construído e de reivindicação junto aos/às gestores/as públicos/as presentes, compreendemos que isso reflete o desafio de articulação expressado pela comunidade durante todo o percurso da nossa ação extensionista junto a ela. Nessa direção, discutimos as especificidades desse território em particular que, em virtude de seu processo de reassentamento compulsório de populações advindas de diversos outros lugares, apresenta, desde o início de nosso contato enquanto extensão, a marca da desmobilização comunitária e a fragilidade dos vínculos socioafetivos entre os/as moradores/as (SILVA; SANTOS, 2020).

Observamos também que, na Vila, os encontros foram se esvaziando ao longo das semanas, além de se desenrolarem em torno de uma tendência à queixa – em alguns momentos –, numa relação de sentido fatalista em relação às condições de vida evidenciadas nos círculos de cultura. Tal atmosfera de fatalismo nos recorda a compreensão de Martín-Baró (2017) quando reflete sobre os fenômenos psicossociais presentificados de formas diferenciadas nas experiências do povo latino-americano. Para o autor, esses fenômenos se expressam numa compreensão resignada de que a realidade é imutável e inevitavelmente trágica, trazendo o fatalismo como uma atitude frente à própria condição, o que limita a capacidade de vislumbrar possibilidades de mudança e de inclinar-se à ação.

Além de refletir sobre o fatalismo como um fenômeno de matriz sociocultural, o autor discute os seus determinantes históricos, políticos e econômicos, como a condição histórica de exploração e subalternidade à qual o povo latino-americano foi submetido e a marca da forte religiosidade que tende a relacionar o destino com os desígnios divinos. No que concerne à experiência na VPR Salão, observamos que se soma a esse fatalismo de caráter sociocultural a experiência de tutela que o poder público exerce sobre esse território. Por fazer parte da política de reassentamento de populações da transposição, as Vilas Produtivas Rurais são submetidas a uma série de regras relacionadas às condições de moradia e de trabalho.

Compreendemos que, apesar do fatalismo expresso, a formação na VPR Salão foi um momento importante de participação popular e integração comunitária, mesmo que com baixa adesão, na medida em que foi possível identificar, coletivamente, no grupo, os principais desafios vivenciados, bem como traçar caminhos possíveis para o enfrentamento da realidade opressora narrada pelos/as participantes, relacionada ao controle e à negligência por parte do poder público sobre a Vila. Visualizamos que, na VPR Salão, os círculos de cultura e os registros realizados a partir deles se mostraram materiais importantes de levantamento de demandas. Nesses momentos de escuta dos/as participantes, os/as mesmos/as se mostravam angustiados/as com a situação comunitária de precarização de infraestrutura e de assistência em saúde, de impossibilidade de praticar a agricultura familiar e, sobretudo, de desmobilização política e coletiva. Ressaltamos que a dificuldade de mobilização comunitária durante a formação, e a partir dela, se configura como um entrave para a efetivação de tais planejamentos na comunidade.

Na Cooperativa Hortifruti-Granjeiro, por sua vez, observamos que a temática

central no processo de formação esteve direcionada à necessidade da aquisição de uma bomba para que o acesso à água encanada fosse efetivado na comunidade. Pois, devido às explosões para a abertura dos canais da transposição, houve rachaduras no solo do território, e, agravando a situação, a barragem próxima do local se encontra inutilizada por motivo de estar totalmente seca. Mais uma vez, percebemos o entrelace entre as obras da transposição e as ressonâncias acerca da autonomia comunitária, e como as condições básicas de trabalho se confundem com as condições de vida e sobrevivência dessas comunidades.

Diante da repetição da temática do acesso à água, ao longo dos encontros nessa comunidade, fomos percebendo que a superação desse desafio transversalizava todas as possibilidades de construção de ações em saúde para a Cooperativa Hortifruiti-Granjeiro, sendo fator imprescindível para a prática da agricultura familiar, que, por sua vez, vincula-se à geração de renda e à promoção de autonomia e saúde mental. Assim sendo, a formação nos ensinou que falar em saúde na Hortifruiti-Granjeiro, era, antes de qualquer coisa, discutir sobre as possibilidades de recuperar o abastecimento de água, ao passo em que esta era uma demanda que mobilizava toda a comunidade, como um fator essencial para a saúde no território.

Outrossim, questões semelhantes se expressaram no Sítio Cipó, sendo centrais os desafios do acesso à água e da geração de renda. Além disso, foram realçadas algumas questões geracionais, como, por exemplo: o compartilhamento de narrativas direcionadas à juventude que destacavam a fragilidade do engajamento comunitário por parte desse grupo específico; a falta de empregabilidade e oportunidades educacionais na região; a escassez de espaços de lazer; e o uso e o abuso de álcool e outras drogas. Mesmo diante dessas dificuldades, os jogos de futebol do time feminino da comunidade foram destacados enquanto espaços de encontro geracional, nos quais crianças, jovens, adultos/as e idosos/as convivem e partilham da prática esportiva como um cuidado de si e dos outros. Tendo isso em mente, na comunidade do Sítio Cipó, ficou explícito que a saúde está ligada ao direito à água, à cidadania e ao lazer, bem como aos direitos humanos e aos diversos recursos acessados nos caminhos coletivamente percorridos pelos/as comunitários/as na busca dos cuidados em saúde (FERNANDES; SANTOS, 2019).

Em relação aos processos de vulnerabilização em saúde evidenciados nas comunidades em virtude da transposição, observamos que, de fato, a desvitalização da autonomia se configura como uma repercussão comum em cenários de instalação de megaempreendimentos. Dessa forma, esse fator facilita o adoecimento das comunidades e limita sua capacidade de escolha, de reivindicação e de luta em prol de direitos negados no cenário de injustiça socioambiental em que se encontram (DOMINGUES, 2016). Nesse sentido, vemos como a saúde se manifesta como potência de ação e de transformação da realidade social, sendo compreendida de forma ética e política, partindo de uma perspectiva dialética-materialista, como aquilo que extrapola a noção biológica e se configura como possibilidade de enfrentamento das condições opressoras cotidianamente vividas (SOUZA; SAWAIA,

2016). Sendo assim, nos encontros dos círculos de cultura, os possíveis encaminhamentos, na direção da transformação da realidade, partem das próprias comunidades, quando seus/suas representantes se mobilizam enquanto agentes multiplicadores/as, ou sementes do terreno fértil que é o exercício da autonomia.

Compreendemos ainda que, para além dos potenciais desdobramentos da formação de mobilizadores/as comunitários/as em saúde, no sentido da conquista efetiva das demandas levantadas pela comunidade, toda a construção ao longo do percurso de formação se constituiu como uma ação de promoção de saúde, na medida em que promoveu possibilidades de organização social, de participação popular e de experimentação coletiva da autonomia (SANTOS, 2011). Observamos como os círculos de cultura foram uma metodologia potente de escuta e acolhimento dos sofrimentos silenciados nas comunidades, na medida em que ofereceram um espaço seguro de expressão, acolhimento e identificação, catalisado pelas experiências grupais.

Os círculos de cultura são uma possibilidade de exercício da autonomia de fala que permite que populações social e historicamente subalternizadas possam construir concepções próprias para sua realidade, ao se apropriarem das possibilidades de transformação desta, a partir de sua própria linguagem. Nesse caminho, aquele/a que Spivak (2014) denomina de subalterno/a – integrante de minorias não brancas do Terceiro Mundo – pode libertar-se do jugo e da tutela conceitual e representacional do intelectualismo ocidental e pautar suas próprias compreensões, sentidos e necessidades acerca da realidade em que se insere. Nesse viés, as ações do povo camponês em coparticipação com a equipe extensionista multiprofissional e interdisciplinar do TransVERgente, na luta pela garantia de direitos, se tornam potentes diante dos diferentes campos de formação dos/as extensionistas e da experiência do povo que habita e vivencia o território. O curso, então, se revelou não apenas como um caminho para mudanças no cenário em que essas pessoas vivem, mas, além disso, possibilitou o diálogo entre os saberes das comunidades e os da universidade.

O des-fecho: sobre a abertura para novas possibilidades de produção em saúde

Salientamos que a articulação entre equipe extensionista e povo camponês se situa como uma estratégia de convite à participação dos/as representantes legais do Estado para que acompanhem e atendam às demandas desveladas no cotidiano desse povo. Reforçamos a potência das metodologias participativas para a formação, a pesquisa e a intervenção juntamente às comunidades camponesas, ao passo em que promovem a valorização de seus saberes e das práticas locais e a interlocução destes com os saberes acadêmicos. Ademais, ressaltamos a relevância de uma atuação acadêmica que se coloque a serviço das lutas pelo acesso a direitos, em especial o direito à saúde, no contexto de territórios afetados por grandes obras.

Empreender essas movimentações contrárias ao que está estabelecido na realidade e trazer uma proposta que não parta de uma estrutura pré-estabelecida, como possibilidade de trabalho e articulação entre academia e comunidade, são de extre-

ma importância para a valorização das diversidades culturais, bem como de suma relevância para construir um fazer, independente da área de formação a qual está conectado, que é baseado na escuta da realidade que está sendo acompanhada. Assim, a tessitura das práticas consegue abarcar com maior qualidade as singularidades de cada local e contexto. Em vista disso, é necessário pontuar que, através desse acompanhamento interdisciplinar, múltiplos espaços que promoveram cuidados em diferentes aspectos foram construídos durante o curso. Nesse movimento, a atividade foi um disparador do estímulo para a luta pela garantia dos diversos direitos nas comunidades, e o desfecho do curso de Mobilizadores/as Comunitários/as em Saúde se mostrou como uma oportunidade de acesso ao processo de exercício da autonomia comunitária, na luta coparticipativa que acontece diariamente.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Decreto n. 6.040, de 7 de fevereiro de 2007. Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais. **Diário Oficial da União**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6040.htm. Acesso em: 20 out. 2022.

BRASIL. Lei nº 2.761, de 19 de Novembro de 2013. Institui a Política Nacional de Educação Popular em Saúde no âmbito do Sistema Único de Saúde (PNEPS-SUS). **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, p. 62, 20 nov. 2013. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2013/prt2761_19_11_2013.html. Acesso em: 05 abr. 2023e

BRASIL. Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional. **Projeto de Integração do Rio São Francisco**. Brasília, DF: Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional, 05 ago. 2020. Atualizado em 08 jun. 2021. Disponível em: <https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/noticias/2022/julho/janssen-saiba-qual-e-o-esquema-vacinal-recomendado-para-o-imunizante>. Acesso em: 04 mai. 2023.

BRITO, L. L. Subdesenvolvimento e dependência: a crítica ao “neodesenvolvimentismo” no Brasil recente (2004 - 2016). **Cadernos do desenvolvimento**, Rio de Janeiro, v. 16, n. 29, p. 9-38, mai./ago. 2021. Disponível em: <http://www.cadernosdodesenvolvimento.org.br/ojs-2.4.8/index.php/cdes/article/view/390/pdf>. Acesso em: 05 fev. 2023.

DOMINGUES, R. C. **A vulnerabilização camponesa no contexto da transposição do rio São Francisco**: o desterro na vila Produtiva Rural Baixo dos Grandes (Junco). 2016. 114 f. Dissertação (Mestrado Acadêmico em Saúde Pública) – Centro de Pesquisas Aggeu Magalhães, Fundação Oswaldo Cruz, Recife, 2016. Disponível em: <https://www.arca.fiocruz.br/handle/icict/33548>. Acesso em: 25 fev. 2023.

FERNANDES, S. L.; SANTOS, A. O. Itinerários Terapêuticos e Formas de Cuidado em um Quilombo do Agreste Alagoano. **Psicol. Cienc. Prof.**, Brasília, v. 39, n. spe., 2019. Disponível em: <https://pesquisa.bvsalud.org/portal/resource/pt/biblio-1017128>. Acesso em: 24 fev. 2023.

FREIRE, P.; HORTON, M. **O caminho se faz caminhando**: conversas sobre educação e mudança social. Petrópolis: Vozes, 2011.

FREIRE, P. **Educação como prática de liberdade**. 53. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2019a.

GUIMARÃES, A. G. A.; MARQUES, C.; SANTOS, S. E. B. Transposição do rio São Francisco: o padrão desenvolvimentista através de megaprojetos e seus consequentes deslocamentos forçados. **RIOS – Revista Científica do Centro Universitário do Rio São Francisco**, v. 15, n. 30, 2021. Disponível em: <https://www.publicacoes.unirios.edu.br/index.php/revistarios/article/view/79>. Acesso em: 25 fev. 2023.

JUNIOR, E. A. F. et al. Corredores logísticos e seus efeitos sociais sobre povos e comunidades tradicionais: uma aproximação entre Brasil (corredor Carajás) e Moçambique (corredor de Nacala). In: ALMEIDA, A. W. B. et al. (Orgs.). **Me-gaproyetos, atos de estado, povos e comunidades tradicionais**. Cali: Programa Editorial Universidad Autónoma de Occidente, 2020. p. 47-72.

LANDINI, F. et al. **Hacia una psicología rural latinoamericana**. Buenos Aires: Clacso, 2015.

LANG, M. Alternativas ao desenvolvimento. In: DILGER, G.; LANG, M.; FILHO, J. P. (Orgs.). **Descolonizar o imaginário: debates sobre pós extrativismo e alternativas ao desenvolvimento**. São Paulo: Editora Elefante, 2016. p. 25-44.

MARTÍN-BARÓ, I. **Crítica e libertação na psicologia: estudos psicossociais**. Tradução: Fernando Lacerda. Petrópolis: Vozes, 2017.

MORATO, H. T. P. Por entre plantão psicológico e ação cartográfica clínica pelos “caminhos de floresta”. In: CABRAL, B. E. B. et al. (Orgs.). **Prática Psicológica em Instituições: Clínica, saúde e educação**. Curitiba: CRV, 2017. p. 19-38.

SANTOS, J. C. B. O movimento dos trabalhadores rurais sem-terra e as relações entre saúde, trabalho e ambiente em um assentamento rural no estado do Rio de Janeiro. 2011. 142 f. Dissertação (Mestrado em Saúde Pública) – Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca, Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, 2011. Disponível em: <https://www.arca.fiocruz.br/handle/icict/24222>. Acesso em: 08 mai. 2023.

SILVA, L. A.; BERGER, M. C. B. O debate sobre injustiça ambiental frente ao avanço da acumulação capitalista. In: IV SINESPP – Simpósio internacional sobre Estado, Sociedade e Políticas Públicas. **Anais [...]**. Teresina: UFPI, v. 4, n. 4, 2022. p. 3097-3916. Disponível em: <https://sinespp.ufpi.br/upload/anais/MTM0Nw==.pdf?023306>. Acesso em: 14 abr. 2023.

SILVA, I. N. N.; GOMES, W. S. Transposição do Velho Chico: as vulnerabilizações e as barreiras de acesso à Rede de Atenção à Saúde geradas no município de Sertânia/PE. In: SANTOS, S. E. B. et al. (Orgs.). **TransVERgente: o desafio de ver além do megaempreendimento da Transposição do São Francisco**. Belo Horizonte: Dialética, 2021. p. 119-135.

SILVA, C. G.; PRADA, C. A. Saúde no campo: caminhos percorridos pelo Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST). **Saúde debate**, Rio de Janeiro, v. 43, n. 8, p. 50-65, dez. 2019. Disponível em: <https://saudeemdebate.org.br/sed/article/view/2832>. Acesso em: 08 mai. 2023.

SILVA, G.; SANTOS, S. E. S. B. “Grito da Terra”: Narrativas acerca do fenômeno da desapropriação na transposição do Velho Chico. **Revista Conexão UEPG**, Ponta Grossa, n. 16, 2020. Disponível em: <https://revistas.uepg.br/index.php/conexao/article/view/16434>. Acesso em: 25 fev. 2023.

SOUZA, A. S. A.; SAWAIA, B. B. A Saúde como Potência de Ação: uma análise do coletivo e de Comuna do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). **Rev. Psicol. Polít.**, São Paulo, v. 16, n. 37, p. 305-320, dez. 2016. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/rpp/v16n37/v16n37a05.pdf>. Acesso em: 14 abr. 2023.

SPIVAK, G. C. **Pode o subalterno falar?** Tradução: Sandra Regina Goulart Almeida; Marcos Pereira Feitosa; André Pereira Feitosa. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2014.

AGRADECIMENTOS

Ao povo camponês afetado pelas obras da transposição do rio São Francisco no município de Sertânia. À Universidade de Pernambuco, Campus Garanhuns e Campus Arcoverde. Ao Sindicato de Trabalhadores Rurais, Agricultores e Agricultoras Familiares de Sertânia (SRT – Sertânia).

FONTES DE FINANCIAMENTO

O curso de Mobilizadores/as Comunitários/as em Saúde contou com o fomento do PFA/UPE (Edital da PROEC) e de uma emenda parlamentar concedida pelo deputado estadual pelo estado de Pernambuco, João Paulo (PT).

CONFLITO DE INTERESSES

Declaramos não ter conflito de interesse.



Divulgação do estudo sobre arte pública capixaba em escolas da rede básica de ensino do estado do Espírito Santo

Dissemination of the study on public art to primary schools at the state of Espírito Santo

Resumo

O objetivo deste artigo é compartilhar aspectos do projeto de extensão que busca possibilitar, a professores da educação básica, no Espírito Santo, o acesso a estratégias de preservação e conservação dos monumentos urbanos a partir da aprendizagem afetiva. Este estudo foi desenvolvido pelo Laboratório de Extensão e Pesquisa em Artes da UFES (LEENA), com objetivo de difundir a pesquisa sobre a arte pública capixaba, através de veiculação do inventário imagético, pelo *site* artepublicacapixaba.com. A produção teórica sobre o tema, divulgado no mesmo *site*, parte da distribuição de *kits* paradidáticos em escolas de rede básica de ensino, no estado do Espírito Santo. A proposta de trabalho investigativo e extensionista busca preservar a memória da história e da arte capixaba, além de fomentar a discussão sobre os modos de representação de culturas e personalidades que fizeram parte da formação territorial, social e cultural do estado. Uma das discussões abordadas são as discrepâncias na quantidade de monumentos que representam a história da colonização europeia no estado e as retratações culturais de outras etnias, à exemplo de africanos escravizados e a história dos povos originários. Espera-se com este estudo promover o vínculo afetivo entre estudantes, professores, pesquisadores e comunidade em geral, com os monumentos e o contexto histórico de onde a obra está inserida.

Palavras-chave: arte pública capixaba; extensão; memória; monumentos.

Jaqueline Torquatro
Aparecido José Cirillo
Fabiola Fraga Nunes
Giuliano de Miranda

jaquelinetor4@gmail.com

Universidade Federal do
Espírito Santo

Abstract

This article shares aspects of the extension project's initiative to provide basic education teachers in Espírito Santo with preservation and conservation strategies for urban monuments based on affective learning. This study was developed by the UFES Arts Extension and Research Laboratory (LEENA), to propagate information on public art in Espírito Santo through dissemination of the website artepublicacapixaba.com. The theoretical production on this topic, published on the same website, is developed based on an educational kit distributed to schools located at Espírito Santo. The extension project seeks to preserve the memory of the history and art of Espírito Santo, in addition to encouraging discussion about the ways of representing cultures and personalities that were part of the territorial, social and cultural formation of the state. It is discussed the discrepancy in monuments that represent the history of European colonization in the state versus portrayals of other ethnicities, such as enslaved Africans and indigenous peoples. The study is intended to promote emotional connections between students, teachers, researchers, and the community in general with monuments and their historical context.

Keywords: capixaba public art; extension; memory; monuments; history.

INTRODUÇÃO

Desde 1999, o Laboratório de Extensão e Pesquisa em Artes (LEENA) da UFES desenvolve pesquisas sobre a arte pública e as diversas categorias de monumentos espalhadas pelos 78 municípios capixabas, com intuito de desenvolver um diálogo entre arte e espaço público, e fortalecer o vínculo afetivo entre a população e a arte local. Como ação de divulgação e popularização da ciência, o projeto de extensão intitulado Arte Pública capixaba: formação de professores da Educação Básica, sob registro 2853, com objetivo de desenvolver ações educativas patrimoniais relacionadas à obras de arte pública capixabas, desperta por meio da mediação, o sentimento de pertencimento, identidade, afeto, memória e escultura social, colaborando com a preservação cultural dos objetos artísticos pertencentes ao ecossistema urbano das cidades. Além disso, capacita professores da educação básica para auxiliar na educação patrimonial, por meio do desenvolvimento de um conjunto de atividades com os docentes que visam acionamento de alunos/ transeuntes do ecossistema urbano para a percepção sensível e afetiva desses monumentos encontrados na cidade, os quais funcionam como aspectos memoriais da identidade urbana.

As ações operam por meio de cursos ministrados em plataforma digital, com atividades síncronas e assíncronas, de 16 horas. Utilizamos a Plataforma *Meet* ou AVA - dependendo da disponibilidade da UFES, e de acessos permitidos, para garantir o pleno desenvolvimento das atividades. Em cada turma são realizados 02 encontros síncronos, sendo o primeiro para apresentação da proposta e encaminhamentos iniciais e o segundo para a apresentação dos resultados de cada cursista. Estas atividades somam 6 horas/aula em cada grupo de professores. As demais 10 horas/aula são efetuadas em plataforma digital de aprendizagem, com textos e orientações necessárias ao desenvolvimento das atividades propostas, visando capacitar e auxiliar o professor para o desenvolvimento do trabalho a ser apresentado no último dia de aula, de forma síncrona.

A equipe de formadores mantém um plantão de atendimentos ao longo das atividades assíncronas, buscando garantir a qualidade da formação. De forma síncrona, os conteúdos são apresentados por meio de aula expositiva dialogada e, assíncrona, por meio de materiais de suporte. De modo geral, são trabalhadas ações educativas que levam em consideração o ecossistema urbano dos participantes, de modo a estimular a aprendizagem significativa, pautadas nas relações de afeto e pertencimento.

No conjunto da pesquisa, investimos na compreensão dos modos de constituição da cultura capixaba, em especial a partir dos modos de ocupação do solo capixaba e, conseqüentemente, dos povos que formam nossa identidade cultural. Uma das vertentes da pesquisa refere-se à arte pública capixaba e os modos de presença ou representação dos povos indígenas.

Figura 1
Mapa da divisão
Regional do Espírito
Santo

Fonte
Instituto Jones dos
Santos Neves (2011)



O trabalho desenvolvido no LEENA consiste em visitar os municípios das dez microrregiões de planejamento (Figura 1), inventariando cada um dos monumentos disponíveis ao acesso no espaço público. A partir dessas atividades de pesquisa, tem sido possível organizar a arte pública capixaba existente nas categorias de escultura pública: marco/memorial, heráldica, muralismo, mobiliário urbano, entre outros. A categoria com mais exemplares é a de escultura pública, na qual se encontra o maior número de obras atreladas aos povos indígenas do estado. Mais que fazer esse inventário, o projeto visa o compartilhamento das informações, para tal, seu principal instrumento é o site eletrônico, artepublicacapixaba.com.br. No site está disponível a maior parte da produção bibliográfica do grupo de trabalho, bem como a imagem dos monumentos e esculturas inventariadas. Nesse material, podemos perceber a diversidade regional e aspectos da cultura capixaba.



Figura 2
Mosaico de mo-
numentos com
figuras indígenas no
Espírito Santo nas
cidades de Anchieta,
Marataízes e Aracruz
- respectivamente

Fonte
Inventário Imagético
do LEENA

O estado do Espírito Santo possui uma população multiétnica - formada por descendentes de imigrantes europeus, principalmente portugueses, italianos e alemães; e de africanos escravizados e indígenas – que se constitui como “[...] um mosaico étnico-racial responsável pela significativa parcela de pardos na população capixaba (53,3%), o que revela uma característica social de mestiçagem que, entretanto, não se reflete na estrutura social, política ou cultural” (CIRILLO, 2022, p.36). As obras de arte pública não refletem essa miscigenação e parecem celebrar apenas “[...] feitos ou memória nesse papel social e cultural de demarcar uma identidade regional, predominantemente branca ou embranquecida ideologicamente” (CIRILLO, 2022, p.36).

A partir da observação do inventário imagético do LEENA, foram encontradas obras com representação de indígenas em algumas cidades (Figura 2), como: Aracruz, Anchieta, Marataízes, Vitória, Linhares. Grande parte desses monumentos representam o indígena de forma estereotipada, europeizada e em posição de submissão. Em Anchieta é possível observar representações de indígenas submissos à catequização do Padre Anchieta (num detalhe em alto relevo, adornando um monumento ao Padre Anchieta). Também verificamos essa característica em outra escultura em Marataízes, destacando o beato sendo reverenciado por um indígena. Já em Aracruz, o destaque do muralismo na Fonte do Caju é uma indígena que se assemelha mais ao fenótipo colonizador e foge dos diferentes fenótipos do indígena do século XV, tomados principalmente pelo inventário antropológico dos desenhos e pinturas dos chamados “Viajantes”, como Debret (1768-1848). Outros dois monumentos que representam as etnias indígenas do Espírito Santo são o Monumento ao Índio (Araribóia), do artista italiano Carlos Crepaz, localizado em Vitória; e As Três Etnias, do artista Nilson Camizão, localizado em Linhares. No mais, a maioria dos monumentos referem-se ao processo de ocupação colonial ou contemporâneas, apontando mais os aspectos dos descendentes de povos europeus que dos nativos ou dos escravizados.

Mas, a discrepância entre a representação das figuras indígenas é evidente. Enquanto a obra de Carlos Crepaz traz a representação de um indígena europeizado e estereotipado que, segundo Cirillo (2022, p.42) “[...] acredita-se que a rosto do monumento ao Índio seja um autorretrato de Crepaz, o que reforça o descompromisso

com a efetiva memorialização dos povos nativos na obra”, o indígena representado por Nilson Camizão, com a escultura Três Etnias (2012), representa o indígena da etnia Botocudo de forma mais coerente com a anatomia dos nativos da região, como mostra a figura 3.



A partir dessas primeiras considerações podemos afirmar que arte pública, pela sua capacidade memorial, tem a potencialidade de permitir não apenas a manutenção da estrutura social, mas sobretudo a capacidade de transformá-la. Segundo Alves (2008), a modalidade da arte aparece como o “[...] surgimento da arte de linguagem moderna e contemporânea no espaço urbano”. Já Abreu (2012) afirma que essa modalidade surge ainda no século XIX. Apesar de anos de discussão a respeito do assunto, hoje o termo é aceito como uma vertente da arte que permite pensar o objeto artístico e sua inserção na esfera pública, apresentando-se dividida em diversas categorias que vão desde o monumento tradicional (RIEGL, 2009) até as intervenções urbanas e a arte de rua, à exemplo do grafitti. Se o objetivo desse gênero artístico é democratizar o acesso às obras para um público amplo, no campo dos espaços coletivos e compartilhados, parece que a arte pública vem ganhando espaço na contemporaneidade, exatamente por distanciar da arte elitista (LAART, 2020). Os monumentos públicos que ocupam as grandes e pequenas cidades, em vários países, trazem consigo a representação dos diversos momentos culturais pelos quais os territórios passaram, como lugares de memória, portanto necessitam ser defendidas e disseminadas.

Assim, vemos a potencialidade de trabalhar a cultura capixaba, revendo suas bases, ampliando a compreensão dos elementos culturais que a constituem, socializando e transformando nossa história e nosso futuro. Por isto, entendemos que compartilhar todo o material produzido pelo grupo passa, necessariamente, pela formação dos professores de educação básica. Caso seja efetivado, via a educação básica, os processos de pertencimento social, cultural e político, podemos pensar em um estado mais igualitário em suas diferenças. Nesse sentido, o projeto de extensão possui capacidade de formar mediadores (professores da educação básica), como agentes efetivos das estruturas de conservação, preservação e divulgação do nosso patrimônio cultural, nesse caso, patrimônio material representado pelas nossas esculturas e monumentos públicos.

METODOLOGIA

O projeto desenvolvido pelo LEENA procura contribuir com a democratização ao acesso à arte, por meio de divulgação, conservação e preservação da memória das cidades. A formação de professores da rede básica de ensino através da divulgação do acervo, pelo site artepublicacapixaba.com e de kits paradidáticos, conterão moldes de borracha de esculturas existentes no espaço público capixaba, confeccionados a partir de miniaturas de esculturas em impressão 3D; jogos de tabuleiros, como quebra cabeça e jogo da memória e jogos digitais, que auxiliarão os professores em aulas de história e artes, como verificado no site Arte Pública Capixaba. O primeiro passo para a comunicação do laboratório com a comunidade foi dado a partir da divulgação do inventário da pesquisa, de obras de artes públicas nos 78 municípios do estado do Espírito Santo. Além da divulgação das imagens, o site possui um catálogo de textos que discorrem sobre o assunto estudado, que está disponível para auxiliar professores, estudantes e pesquisadores que tenham interesse no tema. Além de desenvolver uma análise crítica e conceitual das obras e o despertar do interesse em investigar sua relação com a comunidade, com o espaço inserido e o contexto histórico do desenvolvimento socioespacial da região onde está localizada.

A proposta metodológica busca dar suporte para que o professor de arte ou de educação infantil possa dinamizar sua aula e, ao mesmo tempo, trabalhar aspectos que fomentam o desenvolvimento regional e o fortalecimento da cultura de seus municípios. Para esse trabalho com os professores, o suporte compreende todo o acervo disponível no *site* do grupo de pesquisa, associado a um curso de formação e a disponibilização de um conjunto de atividades, na forma de um *kit* (Figuras 4 e 5).

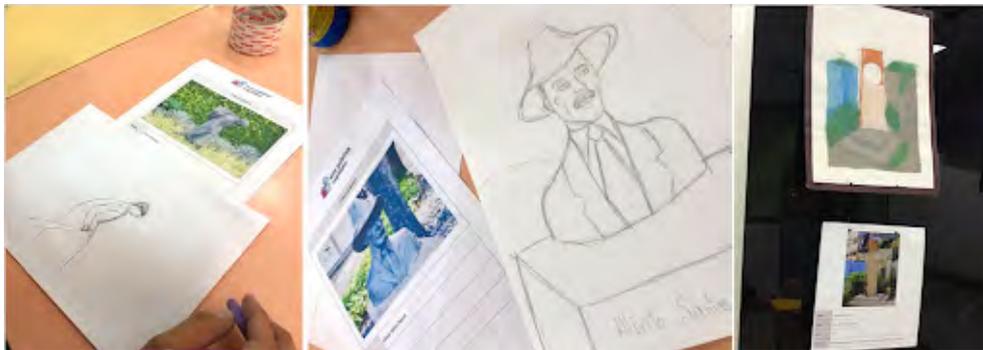


Figura 4
Experiências em sala de aula com material originário do *kit*, Cariacica, 2023

Fonte
CEDOC/LEENA. Foto
Marcela Belo

Figura 5
Quebra-cabeças
digital e físico com o
Cabo Aldomário

Fonte
CEDOC/LEENA



Os quebra-cabeça digitais podem ser manipulados pelo professor de modo a trabalhar a complexidade cognitiva de cada fase do desenvolvimento dos alunos, ou também adaptado para alunos com alguma limitação cognitiva. Assim, um mesmo monumento pode se apresentar com 6 peças ou com 300 peças, podendo em todos os casos ser usado o que chamamos de fantasmas, que visam permitir ter uma noção da imagem a ser formada.

O protótipo do *kit* paradidático está em fase de desenvolvimento e implementação experimental. Miniaturas de esculturas públicas, que auxiliam no estudo sobre os monumentos e na confecção dos moldes de borracha, são impressas por impressoras 3D, com filamentos de PLA (ácido polilático) e filamentos ABS (acrilonitrila butadieno estireno) branco ou natural. Também estão sendo testadas impressões em resina. Nessa etapa, o monumento é esculpido digitalmente com a utilização de programas, como o *ZBrush*.

No mês de abril de 2023, ocorreu o segundo contato mais efetivo com escolas públicas do estado, com financiamento da FAPES. Uma equipe formada por alguns pesquisadores do LEENA se reuniu com gestores educacionais dos municípios da região Noroeste Capixaba, no município de Colatina, para apresentação do projeto de extensão com planejamento e testagem do *kit* paradidático.

Diante da potencialidade educativa e patrimonial do material desenvolvido, entende-se que esse produto possui caráter técnico-tecnológico, a ser patenteado e comercializado. A implementação do kit nas escolas será de forma experimental e gratuita. Posteriormente, o kit será oferecido para os órgãos competentes por um custo acessível.

DISCUSSÃO

Como afirmou Báez (2010, p. 288), “[...] um povo sem memória é como um homem amnésico: não sabe o que é nem o que faz e é presa eventual de quem o rodeia. Pode ser manipulado”. A preservação das obras de arte públicas do estado do Espírito Santo é de grande relevância na conversação da memória capixaba. Muitas obras retratam momentos históricos importantes para o desenvolvimento social e territorial, percorrendo o estado de norte a sul, como é possível identificar em bustos de governantes, soldados, religiosos; esculturas de personalidades de diversas cidades, como Dona Dominga¹; artistas reconhecidos em cenário estadual e nacional; ícones religiosos e de organizações e clubes, como símbolos cristãos e da Maçonaria.

O projeto extensionista, desenvolvido pelo LEENA, com financiamento do Edital Universal de Extensão da FAPES, busca formar parcerias com escolas e professores da rede básica de ensino, para impelir o interesse dos estudantes na investigação da história e da cultura na formação da sociedade capixaba. Uma das discussões abordada é como a colonização europeia, instalada desde a invasão da América Latina, no século XV, impactou os modos de representação evidenciados hoje na arte pública capixaba, pois “[...] a destruição cultural, ou etnocídio; cada assassinio proporcionava desculpas para aniquilar com mais força os símbolos das vítimas; cada novo tormento exigia a transculturação mais acelerada” (BÁES, 2010, p.37).

Outra questão que pode ser levantada é sobre “quais marcas e como isto influenciou na representação memorial das personalidades históricas do Espírito Santo?”. Verificamos, por exemplo, representações de povos, que não eram de ascendência europeia, de maneira estereotipada ou seguindo cânones europeus do corpo clássico. No caso do indígena Araribóia² (Crepaz, 1955-57), homenageado em frente ao palácio do governo e um dos mais representativos monumentos da capital capixaba, também não escapou da visão eurocêntrica. O “herói” homenageado é retratado como um nativo aporuguesado, que auxiliou na conquista e defesa do território português na costa do sudeste brasileiro, sua homenagem não o identifica como um povo originário, mas pelo serviço prestado à coroa portuguesa para a manutenção do litoral brasileiro.

O recorte sobre a representação dos povos originários na arte pública capixaba se justifica na grande presença na formação territorial, cultural e social do estado do Espírito Santo, até mesmo antes da invasão portuguesa, em 1500. As comunidades indígenas que ocupavam o território brasileiro, cerca de 2 a 4 milhões de pessoas (MIRIN, s/d), tinham uma vasta diversidade cultural, no entanto, foi drasticamente reduzida e suprimida pelo efeito de um processo colonizador violento. No Espírito Santo, não foi diferente, a relação entre a população indígena e os invasores portugueses foi marcada por hostilidades. De acordo com Ribeiro (2015, p. 28), “[...] os índios jamais estabeleceram uma paz estável com o invasor, exigindo deles um esforço continuado, ao longo de décadas, para dominar cada região”. Exatamente neste ponto, percebemos o porquê da homenagem ao nativo (Monumento ao Índio, de Carlo Crepaz) que “pacificou” seus semelhantes, os subordinados, ao modo de pensar colonialista. A po-

¹Dona Dominga é uma figura pública da capital capixaba. Era uma mulher negra e pobre que habitou a região de santo Antônio, no lado oeste da ilha de Vitória. Sabe-se que era uma espécie de catadora de papel que vendia para sustentar a si e a seu filho. O escultor Carlo Crepaz, que mantinha seu atelier de escultura em Santo Antônio se inspirou nela para criar 4 versões do monumento que hoje se encontra na base da escadaria do Palácio do Governo, no centro da capital. Pouco se sabe sobre ela, e a pouca bibliografia existente é ficcional.

²Araribóia era chefe dos Temiminós que, induzido pelo governador Belchior Azevedo, da capitania do Espírito Santo, auxiliou Mem de Sá e ao seu sobrinho Estácio de Sá em 1565, a expulsar os franceses e seus aliados Tamoyos, na baía do Rio de Janeiro. Como “recompensa”, Araribóia foi batizado cristianamente com o nome de Martim Affonso. Araribóia nunca voltou ao Espírito Santo. Permaneceu no Rio de Janeiro e fundou a Vila de Nictheroy (ATHAYDE, 1935).

pulação indígena, que ocupava todo o território capixaba, atualmente, concentra-se na região de Aracruz, representada pelas etnias Tupiniquim e Guarani.

Busca-se despertar, com este estudo, o interesse em analisar a inserção do monumento no espaço público e o diálogo da obra com a paisagem e a comunidade local, baseando-se no texto de José Cirillo e Marcela Belo (2021, p.51), no qual analisam que “[...] o processo da obra e o artista estão diretamente relacionados ao conceito de encargos e diretrizes sociais a serem consideradas tanto para a construção, quanto para a recepção da obra”.

Assim, a equipe de pesquisa do LEENA desenvolveu o *kit* paradidático por meio de pesquisa em campo e embasamento teórico. Buscou-se formular o material de estudo com uma linguagem simples, que desperte o interesse de estudantes do ensino fundamental I e II, e do ensino médio. Espera-se que o material auxilie os alunos no estudo das referências históricas e da arte.

CONCLUSÕES

A extensão universitária, promovida pelo laboratório LEENA, inicia-se com pesquisadores vinculados e a participação deles no estudo, além do vínculo do laboratório com entidades externas, à exemplo das escolas de ensino básico. A pesquisa, se iniciou ainda na década de 1990, com a coordenação do Professor Doutor Aparecido José Cirillo da Universidade Federal do Espírito Santo, apoiado por diversos órgãos financiadores. Mais de 50 pesquisadores passaram pelo LEENA, seja por iniciação científica, seja pela pós-graduação, contribuindo na formação do inventário de obras de arte públicas do estado do Espírito Santo.

Conforme demonstrado, este projeto de extensão, juntamente com grupo de Estudos sobre Arte Pública no Espírito Santo, tem como locus de sua ação as cidades capixabas. Direcionado a Arte pública urbana, cuja proposta concentra-se nas escolas de Educação Básica, procura-se objetivar, investigar e fomentar as relações de afeto como estratégias de pertencimento dos monumentos urbanos, pautada no processo ensino-aprendizado, a partir de um trabalho de formação e capacitação de professores de artes e de matérias afins, utilizando material paradidático interativo organizado pelo grupo de pesquisa do LEENA. Baseados nos dados obtidos pelo levantamento preliminar dos monumentos nos 78 municípios capixabas, foi oferecida uma capacitação de professores, a fim de que os mesmos pudessem desenvolver com seus alunos momentos em que o sentimento de afetividade, pertencimento, identidade e memória cultural dos espaços e sujeitos fossem acionados e desenvolvidos no processo de escolarização, de modo a aflorar e garantir uma relação significativa que corrobora com essa memória expressa nos monumentos e seu papel para o processo cultural e artístico urbano, despertado através das diversas esferas da educação patrimonial.

Ressalta-se ainda no presente artigo o material desenvolvido por pesquisadores do LEENA voltado para o público infante-juvenil. A divulgação desse material, nessa faixa etária, tem estimulado o interesse sobre a arte pública capixaba e a his-

tória do desenvolvimento territorial, cultural e social do estado do Espírito Santo, ainda na educação básica, visando o envolvimento afetivo da comunidade escolar e da rede de pessoas que os rodeiam, com os monumentos capixabas, com o propósito de preservar e conservar a história da formação do estado espírito-santense. Espera-se que as discussões abordadas aqui, como a representação dos povos indígenas e a influência da cultura europeia na arte capixaba, sejam realizadas em sala de aula e que esses diálogos resultem em novas pesquisas que contribuam com o desenvolvimento do estudo da arte no estado do Espírito Santo.

REFERÊNCIAS

ALVES, José Francisco et al. **Experiências em Arte Pública**: memória e atualidade. Porto Alegre: Artfólio e Editora da Cidade, p. 30-37, 2008.

ARTE PÚBLICA CAPIXABA. Disponível em: <https://artepublicacapixaba.com.br/>. Acesso em 15 de abril de 2023.

ATHAYDE, Antônio. Os três vultos notáveis da História Colonial do Brasil, com relação à Capitania do Espírito Santo. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo**. Número 8, VITÓRIA, 1935, p. 29-48

BÁEZ, Fernando. **A história da destruição cultural da América Latina**: da conquista à globalização. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2010.

CIRILLO, José; BELO, Marcela. Uma obra. Uma epidemia. Quando um mosquito muda a paisagem. In CIRILLO, José; BELO, Marcela; GRANDO, ANGELA. **Nuvens no Papel**. Vitória: EDUFES, 2021, p.38 - 79

CIRILLO, Aparecido José. Presença e imaginário indígena na arte pública nas cidades capixabas. **Revista Visuais**, v. 8, n. 2, p. 27-47, 2022.

INSTITUTO JONES DOS SANTOS NEVES. **Espírito Santo em mapas**. 3.ed. Vitória, 2011. - FIGURA 1- Disponível em <https://ijsn.es.gov.br/publicacoes/livros/espírito-santo-em-mapas>. Acesso em 15 de abril de 2023.

JOGOS DE TABULEIROS - FIGURA 5 – Disponível em: <https://www.jigsawplanet.com/?rc=play&pid=18d242c92e-8c&pieces=24>, acessado em 16 de abril de 2023. LAART. **Arte pública**: saiba o que é conheça 6 exemplos de arte pública. São Paulo, 2020. Disponível em: <https://laart.art.br/blog/arte-publica>. Acesso em 15 de abril de 2023.

MIRIM POVOS INDÍGENAS NO BRASIL. Antes de Cabral. Mirim.org, sem data. Disponível em: <https://mirim.org/pt-br/antes-de-cabral>. Acesso em: 20 abril 2023.

PROJETO PIP NUK – Os tesouros da Matriz (I) – As esculturas do italiano Carlos Crepaz – FIGURA 3 (imagem do rosto de Carlos Crepaz). Disponível em: <https://projetopipnuk.blogspot.com/2011/03/os-tesouros-da-matriz-i-as-esculturas.html>. Acesso em: 15 abril 2023.

RIBEIRO, Darcy. **O povo brasileiro**: a formação e o sentido do Brasil. Global Editora e Distribuidora Ltda, 2015.

AGRADECIMENTOS

Ao coordenador dos projetos de pesquisa e extensão do LEENA, que constantemente organiza planos de ações e reuniões com os orientandos, aos pesquisadores que contribuem ininterruptamente com a atualização do inventário imagético e com a produção teórica, aos financiadores das pesquisas desenvolvidas pelo laboratório – CAPES, FAPES, CNPq, SECULT e a Universidade Federal do Espírito Santo.

FONTES DE FINANCIAMENTO

CAPES - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

FAPES - Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação do Espírito Santo

CNPq - Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico

SECULT – Sistema Estadual de Cultura



Experiências de indígenas do Programa de Educação Tutorial - Ações em Saúde: protagonismo e resiliência durante a pandemia de COVID-19

Experiences of indigenous people participating in the Tutorial Education Program group - Health Actions: protagonism and resilience during the COVID-19 pandemic

Resumo

Este relato de experiência descreve as atividades desenvolvidas, no período da pandemia de COVID-19, por jovens indígenas universitários no âmbito do Programa de Educação Tutorial (PET) da Universidade Federal de São Carlos. O PET - Conexões de Saberes – Indígena – Ações em Saúde foi criado em 2010, composto exclusivamente por universitários indígenas, e desenvolve atividades de ensino, pesquisa, extensão. Para construção do manuscrito, foram resgatados os materiais produzidos pelo grupo durante os anos de 2020 a 2022, tendo sido escrito por cinco universitários e dois docentes. Cinco principais atividades foram desenvolvidas: Comunicação Social e Saúde dos Povos Indígenas; *PodCast* sobre vivências e experiências dos Povos Indígenas no Brasil; Encontros de Saberes Indígenas; Vídeos sobre singularidades indígenas; Rodas de Conversa sobre Saúde dos Povos Indígenas. Dois aspectos valem ser ressaltados: 1 - a volta de petianos para suas comunidades de origem, o que criou um canal de comunicação direto com os lugares; 2 - a necessidade de atuação virtual, que possibilitou a participação de pessoas de todo o país. As atividades tiveram protagonismo indígena e deram visibilidade às questões da saúde indígena na universidade, bem como responderam a necessidades das comunidades, evidenciando-se como estratégias de resiliência, de forma criativa e assertiva aos desafios da pandemia de COVID-19.

Palavras-chave: saúde das populações indígenas; povos indígenas; COVID-19; extensão comunitária.

Willian F. Luna
Ivanildo da S. Ferreira
Pedro M. da Silva Santos
Raniel M. de Souza
Joelson A de Jesus
Claudiana B. Lopes
Pedro A. Lolli

willianluna@gmail.com

Universidade Federal de São Carlos

Abstract

This experience report describes the activities carried out, during the COVID-19 pandemic, by young indigenous university students under the Tutorial Education Program (PET) of the Federal University of São Carlos. This PET group was created in 2010, composed exclusively of indigenous university students and develops teaching, research and extension activities. For the construction of the manuscript, the materials produced by the group during the years 2020 to 2022 were rescued, having been written by five indigenous university students and two professors. Five main activities were developed: Social Communication and Health of Indigenous Peoples; PodCast about experiences of Indigenous Peoples in Brazil; Meetings of Indigenous Knowledge; Videos about indigenous singularities; Conversation Circles on the Health of Indigenous Peoples. Two aspects are worth highlighting: the return of Petianos to their communities of origin created a direct communication channel with the places; the need for virtual action enabled people from all over the country to participate. The activities had indigenous protagonism and gave visibility to indigenous health issues at the university, as well as responding to the needs of communities, showing themselves as resilience strategies and responding creatively and assertively to the challenges of the COVID-19 pandemic.

Keywords: health of indigenous peoples; indigenous peoples; COVID-19; community-institutional relations.

INTRODUÇÃO

A partir da década de 1980, com o processo de redemocratização do Brasil, o movimento indígena foi adquirindo um protagonismo importante na cena política do país. A constituição de 1988 foi um marco nesse sentido, que deflagrou uma série de conquistas como: a retomada e demarcação de seus territórios tradicionais; o atendimento de reivindicações por políticas públicas junto ao Estado, bem como nos embates por espaços pouco ocupados por indígenas, como as universidades (KLICHOWSKI; CASSANDRE; AMARAL, 2020; BANIWA, 2019; CARVALHO, 2013).

Nos anos 2000, surgiram ações afirmativas em algumas universidades, que passaram a receber estudantes indígenas em seus cursos. As primeiras iniciativas partiram de universidades estaduais, como nas do Paraná, Amazonas e Mato Grosso, seguidas por algumas universidades federais, como na do Rio Grande do Sul, do Tocantins, de Santa Catarina, de São Carlos e de Brasília (LUNA, 2021; BANIWA, 2019; BERGAMASCHI; DOEBBER; BRITO, 2018). Desde então, a presença indígena, em parte das universidades públicas, possibilitou uma abertura inicial na aproximação com os contextos indígenas, impulsionada com a Lei 12.711 de cotas em 2012 com vagas destinadas a estudantes pretos, pardos ou indígenas nas universidades federais.

O ingresso dos indígenas na educação superior pública é necessariamente marcado por um “duplo pertencimento”, pois essa conjuntura demanda desses novos estudantes uma articulação entre o pertencimento étnico-comunitário e o pertencimento acadêmico (AMARAL, 2010). O pertencimento étnico-comunitário envolve os saberes, as regras próprias, os costumes, as tradições, a cultura e toda a gama de características específicas dos diferentes povos indígenas e de suas comunidades. Também, vinculam os estudantes indígenas a outro tipo de pertencimento, no encontro na universidade, o acadêmico (AMARAL, 2010).

Na Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), as vagas destinadas a estudantes indígenas foram aprovadas em 2007 e, posteriormente, em 2008 foi realizado o primeiro vestibular indígena da instituição (UFSCAR, 2016). Essas ações tornaram a UFSCar uma das primeiras universidades do país a receber e acolher a diversidade cultural e linguística dos povos originários do nosso país, aumentando a representatividade indígena dentro de espaços da sociedade, além de ser uma potente ferramenta de reparação histórica (UFSCAR, 2016).

Já são mais de quinze anos de ingresso de indígenas na instituição e, ao longo dos anos, importantes conquistas podem ser destacadas a partir do desenvolvimento de um processo seletivo descentralizado, que oportunizou dobrar o número de inscrições anualmente, aumentando progressivamente o número de estudantes indígenas formados (UFSCAR, 2016). Para além das oportunidades de crescimento profissional, a troca de experiências dentro de sala de aula quebra padrões estereotipados, impostos pela sociedade desde o período colonial, o que pode inclusive propiciar a construção de novos conhecimentos interculturais, com importante protagonismo indígena (LUNA *et al.*, 2020).

Em 2010, seguindo as políticas estabelecidas pelo Ministério da Educação, criaram-se grupos do Programa de Educação Tutorial (PET) Conexões de Saberes,

vinculados a áreas prioritárias e a políticas públicas e de desenvolvimento, buscando a correção de desigualdades regionais e a interiorização no estímulo a atividades de pesquisa, ensino e extensão universitárias, no nível de graduação (FREITAS, 2015). Foram criados 17 grupos PET específicos para estudantes indígenas, sendo dois grupos na UFSCar, a saber: PET Saberes Indígenas e o PET - Ações em Saúde (CALLEGARI; SANTOS NETO; CARBOL, 2015).

O Grupo PET Ações em Saúde, ao qual este artigo se dedica, é um grupo de aprendizagem multidisciplinar composto exclusivamente por graduandos indígenas, de diversas etnias, dos cursos da área de saúde e afins, que desenvolve atividades de forma interdisciplinar. As suas ações de ensino, pesquisa e extensão focam na melhoria das condições de saúde nas comunidades indígenas e populações do município de São Carlos, bem como na valorização das práticas tradicionais indígenas em saúde (CALLEGARI; SANTOS NETO; CARBOL, 2015).

Em 2020, no contexto da situação pandêmica de COVID-19, as atividades presenciais na UFSCar foram suspensas, exigindo que o grupo PET – Indígena – Ações em Saúde reformulasse completamente seu planejamento de atividades. Naquele contexto, evidenciaram-se situações de vulnerabilidade pelos indígenas na universidade e no Brasil, já que devido à complexidade de questões sócio-históricas, grupos diferentes acessaram e vivenciaram as situações da pandemia de COVID-19 de formas desiguais (LIMA; MELO; PERPETUO, 2021; FAGÁ *et al.*, 2021).

Naquele contexto, a UFSCar contava com 218 universitários indígenas matriculados nos quatro *campi*, sendo 166 em São Carlos. Por três anos a pandemia se arrastaria, impactando sobremaneira as vivências dos indígenas na universidade. Dentre eles, estavam os membros do grupo PET – Indígena – Ações em Saúde, composto por doze bolsistas e seis voluntários.

A proposta deste artigo é descrever e analisar as principais atividades de extensão construídas e desenvolvidas pelos universitários indígenas no âmbito do Programa de Educação Tutorial - Indígena - Ações em Saúde, durante o período da pandemia de COVID-19.

MÉTODOS

Trata-se de um relato de experiência sobre as atividades desenvolvidas pelo grupo PET - Indígena - Ações em Saúde, durante o período da pandemia de COVID-19, considerado aqui o período de março de 2020 a dezembro de 2022. O foco da descrição e análise se baseou nas vivências coletivas mais significativas dos membros do grupo, chamados de petianos, que estavam envolvidos nas experiências apresentadas.

O relato de experiência foi desenvolvido com uma abordagem qualitativa, evidenciado na forma de respeito e de fidelidade em relação à experiência de vida, com ênfase à contribuição da subjetividade humana em relação ao conhecimento (SCHWANDT, 2006). Trabalhar qualitativamente implica em entender e interpretar os sentidos e significações que uma pessoa dá aos fenômenos, com valorização do contato pessoal e de elementos do *setting* natural dos sujeitos (TURATO, 2003; MINAYO, 2006).

Nesse contexto, as vivências significativas foram entendidas como os momentos em que petianos, em conjunto, passaram por experiências que possibilitaram reflexões e geraram novos aprendizados (LUNA *et al.*, 2019). Assim não foram selecionadas vivências individuais em situações específicas, mas aquelas em que o coletivo envolveu-se. O artigo foi construído por cinco petianos, indígenas universitários, e dois docentes, que estiveram na tutoria do grupo.

A construção de dados foi realizada inspirada no processo descrito por Luna e colaboradores (2019). Momento 1: levantamento de atas de planejamentos, relatórios de atividades, apresentações de trabalhos em eventos e registros redigidos pelos petianos durante os quase três anos de atividades de extensão do grupo; Momento 2: na pré-análise, os pesquisadores realizaram imersão junto aos materiais; Momento 3: cada pesquisador construiu individualmente um mapa conceitual sobre uma das vivências coletivas que, a partir da leitura de todo o material, apresentou-se como mais significativa, somado a um resumo inicial da vivência. O mapa conceitual vem da teoria da Aprendizagem Significativa e é utilizado para organização gráfica sobre um tema, relacionando informações de forma hierárquica e atribuindo significado ao estudo (AU-SUBEL; NOVAK; HANESIAN, 1980; MOREIRA, 1998). Momento 4: esses mapas e resumos foram apresentados em reunião dos pesquisadores sendo selecionadas coletivamente as cinco vivências mais significativas expressas nos documentos, que foram descritas no relato de experiência a seguir, com elaboração coletiva do texto apresentado.

RESULTADOS

Inicialmente, em março de 2020, o grupo teve dificuldades de reconhecer caminhos e planejar como agir naquela situação mundial de emergência em saúde. Todavia, em algumas semanas, o grupo se reorganizou e buscou construir novas estratégias de extensão universitária nos diálogos entre comunidades indígenas e universidades, o que é foco de relato de experiência.

A extensão universitária é aqui reconhecida a partir de seus pressupostos e desafios, como via de mão dupla, no desenvolvimento de um agir crítico em saúde e na direção de mobilizar transformações sociais (CRUZ; VASCONCELOS, 2020).

Nas primeiras semanas de pandemia de COVID-19 e suspensão de atividades acadêmicas presenciais, parte dos petianos voltou para suas comunidades e neste regresso foram encontradas diversas dificuldades, desde a falta de recursos até o sofrimento psíquico trazido pelo contexto pandêmico. Ao mesmo tempo, trouxe a possibilidade de trabalharem diretamente com as comunidades e terem acesso à situação de saúde delas. Diante da realidade particular de cada petiano, foram elaboradas estratégias em que todos, ou a maioria dos membros, pudesse construir as propostas do PET de forma remota, com utilização de plataformas *online* para realização de reuniões como *Whatsapp*, *Google Meet*, *Zoom* e redes sociais.

No período estudado, houve certa rotatividade entre os petianos do grupo, somando um total de 23 estudantes. Desses, seis estiveram de forma permanente; onze ingressaram em dois processos seletivos realizados; seis se desligaram. Dos que se desligaram, dois concluíram o curso de graduação, dois foram transferidos

para outra instituição e dois foram contemplados com outras bolsas que impediram sua permanência no grupo.

Os petianos tinham idades entre 22 e 45 anos, sendo 12 mulheres e 11 homens. O grupo era composto pelas etnias Pankará, Baré, Guajajara, Pankararu, Tariano, Atikum, Baniwa, Dessano, Tikuna, Wanano e Tupinikim; originários de Pernambuco, Amazonas, Maranhão e Espírito Santo. Os participantes eram universitários de diferentes áreas de conhecimento, como: Gerontologia, Pedagogia, Enfermagem, Imagem e Som, Biologia, Educação Física, Educação Especial, Fisioterapia, Medicina, Música, Terapia Ocupacional, Biblioteconomia e Ciência da Informação.

Quanto à tutoria do grupo, contou-se com um docente antropólogo no primeiro ano da pandemia e, após, um docente médico de família e comunidade. Ambos atuaram como cotutores quando não estavam na tutoria, havendo ainda outras três cotutoras: uma terapeuta ocupacional e duas médicas de família e comunidade.

Dentre as atividades que foram desenvolvidas, descrevemos as cinco que foram mais significativas para os autores desse artigo.

1. Comunicação Social e Saúde dos Povos Indígenas

Após a deflagração da pandemia de COVID-19, havia uma expectativa de uma quarentena e, após o período de distanciamento social, a volta à “normalidade”. No entanto, os números de casos de COVID-19 aumentaram e a suspensão de atividades presenciais na universidade perdurou até a chegada da vacina à maior parte das pessoas. No Brasil, a vacinação foi iniciada apenas em janeiro de 2021.

Diante disso, o grupo procurou repensar em quais atividades poderiam ser desenvolvidas. Assim veio a decisão por contribuir na produção de informações sobre a saúde indígena no contexto da pandemia, colaborando com o projeto de extensão Comunicação Social e Saúde dos Povos Indígenas. Esse projeto faz parte de um programa de extensão maior que envolveu docentes, técnicos e alunos na criação de um coletivo interdisciplinar, para publicação de materiais sobre a saúde na pandemia de COVID-19. Esse programa lançou um portal da *internet*, o InformaSUS-UFSCar, com informativos relacionados à saúde, à situação epidemiológica, à pandemia de maneira geral, bem como o diagnóstico epidemiológico, social e político gerados pela pandemia, em médio e longo prazo (MARTINI *et al.*, 2021).

Quatro conjuntos de publicações podem ser identificados: as séries “De parente para parente” e “Danças Tradicionais Indígenas”, divulgações de atividades do grupo PET e compartilhamento de notícias gerais sobre o contexto indígena nacional. Foram um total de 18 publicações, que podem ser acessadas pelo portal InformaSUS UFSCar, em <https://informasus.ufscar.br/categoria/saude-indigena/>.

Em 2020 e 2021, o grupo desenvolveu uma série de quatro entrevistas com indígenas que estavam vivenciando a pandemia em suas comunidades. O entrevistador era sempre um indígena universitário do mesmo povo, que no texto de apresentação trazia singularidades relacionadas ao seu coletivo. Foram entrevistadas: uma liderança do povo Terena, uma agente de saúde Tupinikim e duas técnicas de enfermagem, uma do povo Baré e a outra do povo Tariana. Nas entre-

vistas, trouxeram as experiências dos indígenas na pandemia, inclusive enfrentamentos comunitários e institucionais, denunciando as vulnerabilidades dos povos indígenas naquele contexto, bem como inovações e estratégias de sobrevivências protagonizadas por indígenas.

A partir de 2021, nove publicações foram realizadas para divulgar atividades que o grupo PET estava desenvolvendo, a saber: Encontro de Saberes Indígenas; Rodas de Conversa sobre Saúde dos Povos Indígenas; Curso de Introdução à Saúde Indígena; *Podcast* Vivências e Experiências dos Povos Indígenas no Brasil; Oficina no Congresso Brasileiro de Educação Médica; Participações no Acampamento Terra Livre; Presença no Fórum de Educação Indígena e Quilombola. Para além de noticiar as atividades, os textos das publicações buscaram discutir brevemente cada um dos eventos, trazendo principais apontamentos, reflexões e contextualizando a situação de saúde e política. Assim, foi um movimento de descrever, avaliar e sintetizar cada uma dessas atividades, elaborando um texto que pudesse despertar o interesse do leitor e levar novas informações.

O terceiro grupo de publicações trouxe o compartilhamento de matérias diversas sobre os povos indígenas no Brasil, como a eleição do líder Yanomami Davi Kopenawa para integrar a Academia Brasileira de Ciências; o prêmio Mulheres na Política, recebido pela deputada federal pelo estado de Roraima, Joênia Wapichana, natural da comunidade indígena Truaru da Cabeceira, região do Murupu em Boa Vista; o Acampamento Luta pela Vida, em Brasília, organizado pela Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (APIB), com o objetivo de lutar pelos direitos dos povos originários; a participação de lideranças indígenas brasileiras na Conferência Internacional do Clima (COP26) que contou com sua maior delegação da história do evento.

Já em 2022, no processo de enfraquecimento da pandemia e da necessidade de novas construções e horizontes, elaborou-se uma série chamada “Danças Tradicionais Indígenas”. O grupo realizava a pesquisa em conjunto e, da mesma forma que na primeira série, um indígena universitário entrevistava um especialista do seu povo sobre uma dança tradicional. As danças apresentadas foram o Búzio, do povo Pankararu, e o Kariçu, do povo Tukano. Os povos indígenas brasileiros têm várias danças tradicionais que muitas vezes são desconhecidas pela maioria das pessoas. Assim, trazer curiosidades sobre algumas delas evidenciou a marca de suas origens, o conhecimento e o fortalecimento da vida indígena em sua ancestralidade, no sentido da saúde de forma ampla e complexa.

2. *PodCast* sobre Vivências e Experiências dos povos indígenas no Brasil

Outra estratégia para divulgar aspectos sobre a saúde dos povos indígenas, tanto para as pessoas da universidade como das próprias comunidades indígenas, foi a iniciativa de fazer um *PodCast*, a partir de 2021, o PODIndí, disponibilizado nas plataformas digitais *Spotify* e *Anchor* e enviado a rádios comunitárias de algumas aldeias.

O primeiro episódio traz conhecimentos e relatos de mulheres indígenas sobre Partos Tradicionais do Povo Pankararu. Destacamos as falas de Mãe Dora, importante parteira tradicional, que relembrou como começou a ser parteira e como transmite seus conhecimentos para outras mulheres.

O segundo episódio aborda a importância da Saúde do Homem Pankararu, com uma interessante conversa com Seu Fernando Monteiro, importante liderança Pankararu. Foi trazido que a saúde do homem é muito mais que abordar a prevenção do câncer de próstata, mas prevenir e tratar doenças crônicas, estimular hábitos saudáveis, valorizar tradições, rituais, a ancestralidade e a força dos Encantados, em um “cruzamento de saberes” com a biomedicina.

O terceiro e quarto episódios, já em 2022, trouxeram “As vivências e experiências de indígenas relacionadas ao movimento estudantil”. Os dois episódios concentraram-se no IX Encontro Nacional dos Estudantes Indígenas (ENEI), realizado na Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), onde foram debatidos temas como: saúde, educação indígena, protagonismo da mulher indígena e pesquisas científicas.

Entre os participantes do ENEI estiveram Luciano Ariabo Kezo, do povo Batiponé, mestre em Linguística pela UFSCar, e João da Silva, do povo Baniwa, que cursa Ciências Econômicas pela Unicamp. Ambos trouxeram os anseios e necessidades dos indígenas nas universidades, valorizando a participação e protagonismo nas decisões institucionais. Assim, o movimento não deve ser apenas acadêmico no acesso de indígenas nas universidades, mas também político. Outra questão importante foi sobre como pensar o intercâmbio entre o conhecimento acadêmico e o conhecimento indígena, aquele conhecimento vivido no interior de cada aldeia, marcando alta afirmação de cada etnia e o reconhecimento da especificidade de cada povo.

3. Encontros de Saberes Indígenas

Os encontros de saberes foram atividades planejadas e realizadas no formato virtual, quando importantes lideranças e intelectuais indígenas foram convidados para dialogar a respeito dos conhecimentos indígenas e vivências na contemporaneidade. Os encontros foram realizados por meio de *lives* mediadas por indígenas do grupo PET e abertas a quaisquer interessados, transmitidas por canal do *Facebook*.

O primeiro encontro teve como tema “Impactos da COVID-19 entre a população indígena”. Participaram João Victor de Oliveira, do Povo Pankararu, graduando em Farmácia pela Universidade Federal de Sergipe; Cassimiro Tapeba, do Povo Tapeba e coordenador executivo da Articulação dos Povos Indígenas do Nordeste, Minas Gerais e Espírito Santo (APOINME); Zenilda Maria de Araújo, do Povo Xukuru do Ororubá, importante liderança indígena.

No tema “Educação, saúde e conhecimentos tradicionais” participaram Adonias Guiome da etnia Palikur-Arukwayene, doutorando pela Universidade Federal do Pará e

professor de Cultura Indígena e de Língua Materna; Alana Manchineri, da etnia Manchineri, graduanda em Ciências Biológicas pela Universidade Federal do Acre e comunicadora da Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira (COIAB); e Edson Kayapó, do povo Mebengokré, doutor em História da Educação, ativista dos movimentos ambientalista e indígena no Brasil, professor no Instituto Federal da Bahia.

A discussão seguinte foi com o escritor e ativista do movimento socioambiental e de defesa dos direitos dos povos indígenas, Ailton Krenak. Neste encontro, dialogou-se sobre o “Racismo contra os povos indígenas”, abordando a invisibilidade histórica da questão na sociedade brasileira, vivências pessoais e os diferentes contextos indígenas, bem como estratégias de enfrentamento.

O quarto encontro de saberes indígenas teve o título “Mulheres indígenas convidam mulheres indígenas: o protagonismo feminino na luta pelos direitos dos povos indígenas”. As convidadas foram: Cristiane Julião da etnia Pankararu, doutoranda em Antropologia Social e representante no Conselho de Patrimônio Genético, do Ministério do Meio Ambiente; Suliete Gervasio, da etnia Baré, engenheira florestal, pesquisadora e defensora dos direitos dos povos indígenas. Nesse encontro, mediado por três mulheres indígenas do grupo PET, foi discutido sobre o crescente protagonismo das lideranças mulheres na luta pelos direitos indígenas.

Na sequência, o encontro de saberes indígenas focou no “Movimento estudantil indígena nas universidades”. O objetivo foi refletir sobre os impactos causados pela pandemia na permanência estudantil e a importância das organizações estudantis, tendo como convidados: Gegê Pankararu, do povo Pankararu do sertão de Pernambuco, formado em Letras pela UFSCar, que foi liderança do Centro de Cultura Indígena da UFSCar por 2 anos; Nayra, do Povo Kaxuyana, estudante do curso de Geografia pela Universidade de Brasília (UNB) e liderança indígena na instituição.

Para finalizar, discutiu-se o tema: “Saúde mental dos indígenas universitários e não universitários”, com a participação de Dayane Teixeira, do Povo Tariano, psicóloga da secretaria de educação de São Gabriel da Cachoeira, formada pela UFSCar; e de Edilaise Vieira, a Nita Tuxá, psicóloga do Distrito Especial Indígena da Bahia, mestre em Antropologia Social e coordenadora da Articulação Brasileira de Indígenas Psicólogos (ABIPSI). O encontro abordou diversos tipos de sofrimento psíquico, inclusive o uso de álcool e outras substâncias psicoativas.

4. Vídeos autorais sobre diversidades e singularidades indígenas

São pequenas produções audiovisuais para o canal do *YouTube* e demais redes sociais, abordando temáticas sobre a realidade, a diversidade de costumes e crenças tradicionais dos povos indígenas no Brasil. O nome da série foi escolhido como “Você Sabia?”, sendo o primeiro vídeo gravado e publicado em 2021, e o segundo vídeo foi lançado em 2022.

Uma das temáticas abordadas foram os cuidados que os povos indígenas realizam no período menstrual das mulheres. Para a construção do roteiro, bus-

cou-se entrevistar mulheres com experiências variadas, de várias faixas etárias, de vários povos, com ou sem filhos. Pensou-se em uma questão geral, sobre a realização ou o conhecimento sobre cuidados tradicionais com a mulher no período menstrual. A partir dessa pergunta principal, foram realizadas outras perguntas para melhor compreensão da narrativa. As entrevistas foram realizadas por seis petianos, de diferentes etnias e cursos, com cinco mulheres dos povos Atikum,-Tukano, Tupinikim e Xukuru do Ororubá, resultando no vídeo intitulado como “Você sabia que as Mulheres Indígenas do Brasil têm cuidados tradicionais com o período menstrual?”.

Outra temática escolhida foi a sexualidade, com foco na temática LGBTQIAP+, trazendo reflexões e experiências sobre suas vivências dentro e fora do contexto das comunidades indígenas. O processo foi iniciado com o grupo PET assistindo, de forma assíncrona, ao documentário Terra Sem Pecado, de Marcelo Costa, baseado na pesquisa “Homossexualidade indígena e LGBTQfobia no Brasil: duas faces da mesma moeda”. Em seguida, foi solicitado que cada petiano refletisse sobre o documentário e elencasse, individualmente, quais os principais pontos abordados sobre sexualidade indígena, bem como possíveis perguntas a serem realizadas aos convidados. Posteriormente, foram realizados convites, sendo que houve certa dificuldade no aceite, possivelmente por ainda ser uma temática difícil de expor, trazendo certo receio em serem registradas as opiniões em vídeo. Dois universitários indígenas do curso de medicina participaram, um do povo Pankararu, da UNB e um do povo Kaiowá, da Universidade Federal de Santa Maria, intitulando-se o vídeo como “Indígenas LGBTQIAPN+, quem são? onde estão?”. Foi realizada uma discussão relacionada ao contexto histórico colonial e processos de opressão com as diversas comunidades e os reflexos sobre a saúde mental indígena.

Nos processos de construção dos vídeos, foram realizados estudos sobre as temáticas, construção dos roteiros e planejamento sobre os participantes para realização das entrevistas. Depois da coleta de vídeos curtos com os entrevistados, a construção passou para etapa de edição, sendo lançados nas redes sociais do grupo. Houve, ainda, a inclusão de legenda em português quando uma das falas foi em língua indígena.

5. Rodas de Conversa sobre Saúde dos Povos Indígenas

As Rodas de Conversa sobre Saúde dos Povos Indígenas são desenvolvidas desde 2016 para dialogar sobre os distintos povos indígenas e suas culturas, fazendo uma ponte entre os saberes indígenas e a universidade. Assim, busca-se propiciar a reflexão sobre a complexidade da saúde indígena em diferentes culturas, a partir de uma provocação central em que todos os presentes participam e dão suas opiniões. As atividades tiveram seus encontros baseados nos Círculos de Cultura de Paulo Freire e outras metodologias ativas de ensino-aprendizagem (LUNA *et al.*, 2020). Devido ao distanciamento social ampliado, foram realizados encontros virtuais através da plataforma Zoom, no período de 2021 e início de 2022.

No formato virtual, foram três rodas de conversas sobre as seguintes questões: “Indígenas na Universidade: para quê e para quem?”, com discussão das ações afirmativas, diversidade e equidade na educação superior brasileira; “Cosmologias indígenas: conflito ou potência no trabalho em saúde”, discutindo-se sobre as concepções socioculturais sobre a saúde e doença e o trabalho no serviço de saúde indígena; “Universitário Indígena: como está sua saúde?” em que foram abordadas as experiências de sofrimento e adoecimento nas universidades, e a importância do fortalecimento por meio do pertencimento étnico.

No segundo semestre de 2022, foi possível retomar as Rodas presenciais, sendo que duas delas aconteceram em eventos fora de São Carlos. A primeira ocorreu no IX Encontro Nacional dos Estudantes Indígenas, em Campinas – SP, no Fórum de Saúde, com a questão: “O que traz adoecimento e saúde para o indígena na universidade?”. A segunda foi no Congresso Brasileiro de Educação Médica, em Foz do Iguaçu – PR, com a provocação: “O que é ser indígena na contemporaneidade?”.

Em todas as atividades houve divisão em pequenos grupos de trabalho, e posteriormente apresentadas em grande grupo. Assim, em uma síntese final com construção colaborativa, o diálogo entre comunidade acadêmica e sociedade geral foi fortalecido, aproximando indígenas e não-indígenas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Concluímos que, mesmo com as limitações da pandemia, houve participação ativa dos petianos e a construção de estratégias inovadoras e criativas, para atingir os objetivos do grupo PET. Nesse sentido, a realização das atividades atendeu às normas de segurança à saúde, ao mesmo tempo que possibilitou o desenvolvimento dos trabalhos com foco na promoção em saúde e nos enfrentamentos durante a pandemia de COVID-19.

É importante destacar dois aspectos dessa experiência, a volta de integrantes do PET para suas comunidades de origem na criação de um canal de comunicação direto com os lugares, no qual possibilitou acesso a informações que puderam ser transmitidas em suas redes sociais.

O segundo aspecto diz respeito a amplitude da circulação das informações e das ações promovidas pelo grupo, na medida em que a necessidade de atuação virtual possibilitou que pessoas do Brasil inteiro pudessem acompanhar não só as atividades do grupo, mas sobretudo as condições de estudantes indígenas na universidade, as condições de saúde de algumas comunidades; além de abordar os principais desafios e limites relacionados à inserção da presença e do conhecimento indígena dentro da universidade.

Nesse sentido, o PET – Conexões de Saberes – Indígena - Ações em Saúde, mesmo em condições adversas, conseguiu reafirmar o protagonismo indígena na universidade e a importante relação com as comunidades, criando e recriando formas artesanais de dialogar, de reivindicar, de trazer visibilidade e de ter resiliência,

tanto no enfrentamento da pandemia de COVID-19, como no cenário sociopolítico indígena contemporâneo.

REFERÊNCIAS

- AUSUBEL, D.; NOVAK, J. D.; HANESIAN, H. **Psicologia educacional**. 2. ed. Rio de Janeiro: Interamericana, 1980.
- AMARAL, W. R. do. **As trajetórias dos estudantes indígenas nas universidades estaduais do Paraná**: sujeitos e pertencimentos, 2010. 594 p. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2010.
- BANIWA, Gersem. **Educação escolar indígena no século XXI**: encantos e desencantos. 1. ed. Rio de Janeiro: Mórula, Laced, 2019.
- BERGAMASCHI, M.; DOEBBER, M. B.; BRITO, P. O. Estudantes indígenas em universidades brasileiras: um estudo das políticas de acesso e permanência. **Rev. Bras. Estud. Pedagogia**, Brasília, v. 99, n. 251, p. 37-53, jan. 2018.
- CALLEGARI, F. V. R.; SANTOS NETO, C. S.; CARBOL, M. **A educação tutorial no Grupo PET Indígena Ações em Saúde da UFSCar**. Missão, processo de ensino aprendizagem e práticas formativas. In: FREITAS, A. E. C. Intelectuais indígenas e a construção da universidade pluriétnica no Brasil: povos indígenas e os novos contornos do Programa de Educação Tutorial/Conexões de saberes. Rio de Janeiro: e-papers; 2015. cap. 13. p. 181.
- CARVALHO, M. L. B. de. **Das terras dos índios a índios sem terras. O estado e os guarany do oco'y**: violência, silêncio e luta, 2013. 835 p. Tese (Doutorado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana, Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.
- CRUZ, Pedro; VASCONCELOS, Eymard Mourão. **Desvelando processos formativos das práticas extensionistas em Educação Popular na saúde**. Interagir: pensando a extensão, [S.l.], n. 27, jan. 2020.
- FAGÁ, M. A. P.; SOUSA, R. M.; LUNA, W. F.; GOMES, V. V.; SOARES, G.F.; BOTELHO, A. G.; *et al.* Comunicação Social em Saúde Indígena em Tempos de Pandemia: A experiência no projeto informasus – UFSCar. Cadernos da Pedagogia. v. 15, n.31, p. 98 -109. 2021.
- FREITAS, A. E. C. **Intelectuais indígenas e a construção da universidade pluriétnica no Brasil**: povos indígenas e os novos contornos do Programa de Educação Tutorial/Conexões de saberes. Rio de Janeiro: e-papers; 2015.
- KLICHOWSKI, R. C.; CASSANDRE, M. P.; AMARAL, W. R. D. **O que é ser um acadêmico indígena de administração?** Cad. EBAPE.BR, v. 18, n. 2. p. 353–364, abr./jun. 2020. DOI: 10.1590/1679-395177916. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1679-395177916>. Acesso em: 3 abr. 2023.
- LIMA, J. L.; MELO, A. B.; PERPETUO, C. L. **Pandemia e a exacerbção das vulnerabilidades sociais**: impactos na saúde mental. Akrópolis, Umuarama, v. 29, n. 1, p. 59-74, jan./jun. 2021.
- LUNA, W. F. L. **Indígenas na Escola Médica no Brasil: experiências e trajetórias nas universidades federais**. 2021. 390f. Tese (Doutorado em Saúde Coletiva) – Faculdade de Medicina de Botucatu, Universidade Estadual Paulista, Botucatu, 2021.
- LUNA, Willian Fernandes *et al.* **Identidade, Cuidado e Direitos**: a experiência das Rodas de Conversa sobre a saúde dos povos indígenas. Rev. bras. educ. med., Brasília, v. 44, n. 2, e067, 2020.
- LUNA, Willian Fernandes *et al.* **Projeto de Extensão Iandé Guatá**: vivências de estudantes de Medicina com indígenas Potiguara. Interface (Botucatu), Botucatu, v. 23, e180576, 2019.

MARTINI, Larissa Campagna et al. SAÚDE DOS POVOS INDÍGENAS E COMUNICAÇÃO SOCIAL. **ContraCorrente: Revista do Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas**, [S.l.], n. 17, p. 298-304, dez. 2021.

MOREIRA, M. A. **Aprendizagem significativa**. Brasília: UnB, 1998.

MINAYO, M. C. S. **O desafio do conhecimento: Pesquisa qualitativa em saúde**. 9. ed. p. 261-268. São Paulo: Hucitec; 2006.

SCHWANDT, T. A. **Três posturas epistemológicas para a investigação qualitativa**. In: DENZIN, N. K.; LINCOLN, Y. S. *et al.* org. O planejamento da pesquisa qualitativa. Teorias e abordagens. Porto Alegre: Artmed; 2006.

TURATO, E. R. **Tratado da metodologia da pesquisa clínico-qualitativa**. Petrópolis: Vozes, 2003.

UFSCAR - Universidade Federal de São Carlos. **Política de ações afirmativas, diversidade e equidade da Universidade Federal de São Carlos**. São Carlos: Secretaria Geral de Ações Afirmativas, Diversidade e Equidade; 2016.

AGRADECIMENTOS

Agradecemos a todas as pessoas que participaram das atividades desenvolvidas pelo grupo PET – Conexões de Saberes - Indígena – Ações em Saúde durante o período da pandemia de COVID-19, bem como aos coletivos e instituições parcerias que tornaram possíveis cada uma dessas estratégias construídas. Agradecemos, especialmente, aos cotutores do grupo e aos petianos, estudantes indígenas dos vários povos e cursos de graduação, que construíram as atividades com afinco em meio a tantas adversidades trazidas por aquele momento de emergência em saúde.

FONTES DE FINANCIAMENTO

As atividades de extensão descritas foram financiadas por meio do Programa de Educação Tutorial do Ministério da Educação, com bolsas pagas pelo Fundo Nacional para o Desenvolvimento da Educação (FNDE).

CONFLITO DE INTERESSES

Declaramos não ter conflito de interesse.



Avaliação da prevalência de dor dentária em população indígena Guarani e Tupiniquim aldeada do Espírito Santo

Evaluation of the presence of dental pain in Guarani and Tupiniquim indigenous populations aldeada do Espírito Santo

Resumo

Objetivo: avaliar a prevalência de odontalgia e sua associação com características sociodemográficas, escolaridade, utilização de serviços odontológicos e necessidade de prótese dentária em população indígena aldeada do município de Aracruz – Espírito Santo. **Metodologia:** Pesquisa transversal na qual foram avaliados 1084 indígenas Guarani e tupiniquim aldeados no município de Aracruz em relação a presença de dor dentária, características sociodemográficas, utilização de serviços odontológicos e necessidade de prótese dentária. Foi utilizado o teste exato de Fischer ($p < 0,05$) para verificar as associações entre cada variável independente e a variável dependente dor dentária. **Resultados:** Os principais resultados mostraram que a prevalência de dor dentária espontânea nos indígenas foi de 26,4% associada com sexo feminino, faixa etária até 50 anos, procura do serviço odontológico por motivo de urgência e os indígenas que não necessitavam de Prótese Parcial Removível (PPR) sentiram dor dentária. **Conclusões:** A prevalência de dor dentária nos indígenas foi elevada nos últimos 6 meses e foi associada com sexo feminino, faixa etária até 50 anos, com menos perdas dentárias e que não aceitaram essas perdas, que procuraram o serviço por motivo de urgência e que tiveram mais impacto dos problemas bucais na qualidade de vida.

Palavras-chave: saúde de populações indígenas; odontalgia; assistência odontológica.

Dra. Deise Berger Velten
Prof. Dr. José Geraldo Mill
Profa. Dra. Maria Helena M
de Barros Miotto

deisebv82@gmail.com

Universidade Federal do
Espírito Santo

Abstract

Objective: to evaluate the prevalence of toothache and its association with sociodemographic characteristics, education, use of dental services and need for dental prostheses in an indigenous population living in the municipality of Aracruz - Espírito Santo. Methodology: Cross-sectional research in which 1084 Guarani and Tupiniquim indigenous people living in the municipality of Aracruz were evaluated regarding the presence of dental pain, sociodemographic characteristics, use of dental services and need for dental prosthesis. Fisher's exact test ($p < 0.05$) was used to verify the associations between each independent variable and the dependent variable dental pain. Results: The main results showed that the prevalence of spontaneous dental pain in indigenous people was 26.4% associated with the female gender, age group up to 50 years, seeking dental care for urgent reasons and indigenous people who did not need Removable Partial Prosthesis (PPR) experienced dental pain. Conclusions: The prevalence of dental pain in indigenous people was high in the last 6 months and was associated with the female gender, age group up to 50 years, with less tooth loss and who did not accept these losses, who sought the service due to urgency and who had more impact of oral problems on quality of life.

Keywords: health of indigenous populations; toothache; dental care.

INTRODUÇÃO

A maioria das afecções se manifesta por meio da dor, que pode se expressar de diferentes formas e em distintas populações. Conforme o Comitê de Taxonomia da International Association for the Study of Pain, um dos modelos explicativos da dor a definiria como experiência sensorial e emocional desagradável, decorrente ou descrita em termos de lesões teciduais (MASSONI *et al.*, 2020).

A odontalgia, definida como uma dor de origem orofacial, acontece devido a problemas que afetam os dentes e as estruturas de suporte (ECHEVERRIA; DUMITH; SILVA, 2020), apresentando etiologia em componentes neurológicos, fisiológicos e psicológicos, além de ser caracterizada como originária dos tecidos inervados do dente (KNACKFUSS; COSTENARO; ZANATTA, 2011).

Dentre as alterações patológicas da cavidade bucal, a dor dentária é associada a impactos sociais, econômicos e psicológicos, podendo afetar de forma negativa a qualidade de vida e, dessa forma, comprometer as funções físicas, sociais e a autoestima do indivíduo (GOES *et al.*, 2008). Os principais problemas bucais que levam a episódios de dor de dente são a cárie, as doenças periodontais e o traumatismo dentário, como foi demonstrado em uma pesquisa realizada em jovens no Rio Grande do Sul, na qual a cárie dentária corresponde por aproximadamente 30% das queixas de dores odontológicas (ECHEVERRIA; DUMITH; SILVA, 2020; KNACKFUSS; COSTENARO; ZANATTA, 2011; BASTOS *et al.*, 2007).

As condições de saúde bucal dos povos indígenas no Brasil sugerem o aumento da prevalência de cárie, devido ao impacto provocado por mudanças alimentares, socioculturais, econômicas e ambientais (ALVES FILHO; SANTOS; VETTORE, 2013; ARANTES; FRAZÃO, 2013). Além disso, há falta de programas preventivos, sendo que em análises epidemiológicas de abrangência nacional observa-se o declínio dos indicadores de cárie dentária (NARVAI; CASTELLANOS; FRAZÃO, 2000; NARVAI *et al.*, 2006).

No Brasil, a atenção a saúde das comunidades indígenas é realizada por meio do Sistema de Informação da Atenção à Saúde Indígena (SIASI), um órgão integrado ao SUS, seguindo as diretrizes adotadas pela Política Nacional de Atenção à Saúde dos Povos Indígenas (PNASP). O SIASI visa atender os povos indígenas considerando suas tradições, estilo de vida, religião e sua cultura (BERTANHA *et al.*, 2012).

No entanto, existem evidências de defasagem nos métodos preventivos e também na questão do acesso a serviços de atenção à saúde bucal entre indígenas e não indígenas, tornando a população mais vulnerável à cárie e suas complicações (HÁ *et al.*, 2016). A diversidade sociocultural, assim como a complexidade dos diferentes contextos de atenção à saúde bucal dos povos indígenas sugerem a necessidade da produção de informações sobre essas distintas realidades e sua interpretação com base em bibliografia adequada (LEMOS *et al.*, 2018).

Os índices epidemiológicos devem ser utilizados com o intuito de identificar os agravos das doenças bucais nas comunidades, conforme estabelece a Organi-

zação Mundial de Saúde, para o monitoramento adequado de enfermidades nas comunidades étnicas, como nas indígenas (SOUSA; MITTMANN; SILVA, 2019). O objetivo dessa pesquisa é avaliar a prevalência de odontalgia e sua associação com características sociodemográficas, como: a escolaridade, a utilização de serviços odontológicos, bem como a necessidade de prótese dentária em população aldeada do município de Aracruz – Espírito Santo.

METODOLOGIA

Esta pesquisa é vinculada ao Projeto de Saúde Indígena no Espírito Santo, que tem o objetivo de avaliar a prevalência e incidência de doenças crônicas na população adulta indígena aldeada no Município de Aracruz - Espírito Santo, por pesquisadores vinculados a Universidade Federal do Espírito Santo. Foram utilizados recursos de financiamento da FAPES e do CNPQ, conforme edital 24/2018.

As comunidades indígenas situadas no município de Aracruz abrigam, aproximadamente, 2.950 pessoas, dividida pelos povos Guarani (~30%) e Tupinikin. Localizadas a aproximadamente 80 km da capital Vitória, no litoral norte do estado, apresentam quatro aldeias: (“TI Tupiniquim” – Portaria nº 1.463/2007) Boa esperança, Três Palmeiras, Piraquê-Açu Mirim e Olho D’água (BRASIL, 2007).

Para essa investigação, foram considerados os indivíduos que tinham idade ≥ 20 anos com ocorrências de doenças crônicas, das aldeias Tupiniquim (Caieiras Velhas, Irajá, Comboios e Pau Brasil) e Guarani M’bya (Boa Esperança, Três Palmeiras e Piraquê-Açu) no Município de Aracruz, ES. A pré-seleção dos participantes foi realizada pelos profissionais que atuam no Serviço de Saúde Indígena, e atendidas nas Unidades Básicas de Saúde das aldeias. Após a divulgação do projeto na comunidade, os elegíveis foram convidados por meio de contato pessoal com os agentes comunitários de saúde. No total, 1.084 compareceram para a realização dos exames e entrevistas, realizados em Vitória no dia previamente agendado.

Foram excluídos dessa pesquisa os indivíduos que estavam acamados, com dificuldade severa de locomoção, em tratamento oncológico, ou com doenças agudas. Também não foram incluídas as mulheres grávidas (>3 mês), em estágio de puerpério (até o 6º mês pós-parto) ou que estavam em período de amamentação. Mas, fora dessa condição, foram convidadas a fazer parte do estudo.

Primeiramente, foram aplicados questionários utilizando o método da entrevista padronizada em salas, com condições de manutenção da privacidade dos participantes durante visita à Clínica de Investigação Cardiovascular do Centro de Ciências da Saúde, da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES). O primeiro contato aconteceu com agendamento de 06 pessoas, em jejum de 10h a 14h), para realização de exames e medidas, no horário entre 07:00 e 07:30. Depois da aplicação dos questionários, foram realizados os exames de saúde bucal e de saúde geral (eletrocardiograma, tonometria, bioimpedância, entre outros...). Devido a investigação

também conter exames mais específicos, que engloba risco de doenças crônicas, não foi possível a coleta de dados nas aldeias. Essa coleta ocorreu no período entre setembro de 2020 e julho de 2022.

Foram utilizadas como variáveis independentes dessa pesquisa os dados sociodemográficos, como a escolaridade, bem como a utilização de serviços odontológicos nos últimos 12 meses e a necessidade de prótese. Para a variável dependente foi avaliada a presença de dor dentária, por autodeclaração, por ser um sintoma que se manifesta de forma subjetiva.

O método da entrevista padronizada, através de um formulário validado com questões abertas e fechadas sobre dor orofacial pelos participantes da pesquisa, avaliou as ocorrências e a intensidade de dor de dente espontânea, provocada nos últimos 6 meses. Também, foi avaliado se, em caso de ocorrência de dor dentária, houve procura por serviços odontológicos.

Após a entrevista, também foi realizado exame clínico visual, por uma Cirurgiã dentista (CD) e duas graduandas do curso de Odontologia da UFES, para obter informações a respeito de perdas dentárias. O exame era realizado com o indivíduo sentado de frente para o examinador, através de uma espátula de madeira e gaze. Durante o exame, as examinadoras estavam paramentadas com máscara N95, gorro, luvas de procedimento descartáveis, óculos, *faceshield* e avental impermeável.

Também, foram utilizadas tabelas de frequência, com número e porcentagem de cada um dos itens presentes no instrumento de pesquisa. A relação existente entre dor dentária, variáveis sócio demográficas e saúde bucal foi feita por meio do Teste Exato de Fischer. A força de associação entre exposição e evento foi calculado utilizando o Odds-ratio (OR), adotando o intervalo de confiança (IC) de 95%. O pacote estatístico IBM SPSS 20 – foi utilizado para esta análise, e o nível de significância adotado foi de 5% ($p < 0,05$).

Esta pesquisa foi julgada e aprovada tanto pelo Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) do Centro de Ciências da Saúde da UFES, em 22 de outubro de 2019 sob parecer de número 3.655.623, quanto pela Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (CONEP), em 9 de fevereiro de 2020, em parecer de número 3.828.655.

RESULTADOS

De um total de 2950 indígenas Guarani e Tupiniquim com mais de 20 anos aldeados no município de Aracruz, a avaliação contou com a participação de 1084 indivíduos, o que representa 36,7% desse total. Essa amostra foi composta de proporções semelhantes à estrutura demográfica da população total em termos de idade, o que garantiu grande poder amostral para prevalência de dor dentária (Tabela 1).

1MFSJ: Professor de Odontologia com experiência no desenho e implementação de materiais educativos no campo da saúde bucal, realizou e foi um dos autores envolvidos no desenvolvimento das cartilhas em português elaboradas na Unicamp;
2. LF: Professora de Letras com experiência no desenvolvimento de materiais educativos em área interdisciplinar e em línguas indígenas;
3. RP: Acadêmico de Odontologia e professor de língua indígena Kaingang.

2A permissão de uso do material para tradução foi previamente solicitada e concedida pelos autores.

Tabela 1
Dados sobre dor
dentária de indíge-
nas participantes da
pesquisa

CARACTERÍSTICA	NÚMERO	PERCENTUAL
Sentiu dor espontânea últimos 6 meses		
Sim	286	26,4
Não	798	73,6
Intensidade da dor		
Leve	76	26,6
Moderada	90	31,5
Intensa	65	22,7
Muito intensa	28	9,8
Horrível	20	7,0
Intolerável	7	2,4
Sentir dor provocada por líquidos quentes ou frios		
Sim	412	38,0
Não	672	62,0
Se teve dor nos últimos 6 meses, procurou dentista		
Sim	404	37,3
Não	680	62,7
Serviço procurado		
Posto de saúde	241	59,6
Particular	155	38,4
Outro	8	2,0

Os dados sobre odontalgia mostraram que 26,4% dos indígenas sentiram dor espontânea nos últimos 6 meses (a data da entrevista), de intensidade moderada (31,5%). A maioria também relatou dor provocada por líquidos quentes ou frios (38,0%). Em relação a percepção da dor dentária nos últimos 6 meses 33,8%, dos indivíduos que tiveram dor ou desconforto algumas vezes no período 37,3%, procurou o CD do posto de saúde (59,6%), na maioria dos casos, foi em uma consulta (41,3%), e 50,6% dos indígenas não procurou o CD pois não sentiu necessidade, conforme Tabela 2.

Quando foram observados os dados sobre necessidade de prótese (dado obtido por meio do questionário e confirmado por meio do exame clínico) e utilização de serviços odontológicos, percebeu-se que a maioria dos indígenas são dentados (93,2%), ou possuem pelo menos um elemento dentário na cavidade bucal; 61,9% não necessitam de prótese parcial removível (PPR), seguido pelos 27,7% que precisam de PPR; 86,2% não precisam de prótese total removível (PTR), seguido pelos 2,7% que precisam de PTR; 84,7% procuraram o profissional de saúde enfermeiro,

80,0% o agente de saúde, 78,6% o médico e 63,3% procuraram o cirurgião dentista (CD). O motivo da utilização dos serviços odontológicos foi a rotina/prevenção (51,6%) seguida pelo serviço de urgência (11,6%), uma vez que 36,8% não procuraram o serviço. O tipo de CD mais procurado foi o que trabalha no SUS (57,6%), que é um serviço gratuito, conforme mostra a Tabela 2.

CARACTERÍSTICA	NÚMERO	PERCENTUAL
Situação dentição		
Dentado	1.010	93,2
Desdentado	74	6,8
Uso de Prótese Parcial Removível		
Não precisa	671	61,9
Precisa e usa	101	9,3
Precisa, tem e não usa	12	1,1
Precisa e não tem	300	27,7
Uso de Prótese Total Removível		
Não Precisa	934	86,2
Precisa e usa	111	10,2
Precisa, tem e não usa	10	0,9
Precisa e não tem	29	2,7
Profissional de saúde que procurou últimos 12 meses		
Cirurgião dentista	686	63,3
Técnico de saúde bucal	9	0,7
Cirurgião dentista prático	8	0,7
Médico	852	78,6
Enfermeiro	918	84,7
Agente de saúde	867	80,0
Farmacêutico	664	61,3
Outros	134	12,4
Nenhum	18	1,7
Motivo procura dentista nos últimos 12 meses		
Urgência	126	11,6
Rotina	333	30,7
Prevenção	227	20,9
Não procurou	398	36,8

Tabela 2
Dados sobre necessidade de prótese e utilização de serviços odontológicos por indígenas participantes da pesquisa

CARACTERÍSTICA	NÚMERO	PERCENTUAL
Tipo de serviço odontológico procurado		
SUS	395	57,6
Serviço Gratuito	53	7,7
Plano de empresa	4	0,6
Plano particular	10	1,5
Convênio	18	2,6
Particular	206	30,0

Os dados sociodemográficos indicam que os indígenas são em sua maioria do sexo feminino, representando 57,7% dos participantes, com faixa etária até 30 anos (27,5%). Também, demonstra que 61,1% dos participantes possuem cônjuges, além de 36,9% apresentarem escolaridade até o ensino médio, e 88,6% de raça/cor indígena, predominantemente de etnia Tupiniquim, conforme Tabela 3.

Os resultados sobre ocorrência de associação entre dor dentária, variáveis sociodemográficas e de saúde bucal mostraram que tiveram mais odontalgia as mulheres indígenas (OR=1,414, IC95%=1,110 – 1,801), com até 50 anos (OR=2,221, IC95%=1,694 – 2,913), com ensino médio completo e acima (OR=1,620, IC95%=1,274 – 2,060), que não tiveram perdas dentárias (OR=1,714, IC 95%=1,271 – 2,311), que não aceitaram a perda dentária (OR=1,571, IC95%=1,169 – 2,112), que procuraram o CD por motivo de urgência (OR=3,562, IC 95%=2,289 – 5,544), que não tinham necessidade de PTR (OR=4,531, IC 95%=3,015 – 6,810), nem tinham necessidade de PPR (OR=1,310, IC 95%=1,024 – 1,674) e quem teve dor dentária sentiu mais impacto dos problemas bucais na qualidade de vida (OR=1,489, IC95%=1,171 – 1,894).

Tabela 3
Relação entre dor, variáveis demográficas e de saúde bucal de indígenas participantes da pesquisa

CARACTERÍSTICA	SENTIU DOR		NÃO SENTIU DOR		Sig.	OR LI-LS
	Nº	%	Nº	%		
Sexo						
Masculino	213	46,4	246	53,6	0,003	1,414
Feminino	344	55,0	281	45,0		1,110 - 1,801
Faixa etária						
Até 50 anos	442	57,0	334	43,0	0,000	2,221
51 anos ou mais	115	37,3	193	62,7		1,694 - 2,913
Escolaridade						
Até EMI	261	45,7	310	54,3	0,000	1,620
EMC e acima	296	57,7	217	42,3		1,274 - 2,060

CARACTERÍSTICA	SENTIU DOR		NÃO SENTIU DOR		Sig.	OR LI-LS
	Nº	%	Nº	%		
Perda dentária						
Sim	416	48,6	440	51,4	0,000	1,714
Não	141	61,8	87	38,2		1,271 - 2,311
Aceita perda dentária						
Sim	273	45,3	330	54,7	0,002	1,571
Não	143	56,5	110	43,5		1,169 - 2,112
Motivo procura dentista						
Urgência	96	76,2	30	23,8	0,000	3,562
Rotina/Prevenção	265	47,3	295	52,7		2,289 - 5,544
Necessidade de PTR						
Sim	33	22,0	117	78,0	0,000	4,531
Não	524	56,1	410	43,9		3,015 - 6,810
Necessidade de PPR						
Sim	195	47,2	218	52,8	0,018	1,310
Não	362	53,9	309	46,1		1,024 - 1,674
Impacto Bucal						
Com impacto	281	56,8	214	43,2	0,001	1,489
Sem impacto	276	46,9	313	53,1		1,171 - 1,894

DISCUSSÃO

Quando se tenta compreender as concepções e práticas de saúde, percebe-se que os valores culturais determinam a explicação do processo saúde-doença em grupos étnicos específicos. Portanto, tem sido desafiador promover serviços adequados de atenção à saúde bucal para os povos indígenas, devido a diversidade desses povos e a extensão territorial. Também, pelo fato da contextualização cultural ainda ser pouco utilizada pelos programas de atenção em saúde, como ferramenta integrada de auxílio ao modo de pensar e fazer a atenção em saúde nas terras indígenas (SOUZA; FERREIRA, 2012; MACIEL, 2022).

Os resultados deste estudo sobre prevalência de dor dentária mostraram que 26,4% dos indígenas sentiram dor espontânea, sendo 31,5% de intensidade moderada e 38,0% sentiram dor provocada nos últimos 6 meses. Este resultado foi semelhante ao encontrado na Pesquisa Nacional de Saúde Bucal (SB Brasil 2010), na qual as prevalências de dor dentária foram de 24,6% aos 12 anos, 24,7% de 15 a 19 anos,

27,5% de 35 a 44 anos e 10,8% de 65 a 74 anos (BRASIL, 2012). Entretanto, uma pesquisa realizada por Echeverria, Dumith e Silva (2020), no sul do Brasil em indivíduos com mais de 18 anos, revelou a prevalência de odontalgia menor, de 18%.

Existem iniquidades presentes nas condições de saúde bucal e também no atendimento odontológico entre os povos indígenas e não-indígenas, como foi demonstrado em um estudo realizado pelos autores Schuch *et al.* (2017) ao avaliarem a magnitude dessas desigualdades em saúde bucal no Brasil, Nova Zelândia e Austrália, mostrando pior condição de saúde bucal para os indígenas independente do ambiente. Essa condição de desigualdade entre indígenas e não indígenas não foi encontrada nos resultados deste estudo, o que provavelmente pode ser explicada pela quantidade elevada de perdas dentárias encontradas nessas comunidades, portanto estiveram presentes menos elementos dentários para causar dor, assim fica demonstrada a precariedade das condições de saúde bucal desses indivíduos.

A dor dentária neste estudo apresentou associação estatisticamente significativa com o gênero, com maiores relatos de dor pelas mulheres em relação os homens (OR=1,414). Segundo Knackfuss, Costenaro e Zanatta (2011), provavelmente, essa maior incidência de dor dentária nas mulheres pode estar relacionada as alterações patológicas, com procura maior pelo atendimento odontológico e maior percepção da necessidade de tratamento. Barcellos e Loureiro (2004), que realizaram um estudo multicêntrico nas prefeituras de Juiz de Fora (MG) e Cuiabá (MT), também perceberam que indivíduos do sexo feminino visitaram o CD com mais frequência, entretanto a diferença não foi estatisticamente significativa, pois, segundo os autores, o maior público feminino nos serviços odontológicos é quase universal. Possivelmente, não foi significativa, pelas altas taxas de indivíduos pertencentes às classes econômicas D e E, com baixo nível de escolaridade, ou talvez pela grande proporção de pessoas com mais de 40 anos nos estudos.

Em relação a faixa etária, os resultados mostraram que os indígenas com até 50 anos sentiram mais dor (OR=2,221), resultado semelhante foi encontrado pelos autores Echeverria, Dumith e Silva (2020) em um estudo de base populacional feito no Sul do Brasil em que as taxas de prevalência de dor dentária encontradas foram reduzindo com o aumento da idade, sendo que na idade de 20 a 39 anos (23,9%), 40 a 59 anos (14%) e acima de 60 anos (10,4%), também apresenta resultados semelhantes o SB Brasil 2010 no qual as taxas de prevalência de dor dentária foram aos 12 anos, (24,6%), de 15 a 19 anos (24,7%), de 35 a 44 anos (27,5%) e de 65 a 74 anos (10,8%).

As diferenças de odontalgia que ocorrem conforme grupos etários poderiam ser atribuídas a mais baixas expectativas em relação à saúde bucal entre indivíduos de mais idade, de modo que certa quantidade de dor seria “esperada” e menos relatada. A maior quantidade de perdas dentárias influencia na prevalência desse fenômeno nos grupos de idade mais elevada, pois restariam menos elementos dentários para provocar dor, como também verificado nesta pesquisa. Comumente, a presença de perdas dentárias é refletida em necessidade de prótese, e os indígenas que não necessitavam de PTR e PPR sentiram mais dor, o que demonstra as

dificuldades enfrentadas por essa população, e, por ser mais vulnerável, tem mais dificuldades de acesso a serviços de atendimento odontológico, gerando algumas implicações, como: diminuição nas horas de sono, prejuízo de atividades de lazer, restrições alimentares, e desequilíbrios psicológicos relacionados com a redução da autoestima e o absenteísmo escolar e/ou no trabalho (SVENSSON; HAKEBERG; WIDE, 2018; MIOTTO; SILOTTI; BARCELLOS, 2012).

Nas comunidades indígenas de Aracruz, quem realiza a assistência à saúde bucal é o CD, que trabalha pela Secretaria de Saúde Indígena (SESAI), e possui a responsabilidade de coordenar e executar a Política de Atenção à Saúde dos Povos Indígenas, bem como todo o processo de gestão do Subsistema de Atenção à saúde Indígena (SasiSUS) no Sistema Único de Saúde (SUS). Entretanto, existem evidências de iniquidades nos métodos preventivos e no acesso a serviços odontológicos entre indígenas e não indígenas, o que provoca maior vulnerabilidade em relação à cárie e suas complicações (HÁ *et al.*, 2016; RIGONATTO; ANTUNES; FRAZÃO, 2001).

Uma suposta explicação seria devido a diferenças em termos sociais, culturais e econômicos existentes, também em relação aos conceitos de saúde/doença e a auto-percepção relacionada a esses conceitos entre povos indígenas e não indígenas. Outra relação está associada ao maior grau de escolaridade com a baixa incidência de perdas dentárias. Em contrapartida, a situação de menor escolaridade normalmente reflete uma educação em saúde mais limitada, que, em termos de saúde bucal, pode significar dificuldades no entendimento dos conhecimentos de métodos preventivos relacionados a doenças bucais, como à higienização e a busca tardia por tratamento odontológicos, ocasionando assim maior quantidade de perdas dentárias, portanto menos elementos provocando dor dentária (COELHO *et al.*, 2021).

A odontalgia é considerada um tema relevante, pois é apontada como um dos principais problemas bucais que levam as pessoas a procurarem atendimento odontológico, com impacto na saúde pública (BASTOS *et al.*, 2007). Os indígenas avaliados nesta investigação com dor dentária, procuraram o serviço odontológico por motivo de urgência e demonstraram maior impacto dos problemas bucais na qualidade de vida, assim como identificado em várias pesquisas utilizando o indicador subjetivo *Oral Health Impact Profile* (OHIP-14) (MIOTTO; BARCELLOS; VELTEN, 2012; BOMBARDA-NUNES; MIOTTO; BARCELLOS, 2008).

O fato desse estudo ser do tipo transversal representa uma limitação do mesmo, pois não é possível estabelecer a relação de causa e efeito. Entretanto, esse assunto é atual e original, demonstrando grande importância pela carência de dados relacionados à saúde bucal de caráter epidemiológico na população estudada. Portanto, essa pesquisa pode indicar a necessidade de um planejamento e organização de políticas públicas na área de saúde bucal em comunidades indígenas.

Dessa forma, este estudo representa um alerta para gestores da área de saúde, pois demonstra a urgência pelas melhorias na atenção à saúde bucal dos povos indígenas, que, com a ajuda de estudos epidemiológicos abrangendo determinantes locais e regionais, visa fortalecer as ações de promoção de saúde, prevenção e

ampliação dos serviços de atenção (BERTANHA *et al.*, 2012).

CONCLUSÕES

A prevalência de dor dentária espontânea (medida pelo questionário nos 6 meses anteriores da data da entrevista), nos indígenas Guarani e Tupinikin do município de Aracruz, foi de 26,4%, no período de setembro de 2020 a julho de 2022. Foi encontrada uma associação estatisticamente significativa da odontalgia no sexo feminino, em pessoas com até 50 anos de idade, com maior escolaridade, sem cônjuge, com menos perdas dentárias e, também, das que aceitaram as perdas dentárias.

Os indígenas que sentiram dor dentária foram os que procuraram o serviço odontológico por motivo de urgência, também quem não tinha necessidade declarada de prótese parcial ou total removível, e dos que tiveram mais impacto na qualidade de vida devido aos problemas bucais.

Essa pesquisa demonstra a necessidade de melhorias na organização do atendimento odontológico, que deve ser integral e resolutivo, para que o sofrimento causado pela dor dentária seja reduzido. Também, demonstra ser indispensável a criação de políticas públicas na área de prevenção e de promoção de saúde bucal, para melhorar a qualidade de vida dessa população indígena.

REFERÊNCIAS

ALVES FILHO, P.; SANTOS, R. V.; VETTORE, M. V. Desigualdades socioambientais na ocorrência de cárie dentária na população indígena no Brasil: evidências entre 2000 e 2007. **Rev Bras Epidemiol.**, v. 16, n. 3, p. 692-704, 2013. Disponível em: <https://www.scielo.br/rbepid/a/YxkkWSqvQYfxHmpSSgVFYNx/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 01 maio 2023.

ARANTES, R.; FRAZÃO P. Cárie dentária entre os povos indígenas do Brasil: implicações para os programas de saúde bucal. **Tempus**, v. 7, n. 4, p. 169-180, 2013. Disponível em: <https://ds.saudeindigena.icit.fiocruz.br/bitstream/bvs/1314/2/570934994.pdf>. Acesso em: 02 maio 2023.

BARCELLOS, L. A.; LOUREIRO, C. A. O público do serviço odontológico. **UFES Rev Odontol.**, v. 6, n. 2, p. 41-50, maio/ago., 2004. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/rbps/article/view/10624/7539>. Acesso em: 02 maio 2023.

BASTOS, J. L. D. et al. Determinação social da odontalgia em estudos epidemiológicos: revisão teórica e proposta de um modelo conceitual. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 12, n. 6, p. 1611-1621, 2007. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csc/a/W6QjsMjtZJfsJymfMW6hD8R/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 01 maio 2023.

BERTANHA, W. F. F. et al. Atenção à Saúde Bucal nas Comunidades Indígenas: Evolução e Desafios – uma Revisão de Literatura. **Revista Brasileira de Ciências da Saúde**, v. 16, n. 1, p. 105-112, 2012. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/rbcs/article/view/10116/7097>. Acesso em: 28 abr. 2023.

BOMBARDA-NUNES, F.; MIOTTO, M. H. M. B.; BARCELLOS, L. A. Autopercepção de saúde bucal do agente comunitário de saúde de Vitória, ES, Brasil. **Pesquisa Brasileira em Odontopediatria e Clínica Integrada**, v. 8, n. 1, p. 7-14, jan./abr., 2008. Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=63711702001>. Acesso em: 20 mar. 2023.

BRAGA, M. L. A. Medo, ansiedade e odontalgia em pacientes atendidos em uma Clínica-Escola de Odontologia. **Arch Health Invest.**, v. 10, n. 8, p. 1205-1211, 2021. Disponível em: <https://www.archhealthinvestigation.com.br/ArchI/article/view/5077/7204>. Acesso em: 10 mar. 2023.

BRASIL. **NORMAS BRASIL. Portaria MJ nº 1.463 de 27/08/2007.** Disponível em: https://www.normasbrasil.com.br/norma/portaria-1463-2007_203540.html. Acesso em: 02 maio 2023.

BRASIL. MINISTÉRIO DA SAÚDE. **Pesquisa Nacional de Saúde Bucal (SB Brasil 2010): Resultados principais 2012.** Disponível em: https://bvsm.sau.br/bvs/publicacoes/pesquisa_nacional_saude_bucal.pdf, Acesso em: 02 de maio 2023.

COELHO, T. R. C. et al. Indicação de exodontias e fatores associados: estudo transversal na população indígena Kiriri. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 26(Supl. 3), p. 5223-5232, 2021. Disponível em: <https://www.scielo.org/pdf/csc/2021.v26supl3/5223-5232/pt>. Acesso em: 20 fev. 2023.

CONSTANTE, H. M. et al. Mediators between education and dental pain: a cross-sectional study to assess the role of dental services utilization. **Eur J Oral Sci.**, v. 124, n. 1, p. 62-67, Feb., 2016. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1111/eos.12242>. PMID:26718615. Acesso em: 10 fev. 2023.

ECHEVERRIA, M. S.; DUMITH, S. C.; SILVA, E. R. A. Prevalência e fatores associados a dor dentária – estudo de base populacional com adultos e idosos do sul do Brasil, v. 49, e20200039, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rounesp/a/h9ywcwnYGzSXjvhFZMPDM/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 12 fev. 2023.

GOES, O. S. et al. Impacts of dental pain on daily activities of adolescents aged 14-15 years and their families. **Acta Odontol Scand**, v. 66, n. 1, p. 7-12, 2008.

HÁ, D. H. et al. Social inequality in dental caries and changes over time among Indigenous and nonIndigenous Australian children. **Aust N Z J Public Health**, v. 40, n. 6, p. 542-547, Dec. 2016. Disponível em: <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/epdf/10.1111/1753-6405.12566>. Acesso em: 13 fev. 2023.

KNACKFUSS, A. P.; COSTENARO, R. G. S.; ZANATTA, F. B. Dor odontológica e indicadores de risco em jovens. **RGO**, v. 59, n. 2, p. 185-191, 2011. Disponível em: <http://revodontol.bvsalud.org/pdf/rgo/v59n2/a03v59n2.pdf>. Acesso em: 15 fev. 2023.

LEMOS, P. N. et al. Cárie dentária em povos do Parque Indígena do Xingu, Brasil, 2007 e 2013, **Epidemiol Serv Saude**, v. 27, n. 1, p. e20171725, 2018. Disponível em: <http://scielo.iec.gov.br/pdf/ess/v27n1/2237-9622-ess-27-01-e20171725.pdf>. Acesso em: 15 fev. 2023.

MACIEL, J. A. C. “Com dor de dente, tudo é ruim nesta vida!”: saúde bucal na comunidade indígena de Tremembé, Ceará, Brasil, **Interface**, v. 26(Supl. 1), 2022. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/icse/a/RGHgWy9Ws9FpmL-tKYXKZWWs/?format=pdf&lang=en>. Acesso em: 16 fev. 2023.

MASSONI, A. C. L. T. et al. Tooth pain and associated factors among adolescents of a large population municipality in Northeastern Brazil, **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 25, n. 2, p. 673-682, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csc/a/Jn7S3dqp6Q7R9b9CS9Ypb6K/?format=pdf&lang=en>. Acesso em: 20 fev. 2023.

MIOTTO, M. H. M. B.; BARCELLOS, L. A.; VELTEN, D. B. Avaliação do impacto na qualidade de vida causado por problemas bucais na população adulta e idosa em município da Região Sudeste. **Ciência & Saúde Coletiva**, 2012; 17(2): 397-406. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csc/a/vJrh4RNPNf5LG463swjwLhf/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 30 abr. 2023.

MIOTTO, M. H. M. B.; SILOTTI, J. C. B.; BARCELLOS, L. A. Dor dentária como motivo de absenteísmo em uma população de trabalhadores. **Cien Saude Colet.**, v. 17, n. 5, p. 1357-1363, 2012. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csc/a/nTL5r6z4BVmv4hznfCC8sRQ/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 30 abr. 2023.

NARVAI, P. C., et al. Cárie dentária no Brasil: declínio, polarização, iniquidade e exclusão social. **Rev Panam Salud Publica**, v. 19, n. 6, p. 385-393, jun., 2006. Disponível em: <https://www.scielo.org/pdf/rpsp/2006.v19n6/385-393>. Acesso em: 30 abr. 2023.

NARVAI, P. C.; CASTELLANOS, R. A.; FRAZÃO P. Prevalência de cárie em dentes permanentes de escolares do Município de São Paulo, SP, 1970-1996. **Rev Saúde Pública**, v. 34, n. 2, p. 196-200, abr., 2000. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rsp/a/Q879KRcg8M9Pr3jLGshJ35w/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 30 abr. 2023.

PERES, M. A. et al. Desigualdades no acesso e na utilização de serviços odontológicos no Brasil: análise do Sistema de Vigilância de Fatores de Risco e Proteção para Doenças Crônicas por Inquérito Telefônico (VIGITEL 2009). **Cad Saude Publica**, v. 28(Suppl), p. 90-100, 2012. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-311X2012001300010>. PMID:22714973. Acesso em: 10 abr. 2023.

RIGONATTO, D. D. L.; ANTUNES, J. L. F.; FRAZÃO, P. Dental caries experience in Indians of the Upper Xingu, Brazil. **Rev Inst Med Trop São Paulo**, v. 43, n. 2, p. 93-98, Mar.\Abr., 2001. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rimtsp/a/KX84CQhRDSYQd5qyBLmdkhq/?format=pdf&lang=en>. Acesso em: 25 abr. 2023.

SCHUCH, H. S. et al. The magnitude of Indigenous and non-Indigenous oral health inequalities in Brazil, New Zealand and Australia, **Community Dentistry and Oral Epidemiology**, p. 1-8, 2017.

SOUZA, T. A. C.; FERREIRA, E. F. A saúde bucal no povo indígena Wajãpi do estado do Amapá, **Revista Tempus Actas de Saúde Coletiva**, 2012; 135-48.

SOUSA, B. C. C.; MITTMANN, R. M.; SILVA, M. S. L. Saúde bucal dos povos indígenas do Brasil, **J Business Techn.**, v. 9, n. 1, p. 3-20, 2019. Disponível em: <http://revistas.faculdadefacit.edu.br/index.php/JNT/article/view/402/322>. Acesso em: 25 abr. 2023.

SVENSSON, L.; HAKEBERG, M.; WIDE, U. Dental pain and oral health-related quality of life in individuals with severe dental anxiety. **Acta Odontol Scand.**, v. 76, n. 6, p. 401-406, aug., 2018. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/epdf/10.1080/00016357.2018.1473892?needAccess=true&role=button>. Acesso em: 25 abr. 2023.

TAVARES, I. S.; CARVALHO, C. A. P.; CARVALHO, F. S. Experiência de dor de dente de acordo com risco familiar em município do nordeste brasileiro, **Research, Society and Development**, v. 11, n. 6, p. e22711628862, 2022.

FONTES DE FINANCIAMENTO

Essa pesquisa foi realizada com recursos da FAPES e CNPQ conforme edital 24/2018.

CONFLITO DE INTERESSES

Declaramos não ter conflito de interesse.



Adaptação transcultural e tradução de materiais educativos em saúde bucal para língua indígena Kaingang

Cross-Cultural adaptation and translation of educational materials in oral health into the Kaingang indigenous language

Resumo

O objetivo do estudo foi descrever a adaptação transcultural e tradução de materiais educativo em saúde bucal para língua indígena Kaingang. O estudo considerou três etapas: 1) equivalência conceitual; 2) equivalência de itens e semântica; 3) retrotradução. Dos oito materiais utilizados, sete foram adaptados: 1) dentes saudáveis e/ou restaurados; 2) doença periodontal; 3) dentadura; 4) prótese removível; 5) dentadura e prótese removível; 6) aparelho ortodôntico e 7) espaço de dentes perdidos; e um foi excluído: 8) prótese fixa e implante. Durante o processo de adaptação, foi necessária remoção de recomendação de difícil semântica, inclusão de recomendações e ajustes de termos para facilitar a compreensão, e manutenção de termo em português (“postinho de saúde” e “flúor”). Os materiais são os primeiros a considerar os aspectos culturais e sociais de uma população indígena no Brasil.

Palavras-chave: educação em saúde bucal; saúde de populações indígenas; tradução.

Renato Pereira
Sthefanie del Carmen P Puello
Márcia Helena Baldani
Annemarie Adriana Schuller
Maria da Luz Rosário de Sousa
Marília Jesus Batista
Letícia Fraga
Manoelito Ferreira Silva Junior

manoelito.junior@uesb.edu.br

Universidade Estadual do Sudoeste
da Bahia

Abstract

The objective of the study was to describe the cross-cultural adaptation and translation of oral health educational materials into the Kaingang indigenous language. The study considered three stages: 1) conceptual equivalence; 2) item equivalence and semantics; 3) back translation. Of the eight materials used, seven were adapted: 1) healthy and/or restored teeth; 2) periodontal disease; 3) dentures; 4) removable prosthesis; 5) dentures and removable prosthesis; 6) orthodontic appliance; and, 7) space for missing teeth; and one was excluded: 8) fixed prosthesis and implant. During the adaptation process, it was necessary to remove recommendations that were semantically difficult, include recommendations and adjust terms to facilitate understanding, and maintain the term in Portuguese (“postinho de saúde” and “flúor”). The materials are the first to consider the cultural and social aspects of an indigenous population in Brazil.

Keywords: oral health education, health of indigenous peoples; translating.

INTRODUÇÃO

No Brasil, existem aproximadamente 1,7 milhões de indígenas distribuídos em mais de 300 etnias e que falam mais de 180 diferentes línguas (IBGE, 2022). Os indígenas são povos culturalmente diferenciados e, inclusive, distintos entre si no que se refere às questões religiosas, de subsistência, de comunicação e das organizações sociais (GUIMARÃES, 2011). Essas distinções incluem a compreensão e o conceito do processo saúde-doença e o formato do cuidado em saúde (SOARES *et al.*, 2019a). Assim, é fundamental estabelecer uma proximidade cultural com a criação de estratégias de promoção de saúde, que facilitem a adesão dessa população às práticas preventivas, bem como na manutenção da saúde e qualidade de vida.

Em consonância com as necessidades de saúde, e com a complexidade e singularidade em relação aos cuidados com a saúde dos povos indígenas, em 1999, foi implementado o Subsistema de Atenção à Saúde Indígena no Sistema Único de Saúde (SASI/SUS), estruturado e organizado por meio dos Distritos Sanitários Especiais Indígenas (DSEIs). Estes ambientes são considerados étnicos e culturais dinâmicos, no dever de assegurar cuidados primários em saúde aos indígenas aldeados, sem guardar relação direta com os limites dos estados e municípios onde estão localizadas as terras indígenas (CHAVES; CARDOSO; ALMEIDA, 2006). No ano de 2002, foi instituída a Política Nacional de Atenção à Saúde dos Povos Indígenas (PNASPI), propondo o reconhecimento da efetividade da medicina ocidental como um dos componentes na superação dos aspectos que tornam a população indígena vulnerável aos agravos à saúde (BRASIL, 2002).

A inserção de profissionais de saúde nas comunidades indígenas por meio das políticas públicas tem demonstrado um avanço, mas também um descompasso entre a formação acadêmica em saúde e o processo de trabalho profissional (DIEHL; PELLEGRINI, 2014), considerando as necessidades específicas dessa população. Apesar dos esforços, as Unidades de Saúde são construídas e regidas como um ponto de atenção afastado da rede de atenção à saúde, e o cuidado limitado na Atenção Primária em Saúde leva-os ao sistema de saúde convencional, principalmente nos níveis secundário e terciário (MOURA *et al.*, 2012; SOARES *et al.*, 2018). A falta de interação entre a ciência tradicional e os saberes dos indígenas evidencia a ausência da valorização de sua cultura e conhecimentos, afastando-os das equipes de saúde e dos cuidados necessários. Essas características culturais próprias interferem diretamente no processo; assim, a equipe de saúde, independentemente do nível assistencial, não garante atendimento satisfatório (MOURA *et al.*, 2012).

Se para o profissional constatarem-se dificuldades relacionadas à falta de formação específica para o trabalho com indígenas, tais como dificuldade de comunicação, barreiras geográficas, aceitação do profissional por parte dos usuários indígenas e condições de trabalho não satisfatórias (SILVA *et al.*, 2016), por outro lado, o usuário se depara com as barreiras referentes às diferentes crenças, culturas e falta de informação, o que dificulta a adesão ao uso de serviços e o acompanhamento do tratamento.

Apesar da ampliação dos serviços de saúde entre os indígenas, ainda há grande disparidade na distribuição na ocorrência das doenças, inclusive as bucais, quando comparada a outras populações, principalmente urbanas (JAMIESON *et al.*, 2016; SCHUCH *et al.*, 2017; SOARES *et al.*, 2019b). Sendo assim, deve-se pensar em formas de reversão do modelo de atenção e, também, implementar ações de prevenção de doenças e promoção da saúde. Nesse sentido, a disponibilização de material educativo-preventivo deve fazer parte do processo de trabalho dos profissionais de saúde. Em estudo prévio de revisão (PEREIRA; FRAGA, 2018), identificou-se que as cartilhas de higiene bucal elaboradas e disponibilizadas pelo Ministério da Saúde (BARROS, 2007), no contexto do Programa Nacional de Saúde Bucal (BRASIL, 2004), dentre outros materiais disponibilizados na *internet*, são desenvolvidas e direcionadas à população em geral, sem considerar itens específicos para grupos vulneráveis (BRASIL, 2012), como da população indígena (BARROS, 2007; PEREIRA; FRAGA, 2018).

Deste modo, com todo o conhecimento científico da Odontologia brasileira como referência para o mundo, evidencia-se que as práticas acadêmicas ainda estão pouco inseridas no seu contexto sociopolítico. E, para além do ensino e da pesquisa, a extensão universitária pode construir esse elo de comunicação com os povos originários, na tentativa de corresponder às suas necessidades, utilizando-se a educação em saúde como um dos meios de transformação. Nesse sentido, o presente estudo reflete sobre o processo de adaptação de materiais educativos de saúde bucal desenvolvido por faixa etária (PEREZ PUELLO, 2018). Também considera-se a adequação às necessidades culturais e linguísticas dos povos indígenas Kaingang, em decorrência da falta de material educativo sobre a condição de saúde bucal, ou educação em saúde bucal, para as populações indígenas (BARROS, 2007; PEREIRA; FRAGA, 2018). O objetivo desse artigo é descrever a adaptação transcultural e tradução de materiais educativos sobre saúde bucal para língua indígena Kaingang.

MÉTODOS

O estudo fez parte do projeto de natureza extensionista integrado à pesquisa, intitulado como: “Saberes outros: estudos e ações indígenas”, da Universidade Estadual de Ponta Grossa. O projeto envolve o seguinte conjunto de ações: a) reuniões para estudar pedagogias outras (como a Kaingang e a Guarani); b) troca de experiências com indígenas (professores e outros profissionais); c) elaboração de material didático específico; d) sistematização e realização de atividades baseadas em políticas linguístico-educacionais específicas para comunidades indígenas.

No presente estudo metodológico, dentro das atividades de produção de material educativo do projeto de extensão, foi realizado a adaptação de materiais educativos em saúde bucal, no contexto indígena, para a língua Kaingang em três etapas: 1) equivalência conceitual; 2) equivalência de itens e semântica; 3) retrotradução.

Equivalência conceitual

Na equivalência conceitual, inicialmente, um comitê formado por três especialistas¹ buscou por materiais em português (brasileiro) que pudessem ser utilizados para adaptação transcultural. Foram selecionados materiais educativos para a população adulta, originalmente desenvolvidos para oito perfis de saúde bucal, por pesquisadores da Faculdade de Odontologia de Piracicaba, da Universidade Estadual de Campinas (FOP/Unicamp) e Universidade de Groninga–Holanda² (PEREZ PUELLO, 2018). Cada material continha uma articulação em três faces, de modo a assegurar que as recomendações fossem adequadas para cada perfil, conforme a listagem seguinte:

1. Recomendações de autocuidado para você que tem DENTES SAUDÁVEIS E OU RESTAURADOS;
2. Recomendações de autocuidado para você que tem DOENÇA PERIODONTAL;
3. Recomendações de autocuidado para você que usa DENTADURA;
4. Recomendações de autocuidado para você que usa PRÓTESE REMOVÍVEL;
5. Recomendações de autocuidado para você que usa DENTADURA E PRÓTESE REMOVÍVEL;
6. Recomendações de autocuidado para você que usa APARELHO ORTODÔNTICO;
7. Recomendações de autocuidado para você que tem ESPAÇO DE DENTES PERDIDOS;
8. Recomendações de autocuidado para você que tem PRÓTESE FIXA E IMPLANTE.

Após a escolha dos materiais educativos, o comitê discutiu sobre os conceitos presentes, a relevância clínica e a aplicabilidade junto à população indígena Kaingang. Houve análise do conteúdo dos materiais educativos originais, para verificar se os perfis de condições de saúde bucal são condizentes com a realidade epidemiológica bucal da população indígena de interesse, e, portanto, viável a possibilidade de tradução, adaptação ou exclusão.

Equivalência semântica e de itens

Para a equivalência semântica do material educativo, primeiramente foi realizada a adaptação na língua original, português (brasileiro), para a verificação dos termos que têm sentido e possibilidade de tradução literal para a língua indígena Kaingang. Após essa etapa, com consenso entre os três pesquisadores sobre a tradução de cada vocábulo, houve a realização da equivalência semântica e de itens. Os pesquisadores concluíram que seriam necessárias reformulações e adaptações de alguns termos para oferecer melhor compreensão do material educativo.

Visando a melhor adaptação e a maior compreensão do material, além da equivalência semântica e de itens, obteve-se uma versão traduzida e adaptada na língua indígena Kaingang. Essa etapa foi realizada por tradutor fluente na língua dessa comunidade, que fala português e Kaingang.

11. MFSJ: Professor de Odontologia com experiência no desenho e implementação de materiais educativos no campo da saúde bucal, realizou e foi um dos autores envolvidos no desenvolvimento das cartilhas em português elaboradas na Unicamp; 2. LF: Professora de Letras com experiência no desenvolvimento de materiais educativos em área interdisciplinar e em línguas indígenas; 3. RP: Acadêmico de Odontologia e professor de língua indígena Kaingang.

²A permissão de uso do material para tradução foi previamente solicitada e concedida pelos

Retrotradução

Para esta etapa, foi formada uma comissão com três professores indígenas da língua Kaingang, originários de três diferentes aldeias no Paraná, no intuito de identificar a compreensão dos materiais educativos em diferentes populações, que possam ter sofrido interferências culturais. Nesse sentido, procurou-se detectar as necessidades de adaptações e/ou escolhas de termos mais simples e de maior abrangência.

Nessa etapa, apenas o texto em Kaingang foi enviado sem a presença de elementos gráficos, como ilustrações e fotografias, pois estes poderiam facilitar a compreensão do texto.

RESULTADOS

Visando assegurar a equivalência conceitual, o comitê entrou em consenso que nem todos os perfis de saúde contidos dos materiais originais estariam adequados à realidade epidemiológica indígena. Sendo assim, o material sobre prótese fixa e implante não foi adaptado e traduzido.

Na equivalência semântica e de itens, apesar da ideia inicial de manutenção de todos os termos traduzidos para o Kaingang, foi necessária a remoção de alguns termos, sendo excluída, por exemplo, a informação referente à recomendação do uso de “enxaguante bucal sem álcool”, ao considerar que “álcool” poderia ser associado a bebidas alcoólicas, resultando em uma conotação equivocada para a frase. Além disso, houve a necessidade de adaptação da recomendação de “algodão” para “tecido limpo”, devido aos recursos mais conhecidos e acessíveis, e “encaminhamento” no tratamento de canal, pois não é realizado na própria unidade. Ainda, houve a inclusão de termos como “exodontia”, devido à necessidade de informação da realização do procedimento ofertado na unidade de saúde, não contemplado no material original, e frases adicionais no passo a passo a fim de facilitar a compreensão da técnica de higiene.

Os termos “flúor” e “postinho de saúde” foram os únicos mantidos na língua portuguesa (brasileira). O “flúor” por não existir um termo equivalente em Kaingang; já o termo “Unidade Básica de Saúde”, mesmo sendo o termo correto usado em português, precisou ser adaptado para “postinho de saúde”, pois, no processo de retrotradução, verificou-se uma facilidade na compreensão da palavra nas diferentes comunidades indígenas Kaingang.

Os materiais educativos, em sua versão final, estão disponíveis em repositório digital da Unicamp e os *links* para acesso estão presentes no Quadro 1, com as Cartilhas numeradas de 1 a 7.

Cartilha	Termos adaptados e/ou removidos
1	<p>Original: Recomendações de autocuidado para você que tem dentes saudáveis e/ou restaurados</p> <p>Adaptação: <i>Orientação de cuidados para você que tem dentes bons e/ou arrumados</i></p> <p>Tradução: <i>Ki rĩr há han ke to tó há han ã jã há nĩ to / kar kĩ jã ki han já nĩ kĩ</i></p> <p>Link para acesso: http://www.bibliotecadigital.unicamp.br/document/?code=109942&opt=1</p>
2	<p>Original: Recomendações de autocuidado para você que tem doença periodontal</p> <p>Adaptação: <i>Orientação de cuidados para você que tem doença na gengiva</i></p> <p>Tradução: <i>Ki rĩr há han ke to tó há han ã tĩ jã jugrĩnh kaga nĩ kĩ</i></p> <p>Link para acesso: https://www.bibliotecadigital.unicamp.br/bd/index.php/detalhes-material/?code=109945</p>
3	<p>Original: Recomendações de autocuidado para você que usa dentadura</p> <p>Adaptação: <i>Orientação de cuidados para você que tem dentes colocados</i></p> <p>Tradução: <i>Ki rĩr há han ke to tó há han ã tĩ jã kã fi nĩ kĩ</i></p> <p>Link para acesso: http://www.bibliotecadigital.unicamp.br/document/?code=109943&opt=1</p>
4	<p>Original: Recomendações de autocuidado para você que usa prótese removível</p> <p>Adaptação: <i>Orientação de cuidados para você que tem dente colocado</i></p> <p>Tradução: <i>Ki rĩr há han ke to tó há han ã tĩ jã kã nĩ nĩ kĩ</i></p> <p>Link para acesso: http://www.bibliotecadigital.unicamp.br/document/?code=109948&opt=1</p>
5	<p>Original: Recomendações de autocuidado para você que usa dentadura e prótese removível</p> <p>Adaptação: <i>Orientação de cuidados para você que tem dentes colocados</i></p> <p>Tradução: <i>Ki rĩr há han ke to tó há han ã tĩ jã kã fi kar jã kã nĩ nĩ kĩ</i></p> <p>Link para acesso: http://www.bibliotecadigital.unicamp.br/document/?code=109944&opt=1</p>
6	<p>Original: Recomendações de autocuidado para você que tem espaço de dentes perdidos</p> <p>Adaptação: <i>Orientação de cuidados para você que tem dentes perdidos</i></p> <p>Tradução: <i>Ki rĩr há han ke to tó há han ã tĩ jã krenkren kĩ nĩ kĩ</i></p> <p>Link para acesso: http://www.bibliotecadigital.unicamp.br/document/?code=109947&opt=1</p>

Quadro 1
Títulos original e adaptados em português e traduzidos para Kaingang para folhas de capa (frente) dos materiais educativos. Ponta Grossa, PR, 2019.

Fonte: Elaborado pelos autores (2019).

Cartilha	Termos adaptados e/ou removidos
7	<p>Original: Recomendações de autocuidado para você que usa aparelho ortodôntico fixo</p> <p>Adaptação: <i>Orientação de cuidados para você que tem aparelho nos dentes</i></p> <p>Tradução: <i>Ki rĩr há han ke to tó há han ã tỹ jã ki aparejo nĩ kỹ</i></p> <p>Link para acesso: http://www.bibliotecadigital.unicamp.br/document/?-code=109946&opt=1</p>

DISCUSSÃO/ CONCLUSÕES

A Constituição Federal do Brasil assegura, no artigo 210, o uso das línguas maternas no sistema escolar e a valorização dos processos próprios de aprendizagem de cada grupo étnico (GARNELO; PONTES, 2012). Neste artigo, os materiais educativos são instrumento de valorização da cultura, das línguas, das tradições e dos saberes indígenas (GARNELO; PONTES, 2012). Também, podem ser usados por profissionais da educação nas escolas indígenas, como forma de valorização da língua e da cultura, respeitando o contexto político-histórico indígena no Brasil, e principalmente, por profissionais de saúde inseridos em unidades de saúde indígenas, para recomendações de saúde bucal nos serviços de saúde, espaços sociais e nas visitas domiciliares.

No processo de retrotradução, foi possível verificar a existência de termos com sentido amplo e, assim, houve a necessidade de ajustes, o que se tornou possível graças às colaborações de indígenas de diferentes aldeias, para que a variação de vocabulário fosse considerada. De acordo com o Instituto Socio Ambiental (ISA), estima-se que a população Kaingang está acima de 25 mil pessoas vivendo em 32 terras indígenas, estendendo-se do estado de São Paulo ao Rio Grande do Sul (INSTITUTO SÓCIO AMBIENTAL, 2021).

Em um primeiro momento, a divulgação abrangerá a Aldeia Indígena Mococa, localizada a 6 km do distrito de Natingui e a 50 km da sede do município de Ortigueira-PR, com 40 famílias e uma média de 160 habitantes, dos quais 95% falam Kaingang. A aldeia conta com uma unidade de saúde indígena e uma escola de educação indígena, contemplando da educação infantil ao 5º ano do ensino fundamental. Além disso, será possível realizar a ampliação do projeto para outras terras indígenas Kaingang. Os materiais educativos podem chegar às comunidades por meio das escolas, no processo multiplicador, de aluno para aluno, de aluno para os pais, de pais para os filhos, e assim sucessivamente; também serão disponibilizados nas unidades de saúde com o intuito de colaborar com aqueles que buscam informações a respeito de sua saúde.

Inúmeros problemas mantêm os indígenas em condições de vida e de saúde não satisfatórias (ANDERSON *et al.*, 2016), cabendo destacar que ainda existe grande distanciamento entre as equipes de saúde e a população indígena (GOMES; ESPE-

RIDIÃO, 2017). Também, há carências em ações educativas que levem em consideração os fatores determinantes do processo saúde–doença bucal, nos aspectos relacionados aos estilos, condições e modos de vida, além dos processos biológicos que exigem que se adotem, como ponto de partida para a ação, procedimentos que permitam conhecer as principais características de saúde da população em relação ao seu contexto de vida e ao sistema de valores socioculturais (BARROS, 2007).

Estar atento aos aspectos de natureza cultural e antropológica que determinam os comportamentos em relação à saúde bucal significa relacionar-se com cada indivíduo, vendo-o por inteiro, como sujeito singular, que tem história própria, valores, hábitos, costumes, paixões e conflitos (BARROS, 2007). Nesse sentido, a utilização de um material educativo que leve em consideração aspectos culturais poderá promover o estreitamento das relações entre profissionais de saúde e comunidade indígena, atuando como interlocutores no planejamento e construção dessa intervenção. Apesar da ampliação das equipes de saúde indígena (FONTÃO; PEREIRA, 2017), há fragilidades resultantes da dicotomia na formação profissional do cirurgião-dentista e das necessidades de saúde dos indígenas (DIEHL; PELLEGRINI, 2014).

O uso dos materiais educativos adaptados neste artigo, em um trabalho articulado entre as equipes de saúde e educação dos territórios indígenas, além de valorizar o cuidado em saúde, pode contribuir com o ensino e a leitura em sua própria língua. Os materiais, além de serem usados para a construção de conhecimento sobre saúde bucal, podem favorecer uma melhor compreensão por parte dos seus destinatários, uma vez que estão escritos em língua nativa, levando em conta aspectos da sua cultura e das suas tradições, respeitando sua forma de organização social e modo de viver e, ao mesmo tempo, ajudando-os a manter e fortalecer a sua língua materna (Kaingang).

Além disso, cabe ressaltar que esses materiais educativos, antes de serem traduzidos, foram desenvolvidos por um grupo de pesquisadores do Brasil e Holanda, ou seja, durante o processo de criação, havia uma preocupação com a compreensão multicultural na geração de um produto de fácil compreensão (PEREZ PUELLO, 2018).

Para Garnelo e Pontes (2012), a autogestão das escolas em suas comunidades deve-se à luta do movimento indígena e aos projetos educacionais, que têm os indígenas como protagonistas de uma educação escolar pensada *pelo índio e para o índio*. Nesse sentido, foi idealizado todo o percurso metodológico para a adaptação transcultural desses materiais educativos, viabilizado pela participação de estudante indígena de Odontologia e pelo trabalho conjunto de diversos profissionais das áreas de saúde e educação.

Na adaptação desses materiais educativos, partiu-se do pressuposto de que a saúde começa pela boca, é por ela que nos conhecemos quando chegamos ao mundo e por ela nos comunicamos, cabendo relacioná-la não só com a capacidade de mastigar, mas também com a oralidade e sexualidade (BOTAZZO, 2006). Portanto, o trabalho embasou-se em uma compreensão de saúde que supõe conhecimento de si e do outro, escuta de si e diálogo com o outro – sendo esta a base da ação educativa em saúde: partilha e diálogo.

Segundo as recomendações oficiais, é aconselhável que as ações de educação em saúde bucal, voltadas aos diferentes grupos, sejam parte de programas integrais de saúde dos diferentes ciclos de vida, tais como: bebês, crianças, adolescentes, gestantes, adultos e idosos (BRASIL, 2004). Os materiais educativos foram traduzidos e adaptados para uma população indígena específica, a Kaingang. No entanto, serve de estímulo para os demais profissionais de saúde, pesquisadores e comunidades indígenas, no desenvolvimento de ações que visam promover a inter-relação da saúde bucal com a saúde geral, com base na compreensão do indivíduo como sujeito integrado à família, ao domicílio e à comunidade.

A principal dificuldade encontrada foi a adaptação dos termos, em específico na área odontológica, ou que não tinham tradução para a língua Kaingang, o que inviabilizou a ideia inicial de materiais totalmente escritos em Kaingang. O estudo apresenta como limitação a não validação dos materiais educativos adaptados e traduzidos, uma vez que não houve a aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa, por ainda estar em análise pela Fundação Nacional do Índio (FUNAI), com vistas à autorização da entrada em terra indígena. Esse aspecto demonstra que, apesar do avanço no acesso dos povos originários ao ensino superior, a realização de estudos mais aprofundados junto a essa população, por um membro pertencente a ela, ainda é um desafio, devido também à burocracia dos órgãos, que acaba impedindo a formação de mais pesquisadores indígenas no ensino superior no Brasil.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo adaptou transculturalmente materiais educativos de saúde bucal para a língua indígena Kaingang, sendo os primeiros a considerar os aspectos culturais e sociais de uma população indígena no Brasil. A distribuição dos materiais por profissionais de saúde nas unidades básicas das aldeias poderá auxiliar na manutenção da higienização bucal pelos indígenas, uma vez que apresentam ilustrações e explicações com palavras do cotidiano em língua Kaingang, o que auxilia a compreender a informação que está sendo disponibilizada. Além disso, os materiais podem ser utilizados em escolas indígenas como forma de valorização da língua Kaingang.

REFERÊNCIAS

ANDERSON, I.; ROBSON, B.; CONNOLLY, M.; AL-YAMAN, F.; BJERTNESS, E.; KING, A. *et al.* Indigenous and tribal peoples' health (The Lancet-Lowitja Institute Global Collaboration): a population study. **Lancet**, London, v. 388, n.10040, p. 131-157, apr. 2016.

BARROS, Claudia Márcia Santos. **Manual técnico de educação em saúde bucal**. Rio de Janeiro: SESC; Departamento Nacional, 2007.

BOTAZZO, Carlos. Sobre a bucalidade: notas para a pesquisa e contribuição ao debate. **Ciência e Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 11, n. 1, p. 7-17, mar. 2006.

BRASIL. Ministério da Saúde. Portaria n. 254, de 31 de janeiro de 2002. Aprova a Política Nacional de Atenção à Saúde dos Povos Indígenas. **Diário Oficial da União**, Brasília, 6 fev. 2002.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde Departamento de Atenção Básica. Coordenação Nacional De Saúde Bucal. **Diretrizes da Política Nacional de Saúde Bucal**. Brasília, 2004.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. **Mantenha seu sorriso fazendo a higiene bucal corretamente**. Brasília: Editora MS/CGDI/SAA, 2012. Disponível em: http://bvs.ms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/mantenha_sorriso_fazendo_higiene_bucal.pdf. Acesso em: 31 maio 2023.

CHAVES, M. B. G.; CARDOSO, A. M.; ALMEIDA, C. Implementação da política de saúde indígena no Pólo-base Angra dos Reis, Rio de Janeiro, Brasil: entraves e perspectivas. **Caderno de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 22, n. 2, p. 295-305, fev. 2006.

DIEHL, Eliana Elisabeth; PELLEGRINI, Marcos Antonio. Saúde e povos indígenas no Brasil: o desafio da formação e educação permanente de trabalhadores para atuação em contextos interculturais. **Caderno de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 30, n. 4, p. 867-874, abr. 2014.

FONTÃO, Maria Angélica Breda; PEREIRA, Éverton Luís. Projeto Mais Médicos na saúde indígena: reflexões a partir de uma pesquisa de opinião. *Interface - Comunicação, Saúde, Educação*, Botucatu, v. 21, Suppl. 1, p. 1169-1180, ago. 2017.

GARNELO, Luiza; PONTES, Ana Lúcia. **Saúde Indígena: uma introdução ao tema**. Brasília: MEC-SECADI, 2012.

GOMES, Silvana Cardoso; ESPERIDIÃO, Monique Azevedo. Acesso dos usuários indígenas aos serviços de saúde de Cuiabá, Mato Grosso, Brasil. **Caderno de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 33, n. 5, e00132215, jun. 2017.

GUIMARÃES, Viviane Lima Bastos. **A qualidade da atenção à saúde indígena no Brasil**. 2011. Monografia (Curso de Especialização em Saúde Pública) - Centro de Pesquisas Aggeu Magalhães da Fundação Oswaldo Cruz. Recife, 2011.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Brasileiro de 2022**. Rio de Janeiro: IBGE, 2022. Disponível em: <https://censo2022.ibge.gov.br/>. Acesso em: 27 ago. 2023.

INSTITUTO SÓCIO AMBIENTAL. **Povos Indígenas no Brasil**. São Paulo; ISA, 2021. Disponível em: <https://pib.socioambiental.org/pt/Povo:Kaingang#Popula.C3.A7.C3.A3o>. Acesso em: 12 ago. 2023.

JAMIESON, L. M.; ELANI, H. W.; MEJIA, G. C.; JU, X.; KAWACHI, I.; HARPER, S. et al. Inequalities in Indigenous Oral Health: Findings from Australia, New Zealand, and Canada. **Journal of Dental Research**, Washington, v. 95, n. 12, p. 1375-1380, nov. 2016.

MOURA, M. B.; MAI, L. D.; SOUSA, V.; VIVIANE, S. Saúde indígena urbana: interface entre ações estatais e não estatais. **Iniciação Científica CESUMAR, Maringá**, v. 14, n. 1, p. 87-98, jan./jun. 2012.

PEREIRA, Renato; FRAGA, Letícia. Análise de material oficial de prevenção contra doenças bucais destinado a crianças: há adequação cultural e linguística aos povos indígenas brasileiros? In: ENCONTRO ANUAL DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA, 27., 2018, Ponta Grossa.

PEREZ PUELLO, Sthefanie del Carmen. Avaliação da literacia em saúde. 2018. Dissertação (Mestrado em Odontologia) - Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Odontologia de Piracicaba, Piracicaba, SP.

SCHUCH, H. S.; HAAG, D. G.; KAPELLAS, K.; ARANTES, R.; PERES, M. A.; THOMSON, W. M.; et al. The magnitude of Indigenous and non-Indigenous oral health inequalities in Brazil, New Zealand and Australia. **Community Dentistry and Oral Epidemiology**, Copenhagen, v. 45, n. 5, p. 434-441, oct. 2017.

SILVA, D. M.; NASCIMENTO, E. H. S.; SANTOS, L. A.; MARTINS, N. V. N.; SOUSA, M. T.; FIGUEIRA, M. C. S. Dificuldades enfrentadas pelos indígenas durante a permanência em uma Casa de Saúde Indígena na Região Amazônica/Brasil. *Faculdades Integradas do Tapajós*. Santarém, PA, Brasil. **Saúde e Sociedade**, São Paulo, v. 25, n. 4, p. 920-929, out./dez. 2016.

SOARES, Gustavo Hermes. **A saúde dos povos Kaingang e Guarani da terra indígena Guarita: perspectivas nativas e epidemiológicas**. 2018. Dissertação (Mestrado em Ciências Odontológicas) - Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018.

SOARES, G. H.; CARRER, F. C. A.; BIAZEVIC, M. G. H.; MICHEL-CROSATO, E. Food Transition and Oral Health in Two Brazilian Indigenous Peoples: A Grounded Theory Model. *Journal of Health Care for the Poor and Underserved*, v. 30, n. 3, p. 1037-1052, ago. 2019a.

SOARES, G. H.; ARAGÃO, A. S.; FRIAS, A. C.; WERNECK, R. I.; BIAZEVIC, M. G. H.; MICHEL-CROSATO, E. Epidemiological profile of caries and need for dental extraction in a Kaingang adult Indigenous population. **Revista Brasileira de Epidemiologia**, São Paulo, v. 22, p. 1-13, e190042, ago. 2019b.

FONTES DE FINANCIAMENTO

O presente estudo não recebeu recursos financeiros para sua realização.

CONFLITO DE INTERESSES

Declaramos não ter conflito de interesse.